

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

FELIPE NOGUEIRA ALVES DA SILVA

**REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E SEUS
MEANDROS: PERCEPÇÕES DA RELAÇÃO ENTRE
ELEITOS E ELEITORES**

VITÓRIA

2016

FELIPE NOGUEIRA ALVES DA SILVA

**REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E SEUS
MEANDROS: PERCEPÇÕES DA RELAÇÃO ENTRE
ELEITOS E ELEITORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, na área de concentração Instituições, Participação e Políticas Públicas.

Orientador: Prof.^a Dra. Marta Zorzal e Silva

VITÓRIA

2016

FELIPE NOGUEIRA ALVES DA SILVA

**REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E SEUS
MEANDROS: PERCEPÇÕES DA RELAÇÃO ENTRE
ELEITOS E ELEITORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, na área de concentração Instituições, Participação e Políticas Públicas.

Orientador: Prof.^a Dra. Marta Zorzal e Silva

Aprovada em 29 de fevereiro de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marta Zorzal e Silva
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Paulo Magalhães Araújo
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Vitor Amorim de Ângelo
Universidade Vila Velha

Agradeço a meus pais, Conrado e Maria José, a minha companheira, Christyane e em especial minha orientadora Prof.^a Marta Zorzal e Silva.

Todos os Estados bem governados e todos os príncipes inteligentes tiveram cuidado de não reduzir a nobreza ao desespero, nem o povo ao descontentamento.

Maquiavel

RESUMO

Análise da representação política centrados elementos que constituem os laços conectivos entre representantes e representados. A partir dos objetivos de compreender o fenômeno político da representação e suas formas de desenvolvimento investigou-se a relação entre eleitos e eleitores e seus meandros, com o intuito de saber se a representação acontece ou se vive uma crise, na qual a responsividade de uma parte a outra não ocorre ou não se efetiva. Iniciada com abordagem teórica da representação política, são trazidas as abordagens e aferições dos autores da Política acerca do tema. Feita a apreciação teórica, a representação enquanto fenômeno político é analisada a partir do estudo de três fenômenos que ocorrem em seu bojo: as eleições, o papel dos partidos políticos e a ação dos meios de comunicação de massa. Com a compreensão desses três elementos, suas relações e influências na representação política, buscou-se diagnosticar como o fenômeno se desenvolve e se o mesmo vive um momento de crise ou de redefinição de suas formas de relação. No momento seguinte lança-se mão da pesquisa empírica e a utilização dos resultados obtidos com entrevistas realizadas com ex-representantes que pertenceram ao Poder Legislativo Estadual e membros da sociedade civil organizada capixaba, servindo os resultados obtidos de exemplo para atestar as exposições teóricas e nortear a conclusão acerca da representação no que tange a seu desenvolvimento, à caracterização de suas relações e sua efetividade. Como conclusão apresenta-se os novos caminhos que a representação política passa a traçar na atualidade, como consequência da modificação das formas de comunicação, que expõe outras alternativas além dos meios de mídia de massa, bem como o declínio do papel dos partidos políticos nas relações de intermediação entre o candidato/político e seus eleitores, e a força do capital. A compreensão que se chega do fenômeno da representação política na atualidade é de um quadro de mudanças e adequações, a partir das novas realidades que se apresentam nas relações sociais e políticas, que expõem uma ligação entre representantes e representados que se mantem. E apesar das sinuosidades que se impõem a partir da força do capital e da desigualdade social promovida pela realidade estratos dominantes e dominados, os novos caminhos da representação política apontam pelo perdurar da conexão e responsividade entre mandatários e mandantes, afastando uma ideia de crise.

Palavras-chave: Representação. Representantes. Representados. Política. Democracia. Eleições. Partidos. Mídia.

ABSTRACT

Analysis of political representation centered on the elements that make up the connective links between representatives and the represented. From the objective of understanding the political phenomenon of representation and ways of development investigated the relationship between elected and electors and its intricacies in order to know if the representation happens or if there is a link in a crisis, in which the responsiveness from one part to another does not occur or are not effective. Started with a theoretical approach to political representation, they are brought approaches and measurements of Political authors on the subject. And worked theories from the theoretical aspect, the representation as a political phenomenon is analyzed from the study of three phenomena that occur within it: the elections, the role of political parties and the action of the mass media. With the understanding of these three elements, their relationships and influence in political representation, sought to diagnose as the phenomenon develops and if it is experiencing a period of crisis or reset their forms of relationship. The next moment launches hand of empirical research and the use of results from interviews with former representatives belonging to the State Legislature and members of civil society organizations Capixaba, serving the results of example in order to demonstrate the theoretical explanations and guide the conclusion about the representation with respect to its development, the characterization of their relationship and their effectiveness. In conclusion we present the new ways that political representation goes to obey today, as a result of the modification of the forms of communication that expose other alternatives besides the mass media means such as the Internet, as well as the decline of the role of political parties in the relations of mediation between the candidate/politician and their constituents, both at election time as in office. The understanding that comes from the political representation phenomenon today is a framework of changes and adjustments, based on the new realities that arise in social and political relations that expose a link between representatives and represented that keeps. And despite the windings that are imposed from the capital strength and social inequality promoted by reality dominant and dominated strata, new ways of political representation point by endure connection and responsiveness between representatives and constituents, removing a sense of crisis.

Keywords: Representation. Representatives. Represented. Policy. Democracy. Elections. Parties. Media.

LISTA DE SIGLAS

ABIT - Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção

ANFAVEA - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

ALES – Assembleia Legislativa do Espírito Santo

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CAL – Comissão para Assuntos Legislativos

CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção

CNI – Confederação Nacional da Indústria

DEM – Democratas (Sigla partidária que sucedeu ao PFL)

Fejunes – Fórum Estadual da Juventude Negra do Espírito Santo

Findes – Federação das Indústrias do Espírito Santo

IBS - Instituto Brasileiro de Siderurgia

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

APRESENTAÇÃO

Diante de um quadro de mobilizações populares que ganharam os espaços públicos no ano de 2013, associado à forte utilização da internet pelos cidadãos, sobre tudo as redes sociais, como meio de expressar uma insatisfação da sociedade civil, ou de setores e estratos dela pertencentes, em relação à atuação dos políticos eleitos no que tange à representação dos interesses e demandas dos eleitores, surge o intuito de estudar-se o fenômeno da representação política.

Partindo-se de uma hipótese de que houvesse um déficit ou mesmo um hiato na relação entre representantes e representados, na qual aqueles não atuassem em seus mandatos para uma ação responsiva dos anseios destes, via-se a possibilidade de haver uma crise na representação, o que formaria um cenário de desconexão entre as partes dessa relação, expondo uma ação governamental descolada da sociedade.

A partir de tal hipótese busca-se na literatura de Ciência Política aquilo que a teoria ensina em relação à democracia e a representação ao longo da história e o que infere sobre essa relação e forma de governo na modernidade e os caminhos que toma no momento contemporâneo. Desta forma se desenvolve o primeiro capítulo deste trabalho, em que se discute as teorias da democracia representativa. Em sequência, o segundo capítulo aborda três fenômenos que, no bojo da representação política, a influenciam e conduzem, sendo as eleições, o papel dos partidos políticos e a ação dos meios de comunicação de massa.

Ao fim, no terceiro e último capítulo, utiliza-se do exemplo empírico a partir de resultados obtidos por entrevistas realizadas com agentes políticos, na pessoa de dois ex-deputados estaduais, com membro da OAB/ES atuante em ações de defesa de direitos de populações subalternizadas, líder estadual de movimento negro e representante da Federação estadual das Indústrias. Com tais resultados associou-se seus conteúdos às aferições teóricas da representação no sentido de expor como se dá essa relação, quais fatores a influenciam e se há ou não um comprometimento na conexão entre representantes e representado que denunciasses uma situação de crise.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	10
2.	CARACTERIZAÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	12
3.	OBJETIVOS.....	18
4.	METODOLOGIA.....	19
5.	CAPÍTULO I - GOVERNO REPRESENTATIVO E DEMOCRACIA.....	23
1.	Dos princípios do governo representativo.....	26
6.	CAPITULO II - REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: <i>UMA RELAÇÃO DE MUITAS FACES, CONEXÕES E TENSÕES</i>	32
2.	Representação e sua prática.....	32
2.1	A eleição e o processo eleitoral.....	39
2.2	A representação e o papel dos partidos políticos.....	43
2.3	Meios de Comunicação de Massa e Representação Política.....	51
7.	CAPITULO III - REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: <i>PERCEPÇÕES DA RELAÇÃO ENTRE ELEITOS E ELEITORES</i>	60
3.	A percepção dos Representados.....	61
3.1	Fejunes e Findes: a representação política a partir de posições antagônicas	61
3.1.1	Fórum Estadual da Juventude Negra do Espírito Santo – Fejunes.....	62
3.1.1	Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo – Findes..	66
3.1.3.	Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.....	75
3.2	Prestação de contas: representação e <i>accountability</i>	88
3.3	Os Representantes: o que pensam os eleitos?.....	90
3.3.1	Claudio Vereza.....	92
3.3.1.1	Relação com os meios de comunicação de massa.....	97
3.3.1.2	Organização do gabinete parlamentar.....	99
3.3.2	Élcio Álvares.....	100
3.3.2.1	Relação com os meios de comunicação de massa.....	102
3.3.2.2	Organização do gabinete parlamentar.....	103
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
9.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	118

INTRODUÇÃO

Em 15 de julho de 2013 os deputados da Assembleia Legislativa do Espírito Santo votaram, em caráter de urgência, o Projeto de Decreto Legislativo 69/2013¹, proposto pelo Deputado Euclério Sampaio (PDT), que previa a suspensão do contrato entre Governo do Estado e a concessionária Rodosol S/A, que administra a Ponte Deputado Darcy Castello de Mendonça, popularmente conhecida como Terceira Ponte.

Tal decreto teria como consequência, se aprovado pelos deputados, a extinção da cobrança de pedágio na ponte, a qual há quase vinte anos é explorada pela referida empresa concessionária, que cobrava de seus usuários o valor de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) pelo uso do trecho de ida ou vinda de Vitória à Vila Velha, cidade da Região Metropolitana.

Essa votação se deu em meio a um momento político e social conturbado. Ocorriam em todo o Brasil, entre junho e setembro de 2013, manifestações populares, com multidões indo às ruas em protesto. No Espírito Santo não foi diferente. As passeatas iniciadas em São Paulo e no Rio de Janeiro pela redução da passagem de ônibus cresceram e também tiveram eco na Grande Vitória, resultando em uma realidade de multidões nas ruas, que além da redução do preço do transporte público, passaram a bradar contra temas de cunho político e social diversos. Entre os muitos temas os capixabas que protestavam queriam a extinção do pedágio da Terceira Ponte.

Naquele contexto, no dia 2 de julho de 2013 diversos manifestantes ocuparam o gabinete da presidência da ALES² como forma de pressionar os parlamentares da Casa para aprovação do Projeto de Decreto Legislativo e consequente fim do pedágio.

Impossibilitados de manterem-se inertes ou afastados em relação àquela situação, haja vista o vulto grandioso que as manifestações tomaram, e o quadro com que se deparavam de ocupação da Assembleia, os deputados capixabas passaram a tomar todo

¹Disponível em <<http://www3.al.es.gov.br/ales/producao-legislativa.aspx>> - acesso 20 dezembro de 2013;

²Disponível em <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013/07/noticias/cidades/1451784-manifestantes-prometem-ocupar-assembleia-ate-votacao-de-projeto-que-acaba-com-pedagio-da-3-ponte.html> - acesso em 20 de dezembro de 2013;

o tempo de seus discursos e debates em plenário com o assunto, além de terem dados diversas entrevistas à imprensa impressa e televisionada local.

Apesar das entrevistas e discursos de alguns dos deputados argumentando a favor da suspensão do contrato e extinção do pedágio, o resultado da votação foi pela rejeição do Decreto Legislativo 69/2013. A população revoltou-se e no dia seguinte o grupo que já ocupava a Assembléia Legislativa parcialmente, aumentou seus quadros tomando o prédio da instituição por inteiro, recusando-se a sair até que aquela votação fosse revista pelos parlamentares. Dentre os vários slogans que aqueles ocupantes traziam em seu protesto, o mais presente e repetido era a de que “*esses deputados não nos representam*”.

Tendo esse acontecimento como um exemplo emblemático e a materialização de uma insatisfação quanto à questão da representatividade por parte dos membros do Legislativo Capixaba para com os cidadãos eleitores, ressalta-se que o debate acerca das conexões entre representantes e representados passou a ocupar de forma mais intensa a agenda do debate político nas diversas mídias (TVs, Jornais, Rádios, Internet, etc.), em especial, durante o segundo semestre de 2013. Isto tanto no plano estadual como no nacional, tendo em vista que um dos temas das manifestações, foi exatamente o questionamento relativo à representatividade dos eleitos e, por conseguinte, do sistema político brasileiro.

Com isto, o tema da *representação política*, assumiu a centralidade dos debates colocando em cena posicionamentos os mais diversos, os quais confluíram em grande parte para um relativo consenso em torno da ideia da necessidade de reforma política já. Embora essas questões continuem em pauta aguardando encaminhamentos e consensos mais efetivos, é mais do que oportuno que a pesquisa acadêmica volte seu olhar de forma mais sistemática para os referidos questionamentos no sentido de trazer contribuições que possam elevar a qualidade do debate em curso.

É, portanto, considerando este cenário que a intenção aqui é explorar os mecanismos e estratégias por meio das quais se estabelece a conexão eleitoral e partidária entre os parlamentares da Assembleia Legislativa do Espírito Santo com seus eleitores.

1. CARACTERIZAÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA DE PESQUISA

O contexto de questionamentos acima delineados circunscreve a proposta da presente pesquisa, cujo ponto de partida tem como eixo o tema da representação política. A partir desse enquadramento busca-se investigar as questões mais relevantes no que concerne aos vínculos e às estratégias de conexão eleitoral dos deputados estaduais com suas bases eleitorais. Para tanto, a obtenção de fundamentos teóricos analíticos que permitam uma compreensão do modo pelo qual se efetua a representação política no estado do Espírito Santo, constitui um primeiro passo. O foco estará voltado para atuação do Legislativo no plano subnacional de governo, com vistas a obter referenciais empíricos que nos possibilite o estudo do Legislativo Estadual Capixaba.

Mais do que considerar um evento sócio-político, como a ocupação das dependências físicas da ALES por um grupo de manifestantes, esta pesquisa propõe um estudo sobre as relações de representação visando identificar as conexões partidárias e eleitorais dos parlamentares com o intuito de mostrar quem os deputados estaduais capixabas de fato representam.

Desse prisma a pesquisa parte das teorias que abordam o tema da representação política no governo representativo contemporâneo, no âmbito da qual será dada especial atenção para a literatura que trata da crescente deterioração da confiança dos cidadãos em relação às instituições representativas. Aspecto este que tem configurado uma situação que a literatura denomina de crise da representação política, manifesta no sentimento do cidadão de não se sentir representado. Fator este que efetivamente “compromete os laços que idealmente deveriam ligar eleitores a parlamentares, candidatos, partidos e, de forma mais genérica, aos poderes constitucionais” (MIGUEL, 2014, p.98)

Essa crise, além de expor a face conflitiva do exercício da representação política, segundo Miguel, manifesta-se por toda a parte, de maneira menos ou mais acentuada, atingindo tanto as novas como as velhas democracias eleitorais, sobretudo, a partir das últimas décadas do século 20. Diversos fatores concorrem para configuração dessa situação de crise na dinâmica da representação política na contemporaneidade. Sobre este aspecto o referido autor sublinha que pelo menos três conjuntos de evidências sustentam indícios de que haveria uma crise generalizada da representação política: “1) o

declínio do comparecimento eleitoral; 2) a ampliação da desconfiança em relação às instituições, medida por *surveys*; e3) o esvaziamento dos partidos políticos” (MIGUEL, 2014, p.98). Significa dizer, em outros termos, que a confiança e a legitimidade dos procedimentos por meio dos quais representantes se conectam com os interesses de indivíduos e grupos na sociedade e, por conseguinte, com as diferentes assimetrias presentes na mesma, estão sendo questionados.

Entretanto, adverte Miguel, que a “redução da confiança popular nos parlamentos e nos partidos não é o efeito da ‘alienação’, da falta de compromisso com a democracia ou resquílios de valores autoritários” (idem, p.102), muito pelo contrário, este comportamento resulta da constatação dos indivíduos de que as instituições e procedimentos representativos existentes privilegiam interesses especiais, concedendo muito pouco espaço para a participação do cidadão comum, o qual percebe que sua influência na condução dos negócios públicos é quase nula.

O episódio da ocupação da ALES e respectivas falas dos manifestantes de junho de 2013, constituem na verdade sinais reveladores de uma suposta crise e ilustram um contexto no qual emerge o argumento relativo à perda de confiança dos cidadãos eleitores nos representantes eleitos como corolário da percepção de sua reduzida influência em relação às decisões políticas. Portanto, essas constatações fáticas e analíticas justificam o investimento no estudo das relações que se estabeleceram entre representantes e representados, cujo foco será ilustrado a partir de um olhar mais atento sobre a forma como se efetuam essas relações na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, em especial nas seguintes legislaturas: 2003/2006 e 2007-2010.

Claro está que o problema delineado envolve aspectos abrangentes sobre as práticas e procedimentos por meios dos quais os parlamentares eleitos estabelecem conexões: a) com suas bases eleitorais, b) com os partidos por meio do qual foram eleitos, c) com as regras do sistema eleitoral vigente, d) com os financiadores das campanhas eleitorais, e) com os meios de comunicação de massas, entre outras. Entretanto, tratar de todos estes aspectos exige-se um grande esforço de pesquisa que foge em muito aos limites temporais e de fôlego individual circunscrito ao âmbito de uma dissertação mestrado.

Por isso, delimitamos um recorte menor que poderá contribuir para ampliar o saber sobre parte do conjunto das práticas que se estabelecem entre representantes e representados no estado do Espírito Santo.

Desse modo, restringimos nosso objetivo à busca de respostas para duas das questões elencadas, que julgamos de fundamental importância para avançar o conhecimento sobre o problema da relação entre representantes e representados. São elas: a) Quais são as relações que se estabelecem entre os parlamentares eleitos e as suas bases eleitorais e, b) de que forma essas relações são perpassadas pelos meios comunicação de massas? A intenção que move esta busca é a de identificar, nos padrões de relacionamento presentes, os tipos de comportamentos que presidem as interações entre os parlamentares e seus eleitores, por um lado e, como os deputados se relacionam e utilizam dos meios de comunicação de massa em suas articulações com suas bases eleitorais, por outro.

Sobre o comportamento entre representantes e eleitores a literatura pertinente tem indicado que todo representante tem como objetivo precípua a manutenção, ou a ascensão, de sua carreira, por isso muito do seu comportamento é calculado para atingir esse fim (LEAL, 2005, p.69). Neste sentido, Mayhew (1974), supõe que os parlamentares são atores políticos racionais e que entre seus principais interesses está à manutenção de sua carreira política, ou seja, a (re)eleição está no centro de suas preocupações. Assim, além dos atendimentos clientelísticos individuais ele considera que os deputados têm três formas principais para atingir esses objetivos:

Disseminar uma imagem positiva, parecer responsável ou pelo menos empenhado na aprovação de certas políticas, e deixar publicamente clara sua posição quanto a temas relevantes (Mayhew *apud* Leal, 2005, p.69).

Entretanto, esses objetivos têm constrangimentos para serem atingidos dependendo do tipo de mandato que rege o instituto da representação política. Por sua vez, o debate em torno do tipo de mandato já alimenta uma longa polêmica entre mandato independente (livre) e mandato delegado (imperativo), desde a mais famosa defesa do mandato independente feita por Edmund Burke em discurso para seus eleitores em Bristol, em 1774 (PITKIN, 2006, p.30 [1967]). O que está em jogo neste debate é o paradoxo

inerente ao significado atribuído a representação, qual seja: um representante deve fazer o que seus eleitores querem ou o que ele acha melhor. Tal visão dicotômica é recoberta por várias preocupações substantivas que têm fecundado o debate no campo da teoria política. Entre elas Pitkin destaca as seguintes:

A relação entre os representantes na legislatura, o papel dos partidos políticos, a medida em que os interesses locais e parciais se encaixam no bem nacional, a forma pela qual a deliberação se relaciona com o voto e ambas se relacionam com o exercício do governo, etc.(PITKIN, 2006, p. 30 [1967]).

Desse modo a dualidade constitutiva entre representação e representatividade, entre representante e representado, esteve desde os primórdios do governo representativo vinculada na teoria política à controvérsia do mandato imperativo ou delegação versus a independência ou mandato livre do representante. A relação entre representante e representado desde então assume o caráter de uma conexão/desconexão a determinar o quão representativos são as instituições e os agentes da representação política (LAVALLE, et al, 2006, p.54).

No centro do debate estão às questões da deliberação e do voto que informam a maneira como os interesses são identificados, assim como o debate sobre como os representantes devem tomar decisões e qual é o tipo de relacionamento com o representado. Essas preocupações expõem um dos dilemas da representação política, a saber, a institucionalização da representação não garante a representatividade ou correspondência com a vontade ou interesse dos representados (Idem, ibidem).

Retomando a questão referente ao objetivo do representante na manutenção do cargo eletivo, as três tarefas elencadas por Mayhew (1974), terão diferentes possibilidades de ênfase dependendo do tipo de mandato que vigora na relação entre representante e representado, assim como pela posição ocupada pelo representante no âmbito partidário e parlamentar. Sobre este aspecto Leal (2005) sublinha que:

Setores da elite (partidária e parlamentar) podem ter forte estímulo a abrandar as concepções de poder difuso – que diminuem o grau de liberdade individual, tornam mais complexo o processo de tomada de decisões e exigem maior investimento de tempo e energia no debate – em favor da flexibilidade. Setores medianos (exemplo parlamentares com menor projeção perante a opinião pública) por sua vez, podem ser levados a investir energia na criação de outros mecanismos de conexão com suas bases (LEAL, 2005, p. 69)

Os aspectos até aqui sublinhados suscitaram as questões norteadoras da pesquisa direcionando a busca de dados e informações visando averiguar: a) as concepções e as práticas dominantes entre os parlamentares em relação ao tipo de mandato que exercem e em relação às formas e mecanismos por meio dos quais eles estabelecem vínculos com o eleitorado? b) quais são suas principais estratégias no sentido atingir o objetivo da reeleição e, portanto, de manutenção e ascensão na carreira política? c) como os meios de comunicação são utilizados em suas estratégias? Tal proposição funda-se na constatação da presença de distintas concepções sobre o que os parlamentares entendem por representação e por exercício do mandato parlamentar. Neste sentido, Leal (2005) sublinha que:

As díspares conexões eleitorais, associadas a um mesmo cenário institucional dentro do partido, tendem a configurar não só comportamentos, mas também ideários distintos: entre deputados médios e deputados da elite parlamentar há divergências significativas tanto na forma como atuam, quanto no que concebem como ideal teórico da representação.

Deputados com bases eleitorais grandes e desconcentradas, por exemplo, tendem a dedicar menos atenção, tempo e recursos legislativos a movimentos sociais específicos e a praticar mandatos de opinião, preocupando-se também menos com a organização de seus gabinetes. (LEAL, 2005, p. 34)

Essas referências sobre as principais características da relação parlamentar constituíram o eixo mais geral que deu respaldo a pesquisa realizada. Dado que a composição parlamentar da ALES é altamente fragmentada em termos de bancadas partidárias a expectativa é que se confirmem variações significativas entre os deputados estaduais. Tais variações podem depender da base eleitoral do deputado e de suas conexões eleitorais, ou mesmo das suas convicções políticas pessoais.

Neste sentido, se pressupõem que há uma multiplicidade de relações conectivas entre representantes e representados que se efetua por lógicas perpassadas por relações clientelistas e paternalistas. Por isso se pretende analisar a representação como uma ação de muitas faces, podendo se expressar e se conduzir de muitas formas, sendo objeto de múltiplas influências, que farão do exercício representativo algo distante do mundo do cidadão comum. Acrescenta-se, ainda, a estes aspectos a tendência predominante dos parlamentares de buscar a manutenção de seus mandatos (LEAL,

2005), e que para tanto, por caminhos distintos, buscarão atender as demandas dos eleitores.³

A partir de tais considerações, buscar-se-á entender as relações dos deputados para com os cidadãos como sendo mediadas por influências e ingerências que caracterizam a atual ambiência eleitoral. Além disso, o exercício fático da representação política muitas vezes se concretiza por meio de ações e mecanismos nem sempre suficientemente publicizados, mediados por estratégias clientelistas e/ou populistas que contribuem para reduzir a confiança e a credibilidade dos eleitores, em geral, na eficácia do parlamento.

Considerando que os estudos sobre as conexões/desconexões entre parlamentares e suas bases eleitorais é recente no Brasil, e que no caso do Espírito Santo esse campo de estudos permanece inexplorado, essa pesquisa justifica-se, em primeiro lugar porque tem como expectativa contribuir com evidências e achados que poderão auxiliar a corroborar hipóteses presentes na literatura da ciência política, em especial, a relativa às características da representação política, assim como trazer aportes que poderão contribuir com elementos que evidencie a configuração do exercício do poder político pelo parlamentar capixaba.

Em segundo, espera-se poder avançar o conhecimento sobre o comportamento parlamentar no nível subnacional de governo. Isso tanto no que concerne às principais práticas dos deputados em relação aos seus vínculos partidários, como em relação às conexões que estabelecem com seus eleitores. Em terceiro, espera-se que os resultados possam dar suporte também para entidades organizadas da sociedade civil, bem como para partidos e demais atores relevantes da sociedade, em termos de ampliação do conhecimento sobre as práticas parlamentares, bem como sobre o ideal teórico de representação que perpassa suas formas de atuação.

Para operacionalizar o percurso da pesquisa e a resolução do problema levantado definimos os seguintes objetivos da pesquisa:

³ LEAL, 2005, p.33.

2. OBJETIVOS

Objetivo Geral

- ✓ Tratar o tema da representação política a partir do estudo teórico do conceito e seus mecanismos institucionais, quais sejam as conexões eleitorais e partidárias;
- ✓ Produzir conhecimento sobre os mecanismos e práticas por meio dos quais os representantes eleitos para a Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo estabelecem vínculos com suas bases eleitorais, partidárias e organizações da sociedade civil.

Objetivos Específicos

- ✓ Tratar o tema da “representação política”, destacando, no âmbito teórico os principais elementos que a institui, assim como os mecanismos institucionais que a viabilizam por meio do estudo da literatura pertinente;
- ✓ Verificar como se desenvolvem as relações de representação, em especial a dimensão do vínculo entre representantes e representados na ALES;
- ✓ Verificar como se efetua as relações dos representantes com os meios de comunicação de massa e demais veículos de comunicação, tanto durante a campanha eleitoral quanto durante o mandato parlamentar;
- ✓ Verificar como os eleitos, a partir do estudo de três organizações da sociedade civil, percebem a relação de representação.

3. METODOLOGIA

Considerando o objeto de estudo aqui delineado e as questões a ele direcionadas, o método configurou-se como um processo que foi sendo construído e delineado, isto é, um caminho percorrido visando maior aproximação do tema e dos objetivos propostos para análise, contemplando assim posicionamentos teóricos e abordagens da realidade empírica (MINAYO, 2002).

Desse modo, a pesquisa consistiu-se no estudo acerca da representação política no âmbito do governo representativo e, neste universo, partiu-se da hipótese da ocorrência de uma denominada crise de representação, como algo que marcasse os debates em torno da desconfiança generalizada da população na legitimidade democrática da representação política. Problemática esta, diga-se de passagem, “que não pode ser equacionada apenas com o aperfeiçoamento da democracia eleitoral e de seus mecanismos, como demonstra a experiência de dois séculos de governo representativo” (ALMEIDA, 2011, p.43).

A literatura que trata da temática do governo representativo, da representação política e das diversas questões que a circunscrevem, bem como aquela que focaliza os problemas levantados pela suposta crise da representação, a saber, a deficiência na conexão entre representantes e representados, tanto no que diz respeito aos seus interesses, perspectivas e opiniões, quanto em relação à distância dos primeiros da realidade dos segundos, constituiu o referencial teórico e analítico que deu substrato as análises efetuadas.

Do ponto de vista empírico a intenção inicial seria entrevistar dez parlamentares de duas legislaturas consecutivas da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, (2003-06 e 2007-10). Entretanto, devido a diversas dificuldades não foi possível realizar todas as entrevistas planejadas. Apenas duas foram efetuadas. Como elas são insuficientes para realização de qualquer inferência sobre o objeto, elas foram trabalhadas como ilustração ao argumento desenvolvido.

Do lado da sociedade civil, visando identificar como os eleitores percebem a relação de representação, bem como os mecanismos utilizados pelos eleitos para conectarem-se

com os eleitores, foi priorizada a realização de entrevistas com algumas organizações da sociedade civil. Tal estratégia vinculou-se ao fato de que informações agregadas relativas aos eleitores demandariam a realização de um *survey*, porém não haveria tempo hábil para realização do mesmo no âmbito de uma dissertação de mestrado. Por isso, foram selecionados alguns membros de comissões e organizações da sociedade civil com a intenção de obter pelo menos aproximações sobre a visão dos eleitores.

Desse modo, foram escolhidas três comissões, duas organizações e um movimento social. Entre as Comissões foram selecionadas: a) Direitos Humanos, b) Direito do Consumidor, c) Combate à Corrupção e Impunidade; Quanto às organizações foram escolhidas a) Relações Institucionais da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Espírito Santo, b) Federação das Indústrias do estado do Espírito Santo – FINDES; e entre os movimentos sociais foi escolhido o Fórum da Juventude Negra do Espírito Santo – FEJUNES.

A escolha das comissões citadas fundou-se no pressuposto de que elas atuam no âmbito da intermediação entre Estado e sociedade, visando à defesa da legalidade. Neste sentido, se pressupõem que elas possuem uma leitura quanto à eficácia da atuação dos representantes políticos, em termos de atenção às demandas da população.

Em relação a OAB/ES considerou-se que apesar de tratar-se de órgão institucional ligado à classe de profissionais que representa a OAB/ES também se dedica à defesa de direitos de grupos e minorias da sociedade civil por meio de suas comissões temáticas. Deste lugar, os membros da OAB/ES também têm uma leitura acerca da representação política presente entre os grupos e minorias com os quais trabalham.

Para tratar da percepção no âmbito empresarial a escolha recaiu sobre a Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES). Considerou-se que a entrevista com alguns membros poderia dar uma noção de como esse segmento social percebe a relação de representação política e quais são as conexões estabelecidas entre os representantes estaduais e o segmento empresarial.

No que concerne ao Fórum da Juventude Negra do Espírito Santo – FEJUNES, movimento social que atua na militância das causas relativas à igualdade racial e combate ao racismo, além de buscar identificar qual tem sido, na prática, a relação da FEJUNES com os deputados eleitos, buscou-se saber o quanto a FEJUNES tem sido ouvida e atendida em suas demandas pelos parlamentares capixabas.

No que concerne a análise dos dados e informações as contribuições trazidas por Leal referentes às tipologias clássicas de classificação das diferentes escalas de fidelidade do representante forneceu pistas de fundamental importância. Sobre esse aspecto Leal argumenta nos seguintes termos:

...essas tipologias tentam compreender a quem o parlamentar é fiel prioritariamente. Deve seguir sua consciência? Os grupos sociais que lhe deram apoio eleitoral? Os eleitores típicos do partido em geral, ou os seus? As lideranças parlamentares e partidárias. A população de forma genérica? (LEAL, 2005, p. 32)

Tendo-se em conta que os deputados se submetem, durante o exercício do mandato, a essas influências concomitantemente, os questionamentos aos quais foram submetidos têm a intenção de compreender como, na prática, os parlamentares entrevistados encaram e resolvem o problema da representação, haja vista que são filiados a um partido cujas determinações e instâncias influenciam na atuação parlamentar, bem como são eleitos como representantes de grupos sociais ou movimentos organizados, que vão cobrar o papel de porta-voz de suas demandas.

Nesse sentido, tendo por base o modelo metodológico utilizado por Leal (2005) em seu trabalho acerca da atuação representativa de deputados federais do PT, a pesquisa foi realizada por meio de entrevista estruturada contendo até vinte perguntas entre abertas e fechadas. Esta abordou aspectos teóricos relativos à noção de representação política e de ordem prática sobre o cotidiano das atividades parlamentares. Entre os aspectos práticos buscou-se saber sobre a organização dos gabinetes e suas regras de composição e funcionamento, assim como sobre a forma de definição da agenda do deputado, seu tempo na atuação legislativa propriamente dita e em relação ao contato com suas bases eleitorais e com o partido.

Em relação aos gabinetes parlamentares focou-se na formação do pessoal de assessoria, indicativo do exercício de representação por parte do mandatário, tendo em vista que a

configuração da equipe de trabalho revela um retrato dos atores que influenciam no mandato do representante.

A sistematização e análises dos dados obtidos, bem como a interpretação dos mesmos constituem os conteúdos do capítulo III, antes, porém o capítulo I aprofunda a discussão em torno da relação entre Governo Representativo e democracia, discutindo o desenvolvimento da representação dentro dos princípios básicos que regem o Governo Representativo. O capítulo II trata do conceito de representação e das tensões inerentes a representação e dos mecanismos institucionais que a viabilizam: eleição, partidos políticos e papel dos meios de comunicação de massa.

CAPÍTULO I

GOVERNO REPRESENTATIVO E DEMOCRACIA

O conceito de representação política é sem dúvida um dos elementos-chaves da modernidade, e como tal tem permeado o debate desde a emergência do Estado moderno. Na evolução do conceito desde sua origem com os clássicos do pensamento político moderno (Hobbes, Locke, Rousseau, Burke, Bentham, Stuart Mill, etc.) – séculos 18 e 19 – até os pensadores contemporâneos é possível verificar que são recorrentes os problemas que devem ser enfrentados pela Ciência Política para equacionar a questão relativa ao Governo representativo (PITKIN, 2006[1989]; URBINATI, 2006; CASTRO & RAMOS, 2009; MENDES, 2007).

No centro do debate está a questão de como uma ordem política pode ser constituída de forma a postar-se legítima aos cidadãos, os quais, por isso mesmo, devem prestar obediência à autoridade constituída. Desde a origem o problema colocado refere-se a como em um mundo marcado pela procura legítima e razoável de interesses pessoais, é possível constituir uma autoridade legítima (governo/representação política) que seja sustentada por todos os cidadãos e qual forma ela deve assumir. Em torno dessa controvérsia a ciência política recorrentemente se debruça buscando mecanismos válidos e aceitos para ancorar a relação entre representantes e representados, ou seja, para “a realização de uma relação de controle (regular) entre governantes e governados” (COTTA, M. 1986, p.1102).

Por outro lado, vale ressaltar que o conceito de representação política implica em relações imateriais e abstratas de difícil percepção para a maioria dos cidadãos, o que acaba criando distâncias entre representantes e representados, além de constituir-se em um território de disputas de sentido, daí sua recorrência no debate. Sobre este aspecto a análise de Castro & Ramos (2009) é bastante elucidativa:

A representação política é possivelmente um dos fenômenos imateriais mais complexos da vida social. Aqueles que não executam a política diretamente, mas são inevitavelmente afetados por sua prática, desenvolvem visões em posições distantes de seus representantes e da maioria das instituições políticas. Esse arranjo afeta a imagem que fazem da política em geral e, em específico, influencia a forma como constroem seus próprios papéis no sistema representativo. A distância pode trazer como resultado algumas concepções que enfraquecem nosso ideal cívico – a aversão, a mistificação e a indiferença, por exemplo, podem afastar o cidadão ainda mais da esfera política (CASTRO & RAMOS, 2009, p. 57).

Apesar do caráter complexo, tanto na teoria como na prática, a relação de representação tem papel fundamental para a vigência da democracia. Sobre este aspecto, Joaquim Aguiar explica a relação de representação e sua relevância na prática da democracia política, nos seguintes termos:

A lógica do exercício do poder baseia-se na função de representação: o eleito está vinculado por um mandato dos seus eleitores, pressupondo-se que procurará satisfazer as suas expectativas ou as promessas que apresentou e que motivam os votos que recebe. (AGUIAR, 1988, p.59).

Depreende-se da afirmação de Aguiar que a função da representação estabelece-se sobre um vínculo que irá direcionar o exercício do poder em um governo representativo. A lógica que se expressa pela função representativa consiste em decisões políticas que seriam o produto da interpretação, pelo representante eleito, das ideias e anseios de seus eleitores. Nesse sentido Aguiar prossegue:

... é ainda a função de representação que possibilita a actividade de regulação no exercício do poder político, no sentido em que o grau de satisfação dos diversos interesses sociais é um indicador relevante para a evolução no tempo das decisões políticas. (1988, p.59).

Porém é preciso explicitar, antes de avançar a discussão, em que consiste conceitualmente um governo representativo. Para a empreitada buscamos o apoio de Norberto Bobbio que em seu livro “O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo” nos brinda com uma definição clara e concisa, nos seguintes termos:

A expressão ‘democracia representativa’ significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade. (BOBBIO, 1986, p.44, [1984], aspas no original)

Bobbio prossegue explicando o significado da extensão do conceito de representativo também para o Estado e as implicações que decorrem desse fato.

Os Estados que hoje habituamos a chamar de representativos são representativos porque o princípio da representação está estendido também a numerosas outras sedes onde se tomam deliberações coletivas, como são as comunas, as províncias (...). Em outras palavras, um Estado representativo é um estado no qual as principais deliberações políticas são tomadas por representantes eleitos, importando pouco se os órgãos de decisão são o parlamento, o presidente da república, o parlamento mais os conselhos regionais, etc. (BOBBIO, 1986, p.44, [1984])

Entretanto, para o funcionamento do governo representativo foi preciso instituir mecanismos de mediação entre a sociedade e o Estado. Com isso, desde o aparecimento da democracia representativa, ou democracia de massas, no século XIX, “os partidos políticos têm sido os principais agentes da representação e ‘canalização’ na política democrática” (Mainwaring, 2001, p.40)

Embora os partidos sofram influência de fatores diversos — sistema eleitoral, ambiência eleitoral e das dimensões social econômica e cultural de um país — eles têm papel preponderante na mediação do acesso ao poder nas democracias liberais. Isto porque é por intermédio dos partidos que os governos democráticos são eleitos. Neste sentido, Mainwaring sublinha que:

Com raras exceções, mesmo quando as campanhas se baseiam mais nos indivíduos do que nos partidos, as eleições se organizam em torno de partidos concorrentes. Os candidatos competem por intermédio de um partido e de uma legenda partidária. Nesse sentido formal, os partidos praticamente monopolizam o acesso aos cargos eletivos na maioria das democracias. (MAINWARING, 2001, p.41)

Por conseguinte, foi com o advento dos partidos e seus programas políticos que os mecanismos instituidores da representação instauram a possibilidade da competição eleitoral de forma organizada e abrangente. Desta forma, os partidos organizados permitiram uma aproximação entre eleitores e eleitos, haja vista que os candidatos passaram a ser escolhidos pela organização partidária.

O partido constituiu-se em local em que seus militantes poderiam se manifestar, além de permitir que cidadãos se reunissem por afinidades sociais e intelectuais e, assim, poderia participar da escolha de candidatos e eleger pessoas que se afinassem com suas demandas e formas de pensar.

O partido permite, ainda, que seus membros eleitos estejam em permanente contato com sua base partidária, criando-se ali uma relação de dependência para com a agremiação política. Fato este que permite aos militantes, ou seja, aos cidadãos comuns, um caminho mais fácil para fiscalizar a atuação do seu representante, inclusive fora dos períodos eleitorais. Sobre essa relação, expõe Manin “apresentando-se diante dos eleitores com um programa, os partidos pareciam dar aos próprios cidadãos a possibilidade de determinar a política a ser seguida” (MANIN, 1995, p.6).

Desta forma vê-se que, com o surgimento dos partidos, sobretudo dos partidos de massas, a representação política foi viabilizada no bojo das tensões que instaurou a democracia representativa como forma de governo nas sociedades de massas, a partir do final do século XVIII. Essa nova forma de governo, no entanto, transcorre por uma principiologia que, segundo Manin, permeia o governo representativo desde sua gênese.

Trata-se de quatro princípios constituintes do governo representativo, que foram traduzidos em instituições e práticas que dão corpo e materialidade as formas de governo do Estado moderno.

1. Dos princípios do governo representativo

Os quatro princípios que estruturam as instituições do governo representativo, segundo Manin (1999, p.4), fundamentam-se nas seguintes ideias: a) *eleição dos representantes pelos governados*; b) *independência parcial tida pelos representantes diante das preferências dos eleitores*; c) *liberdade de manifestação da opinião pública sobre assuntos políticos* d) *o debate como caminho essencial para as decisões políticas*;

Ao explanar sobre importância de eleições periódicas, como garantia do governo representativo, Manin mostra que há uma relação causal entre eleições e efetividade representativa, considerando que “[...] não existe representação quando os governantes não são periodicamente eleitos pelos governados.” (MANIN, 1999, p.8).

Desta forma, ao pleito eleitoral é essencial que se confira a relevância merecida enquanto princípio do governo representativo, por duas razões principais. A primeira consiste no fato de que a eleição não elimina a diferença de status entre povo e governo, mas confere atribuição de autoridade a determinados indivíduos para que governem

sobre outros. A segunda implica que um sistema eletivo não requer que os governantes sejam semelhantes aos governados.

Significa dizer que um sistema eletivo não cria uma identidade entre ambos os lados, e também que os cidadãos comuns tenham apenas uma posição subordinada no governo representativo. Isto é, os cidadãos não estão limitados apenas a designar e autorizar os que governam. A periodicidade do processo eleitoral garante certo poder de influência sobre as decisões do governo, na medida em que nas eleições subsequentes os cidadãos poderão destituir do poder os representantes que não os agradou.

Por outro lado, Alkmim (2013) ao tratar as eleições como mecanismo autorizativo da representação política, a partir de uma perspectiva crítica à visão liberal, evidencia o significado intrínseco do voto nos seguintes termos:

No ato do voto abre-se mão do poder, da soberania da vontade política, pois submete-se essa vontade ao princípio da representação. A alienação daí decorrente é explicada pelo conjunto de características do sistema social como um todo, com a sua correlação de forças. Não se trata tão-somente de um princípio normativo, ainda que contraditório, que tem o seu molde no sistema de representação. O princípio da representação indireta é necessário dentro de uma estrutura de correlação de poder mais abrangente e que envolve a formação dos valores políticos, da própria opinião pública. (ALKMIN, 2013, 58 p.)

O que se depreende do argumento deste autor é que, para além do caráter normativo da eleição, as questões perpassadas pelo processo eleitoral refletem as características da realidade social como um todo com sua correlação de forças. Isto significa de acordo com Pitkin, que os pólos da relação entre representados e representantes apresentam interesses e características diferenciados, tornando a eleição “uma atividade substantiva, na qual estão envolvidos interesses e na qual as decisões não dependem meramente de competência, não sendo escolhas tão-somente arbitrárias” (Pitkin 1967, *apud* Alkmin, 2013, p.62)

Tal compreensão retira da eleição o caráter simplista de uma relação formal, sem mediações que fizessem com que essa relação fosse algo mensurável como uma lógica que se explica pela ação de investidura, por meio do voto, de um representante nas instâncias de governo e sua atuação conectada aos anseios de seus eleitores, no sentido de ali se fazer ouvir e valer o que estes querem e precisam enquanto sujeitos livres. Para Alkmin, a condição de isolamento dos eleitores defrontados com a urna eleitoral reflete

uma condição de atomização, na qual esses eleitores encontram-se pulverizados, uma condição de alienação institucional. Portanto, trata-se do ato de votação de homens atomizados serializados e alienados da sua condição social, reunidos, porém sem uma consciência coletiva mais geral, que, nesta condição específica, fazem a mediação com a realidade.

Por outro lado, como a representação consagrou-se como uma atividade institucionalizada, governos representativos de formas diferentes asseguram eleições livres, direito de voto, que os representantes tenham um poder efetivo e que a oposição exerça o seu papel. Neste sentido, Alkmin argumenta apoiado em Pitkin (1967) que existirá sempre uma constante tensão entre o ideal da efetividade do sistema de representação e aquilo que é realmente alcançado. Significa dizer que

... a ênfase da proposta relativista e institucional defendida por Pitkin neste momento recai sobre a legitimidade dos procedimentos, do processo democrático, capaz de com suas características tornadas públicas e exercitadas, ser capaz de garantir o êxito e a estabilidade do sistema político. (ALKMIN, 2013, p. 62)

O segundo princípio, *independência parcial tida pelos representantes diante das preferências dos eleitores*, “se traduz na rejeição de duas práticas que igualmente privariam os representantes de qualquer autonomia de ação: os mandatos imperativos e a revogabilidade permanente e discricionária dos eleitos” (MANIN, 1995, p.8). Práticas estas que pautou um amplo debate desde o século dezoito e que de alguma forma marcou a tensão entre governo representativo e democracia. De um lado, estão os defensores do governo representativo como sendo aquele em que os eleitos não têm a obrigação de realizar a vontade dos eleitores, argumentado que ele nunca foi uma forma indireta de soberania popular; de outro os defensores a democracia entendida como um regime de autonomia coletiva em que as pessoas submetidas a normas fazem as normas (MANIN, 1995, p.10).

Tal afirmação, entretanto, não implica numa discricionariedade do representante como um salvo-conduto para um mandato de liberalidades, sem que haja embutido ali uma vinculação necessária. Porque a discricionariedade deve ser entendida como atribuição vinculada, pela qual o representante político pode decidir e agir segundo convicções próprias, mas balizado pelas normas que definem e tutelam a sua atuação enquanto

agente público e, sobretudo, pela ciência de que a retransmissão, para dentro das instituições políticas, das demandas dos representados, se faz necessária.

A liberdade de manifestação da opinião pública sobre assuntos políticos independentemente do controle do governo constitui o terceiro princípio, o qual está diretamente ligado à relação de comunicação entre governantes e governados. Isto porque não é suficiente que se confira, formalmente, aos representados o direito de se manifestarem, independentemente de controle de governo, sem que para isto aos cidadãos seja também disponibilizado livre acesso à informação política.

É essencial, portanto, a divulgação da agenda política, bem como os passos da atuação, decisões, enfim, o cotidiano da atuação representativa, para que assim os representados possam ter conhecimento do que de fato acontece nas casas de governo enquanto local de decisões e definições de políticas públicas.

A questão da liberdade de opinião política como princípio do governo representativo implica em considerar dois requisitos. Primeiro para que os governados possam formar suas opiniões é essencial que eles tenham acesso à informação. Isto é, a garantia de que os atos políticos serão publicizados para que os cidadãos tenham livre acesso aos mesmos. Segundo, que os governados tendo acesso às informações tenham liberdade de expressar opiniões políticas e se manifestarem sem controle, a título de censura, por parte do governo.

O princípio da liberdade de opinião e expressão liga-se ao princípio da independência parcial dos representantes diante das preferências dos eleitores estabelecendo uma relação de interdependência. Sobre este aspecto Manin destaca que:

Em sua dimensão política, a liberdade de opinião surge, assim, como contrapartida à ausência do direito de instrução. Não se exige que os representantes ajam de acordo com os desejos do povo, mas eles não os podem ignorar: a liberdade de opinião garante que, existindo esses desejos, eles serão levados ao conhecimento dos representantes. Como estes sabem que estão sujeitos ao teste da reeleição, têm um bom motivo para levar em *consideração* os desejos do povo. Dessa maneira, a vontade popular se torna um componente reconhecido do ambiente que cerca uma decisão. (MANIN, 1995, p.12)

A publicidade dos atos e decisões de governo para a formação de opinião política faz desta última o ponto vinculativo da atuação do representante enquanto agente

independente, porém não solto para decidir da forma que bem entender, pois a opinião é termômetro de satisfação e fiscalização, que faz com que a atuação representativa esteja atenta às demandas dos cidadãos. Neste aspecto reside a excelência da boa e eficaz divulgação dos atos de governo para que o cidadão possa emitir sua opinião sem que haja interferência, manipulação ou tendências dos divulgadores.

A excelência e imprescindibilidade do debate como ato antecessor à tomada das decisões políticas caracterizam o quarto princípio. Pelo conteúdo deste princípio pode se compreender a importância da assembleia para o governo representativo. Tal relevância para Manin (1995) está no fato que:

...desde suas origens, a idéia de representação esteve ligada à da discussão, nesse tipo de governo [...] os representantes gozam da mais ampla liberdade de expressão dentro do recinto da assembleia. O elo entre representação e discussão só pode ser entendido pela introdução da noção intermediária de assembleia. O governo representativo sempre foi interpretado e justificado como um sistema político em que a assembleia desempenha um papel decisivo. (MANIN, 1995, p.14)

Mais do que colocar a figura do debate e da assembleia como característica inerente ao governo representativo, ressalta que o debate prévio é o alicerce da decisão democrática, da ação política que emana de uma vontade coletiva, haja vista que múltiplos representantes serão ouvidos e opinarão e, por consequência, em tese, seus representados estarão também sendo ouvidos. Portanto, de acordo com Manin (1995):

É inegável, porém, que o governo representativo não foi proposto, nem estabelecido, como um regime em que o poder seria confiado a um único indivíduo escolhido pelo povo; ao contrário, foi criado como um regime em que um órgão decisório coletivo deveria ocupar uma posição central (MANIN, 1995, p.14).

Depreende-se da citação acima que além do debate prévio as decisões, outra dimensão fundamental é a natureza coletiva dos órgãos decisórios, o que implica que a noção de governo representativo “sempre esteve vinculada à aceitação da diversidade social”(MANIN, 1995, p.14). Isto é, desde os primeiros defensores das modernas assembleias representativas elas foram vistas como simultaneamente coletiva e diversificada. Sobre este aspecto Manin sublinha que:

A natureza coletiva e diversificada do organismo representativo, e não a existência de uma convicção prévia e independente nas virtudes do debate parlamentar, é que explica o papel atribuído à discussão. Em um organismo decisório de caráter coletivo, cujos numerosos integrantes são eleitos por populações diferenciadas, e que provavelmente têm opiniões divergentes, o

problema é alcançar um acordo, uma convergência de vontades (MANIN, 1995, p.15).

Com efeito, observa-se que desde a gênese da concepção do governo representativo, no século 18, o papel do debate parlamentar é realizar a tarefa específica de produzir acordo e consentimento; e não constituir em si mesmo, um princípio de tomada de decisões. Consentimento este que se realiza calcado em uma maioria, mas não em uma concordância universal, menos ainda como uma expressão da verdade. Isto porque, está em jogo interesses e vontades divergentes, muitas vezes inconciliáveis, cuja busca de acordo em torno de alternativas não supõem superioridade de umas sobre as outras, mas sim o consentimento de uma maioria, ao final dos debates. Mais precisamente Manin esclarece que:

Os fundadores do governo representativo colocaram a igualdade das vontades na base de suas concepções políticas: nenhuma superioridade intrínseca confere a determinados indivíduos o direito de impor sua vontade aos demais. Por conseguinte, se uma convergência de vontades deve ser atingida numa assembleia onde nem o mais forte, nem o mais competente, nem o mais rico, têm razões para impor sua vontade aos demais, todos os participantes devem procurar conquistar o consentimento dos outros através da persuasão (MANIN, 1995, p.15-16).

Finalizando a discussão sobre os quatro princípios do governo representativo, Manin destaca a permanência da vigência dos mesmos ao longo de toda a história do governo representativo, argumentando que “a representação política mudou muito menos do que se pensa” (Idem, p.17). Apesar de concordar que, face às transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas ao longo deste tempo, a representação política sofresse as implicações deste processo, seu argumento não é de que o instituto da representação está em crise, mas sim que está ocorrendo “um deslocamento e um rearranjo da mesma combinação de elementos que sempre esteve presente desde o final do século XVIII” (MANIN, 1995, p.33).

Desse modo, na visão de Manin a insistência na ideia de que existe uma crise de representação se deve à percepção de que o governo representativo vem se afastando da fórmula do governo do povo pelo povo. Todavia enfatiza que a atual situação assume outros contornos quando se compreende que a representação nunca foi uma forma indireta ou mediada de autogoverno do povo. Significa dizer que o governo representativo foi concebido como um sistema político original baseado em princípios distintos daqueles que organizam a democracia direta, mas não como um tipo particular de democracia.

CAPITULO II
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA:
UMA RELAÇÃO DE MUITAS FACES, CONEXÕES E TENSÕES

2. Representação e sua prática

Como abordado no capítulo precedente os princípios do governo representativo foram estabelecidos entre os séculos 18 e 19, com o propósito de refrear as massas e construir um governo limitado e, desta forma, responsável. Desde então o tema da representação política e seu processo de consolidação como prática das democracias representativas sempre encontrou entraves para seu estabelecimento. Entre as principais controvérsias estão tanto aqueles que desconfiavam de um déficit de soberania que a representação engendraria no processo democrático tal como Rousseau (1978), que gerou mais tarde reflexões como a iniciada por Hannah Arendt (1958), para quem a política deve ser considerada como ação e liberdade, onde a pluralidade é condição *sinequa non*, quanto aqueles que buscaram a desconstrução do próprio processo democrático, questionando a viabilidade de sua proposta (ALMEIDA, 2008; FARIA & D'ÁVILA FILHO, 2009)

Na raiz dessa tensão constitutiva que perpassa a discussão, desde os seus primórdios, há uma incessante busca por mecanismos de aproximação entre eleitos e eleitores que permitam estabelecer conexões em que “os valores e interesses dos cidadãos, de alguma forma, guiem aqueles que falam por eles em processos políticos coletivos” (HOCHSTETLER & FRIEDMAN, 2008, p.48). De um modo geral, a literatura sobre o tema indica que os debates relativos a essas conexões entre eleitos e eleitores podem ser vistos segundo um critério autorizatório ou delegativo como proposto por Pitkin (1972), ou mesmo à luz de um princípio de distinção de acordo com Bernard Manin (1995), ou segundo Urbinati (2006), que considera que foi a representação que democratizou a democracia, ou a partir de um ponto de vista mais abrangente, que entende que as novas práticas participativas podem refletir em um ambiente social que almeja ter em seus representantes uma maior expressão de suas diversas possibilidades de identidades sociais, tais como Pierre Rosanvallon (2006), e Young, (2000). Neste sentido, Hochstetler & Friedman (2008) argumentam que:

Teoricamente, a representação é um conceito disputado, com múltiplos significados de base histórica e filosófica (Manin, 1997; Pitkin, 1967; Saward, 2001). Empiricamente, os estudiosos tendem a restringir seus domínios, limitando-se ao mundo dos partidos, eleições e sistemas eleitorais, freqüentemente sem comentários ou justificativas especiais (Kitschelt, 2000; Powell, 2004; Przeworski; Stokes; Manin, 1999) (HOCHSTETLER & FRIEDMAN, 2008, p.48).

Por outro lado, com as grandes mudanças engendradas no âmbito da esfera política desde o século passado, tais como a expansão do sufrágio, com a conseqüente entrada das massas na vida política e o advento dos partidos políticos de massa, o local do debate foi deslocado para o interior e entre os partidos. Desse modo, a teoria da representação que no seu nascedouro discutia a legitimidade do contrato social na constituição do governo representativo, passou a se preocupar com o tema do revezamento dos representantes eleitos no poder. (ALMEIDA, 2011).

Assim, apesar de a conexão entre democracia e representação passar a ser amplamente aceita a partir do mecanismo das eleições, considerando sua capacidade de escolher boas políticas ou políticos que as sustentam e de garantir a responsividade dos governantes, deve-se considerar que estas premissas estão sendo desafiadas e sua legitimidade questionada na política contemporânea. Manin, Przeworski e Stokes (2006, p. 105-106), tratando do tema das eleições e representação, enfatizam que democracia e representação são conectadas via eleição a partir de dois pontos de vista: o primeiro postula que quando existem eleições livres, ampla participação e liberdade política os representantes agirão em favor dos interesses da população; já o segundo ponto de vista envolve prestação de contas, pois aponta que os representantes tenderão a escolher boas políticas porque sabem que serão avaliados numa próxima eleição. Entretanto, esses autores destacam que:

Ambos os pontos de vista são problemáticos. Representação é um tema de discussão porque os políticos têm objetivos, interesses e valores próprios, e eles sabem coisas e tomam decisões que os cidadãos não conseguem observar ou só podem monitorar com certo custo. (...). [Em contrapartida], os eleitores não sabem tudo que precisariam saber, tanto para decidir prospectivamente o que os políticos deveriam fazer, quanto para julgar retrospectivamente se eles fizeram o que deveriam ter feito. (...). Por sua vez, se os cidadãos não tiverem informações suficientes para avaliar o governo em exercício, a ameaça de não ser reeleito é insuficiente para induzir os governantes a agirem de acordo com os interesses dos cidadãos (MANIN, PRZEWORSKI e STOKES, 2006, p. 106).

Após ampla análise das mediações estabelecidas na relação entre representantes e representados, eles concluem que o “controle dos cidadãos sobre os políticos é, no melhor dos casos, altamente imperfeito na maioria das democracias”, por um lado, e que “as eleições não são mecanismos suficientes para assegurar que os governantes farão tudo o que puderem para maximizar o bem-estar dos cidadãos”, por outro. Por isso, propugnam por uma reforma e uma inovação institucional que conduzam as instituições eleitorais a aumentarem a transparência da responsabilidade, de modo a facilitar aos cidadãos recompensar ou punir os responsáveis (Idem, p.132-133).

É no âmbito dessa problemática que ocorrem os questionamentos relativos à legitimidade do modelo de representação política calcado no mecanismo eleitoral, sobretudo no que concerne ao déficit democrático resultante destas experiências. Além disso, as recentes manifestações empíricas de descontentamento com a democracia representativa parecem reforçar o sentimento de crise de legitimidade da representação. Os sinais mais visíveis da suposta crise são a abstenção eleitoral; o esvaziamento dos partidos políticos; a presença de lideranças pessoais e plebiscitárias e a desconfiança do cidadão na classe política e nas instituições (MIGUEL, 2003, 2014, CASTRO & RAMOS, 2009, ALMEIDA, 2011).

Todavia, esse não é um fenômeno presente em um país ou outro, ele está presente na maioria dos países de regimes democráticos e respectivos sistemas representativos; observadas as especificidades da trajetória histórico-política de cada país. Ao mesmo tempo, desde meados do século passado, em razão das profundas mudanças ocorridas na dinâmica societária tem emergido novos atores políticos responsáveis por reconfigurar e renovar a representação política ao desafiar as bases sobre as quais a legitimidade democrática foi construída. Esse movimento duplo de contestação e renovação parece indicar que a crise de representação, se existente, está mais associada a um modelo específico de exercer e compreender a representação política, do que com a ideia própria de representação (ALMEIDA, 2011, pg.36). Sobre este aspecto a autora argumenta que:

Representação é um conceito e uma prática definidos tanto a partir das contingências históricas e de escolhas arbitrárias, quanto de decisões conscientes de operadores da política, tomadas dentro de contextos sociopolíticos específicos. Além disso, é preciso considerar a relação estreita entre a ciência política moderna e a definição de representação e legitimidade. (ALMEIDA, 2011, pg.37).

Com a intenção de decifrar se a representação estaria em crise ou se, ao invés disso, ela estaria passando por um processo de renovação de seus mecanismos, Almeida (2011) buscou identificar os principais sinais empíricos da crise da democracia representativa tais como a desconfiança e a falta de apoio da população em relação aos representantes e as instituições. Após uma ampla análise da literatura pertinente tanto dos Estados Unidos quanto de diversos países da Europa, a autora argumenta que os sintomas da crise podem ser vistos em toda parte (ALMEIDA, 2011, pg. 37-39).

Em relação à América Latina e ao Brasil os referidos sintomas também se apresentam da mesma forma que nos demais países mencionados, embora Almeida argumente que os países da América Latina pertencem ao grupo de países com tradições históricas complexas do ponto de vista do atendimento de direitos, assim como em relação ao funcionamento das instituições representativas.

No que concerne a especificidade da América Latina a autora chama atenção para o fato de a democracia representativa ter alcançado efetivamente estes países somente a partir das últimas décadas do século 20⁴, além disso, trouxe em seu bojo os vícios dos regimes autoritários pretéritos. No dizer de Almeida:

Na América Latina, a democracia representativa, que se consolidou a partir da chamada 'Terceira onda da democratização', carrega os vícios do período autoritário no que concerne à presença de relações clientelistas e paternalistas; à baixa institucionalização do Estado na defesa de direitos e à consequente desconfiança dos cidadãos em relação aos representantes (ALMEIDA, 2011, p. 40).

⁴Em relação aos processos de democratização Samuel Huntington considera que ocorreram pelo menos três ondas que marcaram os diferentes processos. A Primeira Onda ocorreu entre 1828 e 1926 e foi a mais extensa, tendo como inspiração a Revolução Francesa. A partir de tal evento a luta pelo sufrágio universal se espalhou pelo continente europeu e América do Norte. A Segunda, após a Segunda Guerra Mundial e a Terceira, inaugurada com a Revolução dos Cravos, em Portugal, em 1974, a qual atingiu diversos países na América Latina neste período. (HUNTINGTON, Samuel. A terceira onda: democratização no final do século XX. São Paulo: Ática. 1994).

De fato, as transições de regimes autoritários para democráticos tornaram-se o principal fenômeno político no cenário mundial a partir dos anos de 1970. Tal processo se iniciou pelo sul da Europa (Grécia, Portugal, Espanha) nos anos 70, passou pela América Latina e Leste Asiático (Filipinas, Paquistão, etc.) nos 80, e atingiu a Europa Oriental, com a queda dos governos comunistas, no final dos anos 80 e início dos 90⁵. Em todas essas regiões, com exceção dos países do sul da Europa, o processo de democratização, apesar das diferenças que os especificam, tem pelo menos uma condição comum: a recente derrubada das ditaduras, conduzindo à restauração de uma democracia que nunca antes chegou a se consolidar⁶.

Diversos estudiosos dos regimes democráticos, entre eles O'Donnell e Weffort, têm caracterizado os regimes políticos emergentes desse processo na América Latina de “*Novas Democracias*”⁷. Segundo Weffort, o qualificativo de *novas* visa distinguir e caracterizar essas democracias como sendo aquelas:

...cuja construção ocorre em meio às condições políticas de uma transição na qual foi impossível a completa eliminação do passado autoritário. Além disso, essa construção se dá em meio às circunstâncias criadas por uma crise social e econômica que acentua as situações de desigualdade social extrema, bem como de crescente desigualdade. Em consequência, as novas democracias estão tomando formas institucionais peculiares que enfatizam mais a delegação do que a representação (ou a participação) (WEFFORT, F. 1992, p.85).

Desse modo, de acordo com O'Donnell, apesar de países como Brasil, Peru, Argentina, Equador e Bolívia da América Latina e, provavelmente, alguns países da Europa Central e Oriental respeitarem as regras eleitorais, nesses países há territórios em seu interior em que ocorre baixa efetividade da presença do Estado. Isto é, há territórios em que não impera o Estado de Direito, caracterizando uma baixa presença do Estado tanto funcionalmente, quanto territorialmente. Como resultante O'Donnell alerta para a desconexão entre as promessas de campanha dos candidatos a cargos representativos (em especial os cargos executivos) mediante eleições livres e competitivas e as decisões

⁵Sobre estes aspectos ver entre outros: Whitehead, L. “*Dimensões internacionais da democratização: um levantamento das alternativas*”, pp.35-67, e Hurrell, A. “*O apoio externo à democratização e a ordem internacional*”, pp.68-96, ambos In: Sola, L. (Org.) “**Estado, Mercado e Democracia**”, RJ: Paz e Terra, 1993.

⁶Weffort, F. “**Qual Democracia?**”, São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 85

⁷O'Donnell, G. “*Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais. Uma visão latino-americana com uma rápida olhada em alguns países pós comunistas*”, In: **Novos Estudos**, n°. 36, julho/1993, pp.123-145

discricionárias que tomam e implantam uma vez eleitos. Esse estado de coisas, aliado à ineficiência das instituições estatais de *accountability*, caracterizaria o que ele denominou de “democracia delegativa” (O’DONNELL, 1993).

Apesar de alguns autores⁸ terem reservas a teoria da democracia delegativa de O’Donnell é inegável que a baixa presença do Estado e o distanciamento entre interesses dos cidadãos e decisões dos governantes, podem estar associados à sensação de crise da democracia representativa.

De um modo geral, apesar de alguns autores se recusarem a aceitar a existência de uma suposta crise do governo representativo defendendo sua superioridade em relação a outras formas (URBINATI, 2006), ou argumentando que não haveria crise e sim estaria ocorrendo um processo de reconfiguração (MANIN, 1997), ou, por outro lado, defendendo que a crise repousa na incapacidade da democracia representativa de fato representar o povo ausente ou alcançar certo ideal democrático de soberania popular (ROSANVALLON, 2010), entre outros posicionamentos semelhantes, o fato é que o tema da crise assumiu o centro do debate na arena política nas últimas décadas.

Enfim, o que se observa na literatura estudada é que não há consensos estabelecidos em relação à crise de representação. Entretanto, um aspecto que chama atenção, em diferentes análises, é o argumento da erosão da confiança que os cidadãos depositam não só em seus dirigentes, mas também nas instituições políticas. Neste sentido, no dizer de Almeida, as diversas análises, sejam as relativas à crescente insatisfação com a democracia representativa, sejam aquelas decorrentes da literatura participacionista, sobretudo, os estudos sobre o funcionamento da representação política e sua transformação:

Lançam nova luz sobre a crise de legitimidade da democracia representativa, ao mostrar que a crise não está associada à ideia de representação política ou ao seu uso pela sociedade, mas a um modelo de representação consagrado por muito tempo. Sendo assim, trata-se de uma crise no que tange aos modelos práticos e teóricos que a associam com o dispositivo eleitoral, ao mesmo tempo em que é possível vislumbrar uma renovação, na medida em que a própria representação se recria e, ao se reinventar, demanda novas lentes de compreensão (ALMEIDA, 2011, p.47).

⁸ Ver, entre outros: AVRITZER e COSTA, 2004

Em suma, inúmeros são os problemas que emergem da concepção eleitoral de representação, cuja abordagem aqui buscou exemplificar algumas das tensões existentes. Além destas, na contemporaneidade outras foram emergindo tais como: a influência do poder privado, do dinheiro e da mídia as quais tem contribuído para ampliar o grau de complexidade da relação representante-representado e distanciado a possibilidade democrática contida no princípio da representação. Constatando esta que conduziu Urbinati (2006a) a questionar sob que condições a representação é democrática.

De um modo geral, pode se afirmar, com base nos autores estudados, que a crise de representação tem várias possíveis respostas no âmbito da teoria política. Resumidamente, os estudos podem ser agrupados em duas amplas correntes: de um lado, estão os que defendem um aprimoramento da representação. Para esta corrente, os problemas da representação poderiam ser resolvidos com uma reforma política desde que se garantisse um eficiente processo de fiscalização (*accountability*) (MANIN, 1997; NOVARO, 1995; MIGUEL, 2003).

O eixo analítico dos autores desta vertente está centrado no sistema político e na reconfiguração da representação. Deste ângulo oferecem interpretações de uma transformação em curso no sistema partidário, em que estaria se reconfigurando a relação entre representantes eleitos e cidadãos representados pela perda da centralidade dos partidos políticos como organizadores dos interesses do eleitorado e pela personificação da política pelos meios de comunicação de massa (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006).

De outro lado, comparecem os autores que questionam a qualidade da democracia representativa. Parece haver um consenso entre eles de que o sistema representativo não dá conta de, por si só, aprofundar a democracia e, por isso, argumentam pela necessidade de aumentar a presença da sociedade civil em formas alternativas de representação, sobretudo, através da criação de espaços em que ela possa se manifestar (SANTOS, 2002; AVRITZER; NAVARRO, 2003; COSTA, 1995; 1997). No âmbito dessa vertente o que se observa é que muitas vezes, “a análise da representação nesses espaços é encoberta pela ênfase dada à ‘participação cidadã’ e ao ‘papel da sociedade civil’ como promotora da reforma da democracia” (MOURA, 2009).

Considerando que o instituto da representação, como vimos, prescinde de outros institutos e mecanismos viabilizadores da representação tais como: sistema eleitoral, sistema partidário e dos meios de comunicação de massa, nos itens subsequentes eles serão abordados visando a demonstrar as interfaces desses mecanismos na conformação da representação política.

2.1. A eleição e o processo eleitoral

A eleição por meio do voto, como vimos, constitui-se em princípio fundante do governo representativo. Isto implica que tal governo, na democracia tem como fundamento à competição política, que supõe, como condição essencial, sistemas políticos competitivos, com partidos políticos organizados e na qual as eleições são os alicerces e fonte de legitimação.

O processo eleitoral culmina na eleição, mas abrange outras etapas que influenciam tanto ou mais na investidura do candidato no cargo de representante político. A eleição de um representante é feita pela contagem, seja proporcional ou majoritária, do número de votos que determinado candidato recebeu em um dado sistema eleitoral. O conteúdo desse voto, isto é, a motivação que levou um eleitor a escolher um dado candidato ou partido em detrimento de outro traduz a dimensão de recepção e de expressão das intenções e influências deste cidadão eleitor.

Contudo, a legitimidade deste processo garantidor do sufrágio universal e da incorporação política dos cidadãos adultos é garantida pela presença de um sistema eleitoral que “ é a peça fundamental da engenharia política democrática, uma vez que ele determina as regras mediante as quais as preferências eleitorais dos cidadãos se transformam em poder parlamentar para os partidos em cada eleição” (NICOLAU, 1993, p.15). Embora exista uma grande variedade de sistemas eleitorais, a maioria das democracias consolidadas, a partir de 1945, tem escolhido seus parlamentares e governantes utilizando basicamente dois modelos gerais de representação: o majoritário e o proporcional. Nicolau (1993, p.15) destaca também que, além dos sistemas

eleitorais, compõem a legalidade do processo eleitoral uma série de requisitos gerais que regulam as eleições em cada país: as leis eleitorais.

Essa legislação determina, por exemplo, o número de candidatos que os partidos poderão apresentar, as normas de acesso dos partidos aos meios de comunicação e aos fundos partidários e os mecanismos de controle financeiro das campanhas (NICOLAU, 1993, p.15).

Neste sentido, Cotta (1998) reforça o argumento de Nicolau ao enfatizar a importância da obediência aos requisitos legais e regulatórios do processo eletivo como instrumento do poder parlamentar, nos seguintes termos:

A Representação política pode definir-se então como uma *representação eletiva*. Não é suficiente, porém um tipo qualquer de eleições. Trata-se de eleições competitivas e que ofereçam um mínimo de garantias de liberdade para expressão do sufrágio. Abaixo de um determinado nível de garantias, o processo eleitoral não se pode considerar um instrumento de realização da representação. (COTTA, *apud* BOBBIO, et al, 1998, p. 1104)

As garantias mencionadas por Cotta (1998) podem ser observadas no direito de livre convencimento e escolha por parte do eleitor, que deve gozar de liberdade para formar sua opinião e emitir seus juízos quanto aos candidatos que ali se apresentam. E, para tanto, o elemento essencial para essa garantia consiste nas formas e meios pelos quais se estabelecerá a comunicação entre as partes, quanto as suas intenções e pretensões.

Esta é uma questão fundamental que permeia o processo eleitoral e a investidura dos representantes nos cargos políticos e que, de forma crucial, afeta o exercício da representação. A comunicação e a forma em que se dá a disposição dos discursos, apresentação das propostas e plataformas políticas, ou seja, a troca de informações entre candidatos e eleitores e entre estes e os então eleitos consiste em elemento central na democracia representativa.

Partidos e políticos que detêm maior poder econômico são capazes de promover campanhas mais vistosas e se comunicarem com um maior número de eleitores, haja vista que o poder econômico possibilita o acesso a melhores e mais elaboradas estratégias de *marketing* político, o que pode proporcionar campanhas eleitorais mais agressivas e abrangentes.

Acerca das eleições e das questões relacionadas à campanha política, Cotta (1998) prossegue argumentando conforme segue:

As eleições desenvolverão então funções bem diversas, de mobilização do consenso e de legitimação. Ainda no campo das eleições competitivas, devemos dizer que no processo eleitoral coexistem elementos diversos. Interpretando as eleições como um "juízo" e uma "escolha", devemos observar que juízo e escolha se podem exercer tanto sobre pessoas como sobre programas e atos políticos. Evidentemente, segundo o modelo de representação escolhido, pretender-se-á fazer ressaltar um aspecto de preferência a outros. Num caso, o destaque cairá sobre a escolha pessoal dos representantes; em outro, sobre a determinação prévia das decisões políticas, quase uma estipulação de compromissos vinculantes entre candidatos e eleitores; em outro caso ainda, sobre a ação geral e a posteriori de controle sobre o efeito que daí deriva de responsabilização. (COTTA, M.1998, p. 1105)

Depreende-se da afirmação de Cotta (1998) as principais funções das eleições em relação à mobilização do consenso e da legitimação, assim como em relação aos tipos de vínculos e conexões que se estabelecem no processo eleitoral, cuja dinâmica define a formação de um juízo, ou opinião, que irá derivar numa escolha. Dessa perspectiva fica clara a relevância que as formas de comunicação passam a ter, considerando que o candidato ou partido que melhor se organizar e se expressar para chegar até o eleitor e influenciar a constituição de seu "juízo", mais chances terá de ser o objeto da "escolha" dos eleitores.

Nesse mesmo contexto vale observar que o candidato que melhor dispuser de canais de comunicação, também tem mais probabilidade de sair em vantagem. E que se leia que tal vantagem não é somente aquela derivada das regras e normas legais do processo eleitoral brasileiro, que define, por exemplo, os tempos disponíveis em TV e rádio aos partidos e coligações de acordo com o número de representantes que estes têm no Congresso Nacional⁹. A vantagem de que se fala é a adquirida por estratégias de marketing e uso elaborado dos meios de comunicação de massa disponíveis.

É, portanto, a partir dos requisitos elencados acerca do funcionamento do sistema eleitoral que se tem uma compreensão do que seria a representação enquanto forma e

⁹Do art. 44 ao 57-I da Lei 9.504/97 está disciplinado o tempo de propaganda eleitoral por meio do rádio e da televisão. Existem dois tipos de propaganda eleitoral por meio de rádio e televisão: a primeira seria a chamada propaganda em inserções; a segunda seria a propaganda eleitoral em bloco. Cada uma possui regras próprias quanto à sua distribuição e estão previstas na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que Estabelece normas para as eleições. Em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm>

exercício de governo. E mais que isso se tem as regras constitutivas da lógica institucional do governo representativo teorizada por Mill (1964) e outros pensadores. Significa dizer, de acordo com Bobbio (1987), que a legitimidade e a estabilidade no jogo político democrático ancora-se “preliminarmente num conjunto de regras procedimentais, das quais a regra da maioria é a principal, mas não a única” (idem, p.65) e que por sistema democrático “entenda-se justamente um sistema cuja legitimidade depende do consenso verificado periodicamente através de eleições livres por sufrágio universal” (Idem, p.68). Além disso, Bobbio esclarece o caráter das regras do jogo democrático e quais são os atores principais do jogo nos seguintes termos:

... os atores principais estão dados, e são os partidos (...); também está dado o modo principal de fazer política para a imensa maioria da comunidade nacional: as eleições. Disso não se pode fugir. Regras do jogo, atores e movimentos fazem um todo único. Não se pode separar uns dos outros. (...). Regras do jogo, atores e movimentos são solidários entre si, pois atores e movimentos devem sua existência às regras (BOBBIO, 1987, p.68-69).

Na contemporaneidade, entretanto, embora as regras do jogo, assim como os atores principais, permaneçam os mesmos conforme descrito por Bobbio, o mesmo não pode ser dito em relação à ambiência eleitoral que vigorou até os anos de 1980 do século findo¹⁰.

Com a predominância das tecnologias de comunicação e informação (TIC's) no século XXI, há um crescente “uso de ferramentas de mídia social por agentes políticos, sejam eles candidatos ou detentores de mandatos, governantes, representantes da sociedade civil e ativistas sociais, é um fenômeno observado no mundo todo” (ROSSINI & LEAL, 2012, p.98). Neste cenário, caracterizado por Leal (2005) como “nova ambiência eleitoral”, observa-se a presença de três características principais:

...supervalorização da figura do candidato; eleitor com baixa racionalidade de informação, autocentrado e propenso à aceitação de atalhos informativos que facilitem a decisão através do processamento de informações prévias; e campanhas com capacidade limitada de garantir vitórias, e que obrigam os atores políticos a considerar outras estratégias de conexão eleitoral mais duradouras (LEAL, 2005, p.23)

Estes, entre outros fatores, como as próprias características das regras do sistema eleitoral e partidário e sua dinâmica constituem o cenário em que diversos autores têm diagnosticado crises no sistema representativo, tal como ele foi constituído no século

¹⁰ Sobre as mudanças ocorridas na ambiência eleitoral, ver: LEAL (2005, p.21)

XIX. Miguel (2014) identifica tais fatores como tendo potência para produzir distorções capazes de comprometer o real papel da representação, no que concerne especificamente à eficácia da conexão entre eleitos e eleitores. Fala-se então de crise da representação quando esse vínculo conectivo entre as partes da relação política – representantes e representados dá-se de forma desvirtuada e disforme quando comparada ao ideal da representação.

Considerando que a crise de representação é uma questão focalizada neste trabalho, questiona sobre sua percepção tanto por parte de deputados estaduais da ALES quanto por lideranças de algumas organizações da sociedade civil capixaba. Para tanto, a seguir será abordado aspectos relevantes para a compreensão das relações de representação política na atualidade, quais sejam: o momento eleitoral, o papel dos partidos políticos e a atuação dos meios de comunicação de massa.

2.2 A representação e o papel dos partidos políticos

Inicia-se a abordagem das relações de representação pela análise do papel dos partidos políticos considerando que a agência desses atores políticos é perene, não se limitando aos momentos eleitorais (o pleito) e que tal atuação se dá tanto no meio instituído (quando atuam nas instâncias estatais), quanto na sociedade civil, quando não estão atuando diretamente no Poder Público.

O papel dos partidos vem sendo redesenhado sobremaneira nos últimos anos, expondo uma realidade em que, entre outros fatores, por força da dinamização das relações de comunicação, aspecto que será abordado adiante, a legenda partidária é vista como algo necessário, porém não suficiente à representação política. Além disso, nas democracias representativas, o partido não pode ser tido como um protagonista em que toda e qualquer ação que se desenvolva a partir e para a representação venha obrigatoriamente derivar da sua atuação. Os partidos continuam atuantes, relevantes nas democracias representativas, mas não são os únicos atores a fazerem da representação política algo existente e palpável.

Os partidos guardam sua relevância porque em algumas democracias, sobretudo no caso do Brasil, sem os mesmos não há representantes. Por imperativo legal¹¹ só podem candidatar-se e serem eleitos aqueles que são membros de um partido político. E, além da viabilidade eleitoral, as casas de governo, sobretudo o Poder Legislativo, por sua composição coletiva exercem o poder com a atuação dos partidos, haja vista as formações de bancadas, participações em comissões, dentre outras ações, que no Parlamento seguem a proporcionalidade de ocupação das legendas e no Executivo tem na formação da equipe de governo a presença dos partidos da base aliada ao chefe do Poder.

Além da imposição legal citada, os partidos ainda possuem o condão de ligar representantes e representados, sobretudo nas eleições, já que o pleito, juntamente com os partidos políticos, são os principais elos a conectar Estado e Sociedade. A eleição é o momento democrático por excelência, pois concentra a maior atividade política dos cidadãos, na medida em que mobiliza parte da população que é mais apática em seu cotidiano. É o tempo da política, quando, ignorá-la, torna-se tarefa árdua até para o mais cético dos indivíduos. (DIAS, 2008, p.183)

A atuação dos partidos se releva ainda, e consideravelmente, no que tange à destinação de recursos nas campanhas eleitorais e no tempo de espaço nos meios de comunicação no período do pleito. Aos partidos políticos são destinados os recursos públicos que financiam parcela importante das campanhas eleitorais. Aos partidos cabe a responsabilidade pelo conteúdo e pela distribuição do tempo entre seus candidatos no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, espaço privilegiado de comunicação midiática (rádio e televisão) (DIAS, 2008, p.183-184).

Apesar do declínio da importância dos partidos políticos na contemporaneidade sua atuação institucional ainda se faz necessária, pois são eles que reúnem e apresentam as alternativas eleitorais, dão sentido às suas plataformas políticas, captam recursos e organizam as campanhas dos candidatos e, sobretudo, são responsáveis pela comunicação política oficial. Ademais são os partidos que

¹¹ O artigo 14, §3º, inciso V da Constituição da República de 1988 determina como condição obrigatória para a elegibilidade a filiação partidária;

...criam identidades, rótulos e marcas que possibilitam uma economia no custo de informação. Denominações como conservadores, liberais, democratas, republicanos, trabalhistas, verdes, comunistas, socialistas, progressistas proporcionam ao eleitorado um atalho informacional, no qual o eleitor não necessita estar sempre buscando informação (DOWNS, *apud* REBELLO, 2012, p. 303)

Entretanto é inegável o declínio e desgaste do papel dos partidos na atualidade cujas evidências podem ser observadas em fatores tais como: aumento dos índices de volatilidade eleitoral, taxas declinantes de identificação partidária e o personalismo crescente da decisão eleitoral. Fatores estes que mostram a crescente fragilidade dos partidos políticos no exercício de algumas de suas funções clássicas: formar a opinião, constituir representação política, afiançar a conduta de candidatos eleitos (DIAS 2008,p.183).

Como resultante, neste cenário, o cidadão comum percebe o papel de seus representantes nos cargos e funções que ocupam, com distanciamento e desconfiança que se refletem nas instituições políticas estatais, cujo efeito é a ampliação do *gap* entre cidadãos e representantes. Sobre estes aspectos Miguel assim se expressa:

Os integrantes da elite política, os que ocupam ou almejam ocupar os cargos de poder da estrutura do Estado, são vistos como auto interessados, oportunistas, inconfiáveis, desprovidos de princípios, egoístas e mesmo corruptos. Na atividade política, encontram vantagens pessoais, prebendas, mordomias. Um fosso os separa dos cidadãos comuns, que vivem do próprio trabalho e enfrentam as dificuldades do dia a dia. (MIGUEL, 2010, p. 223).

Além da descrença e descontentamento dos representados para com os representantes e, por conseguinte nas instituições que estes dirigem, há um fator que não pode ser ignorado nessa realidade de declínio do papel dos partidos, qual seja a perda de vínculo entre partido e eleitores e de espaço do partido na função de difusão de ideias e de formador de opiniões para os meios de comunicação. Já há algum tempo, os partidos partilham com os meios de comunicação de massa as tarefas de comunicação política e formação da opinião pública. O jornalismo impresso (jornais e revistas semanais), televisivo, radiofônico e, mais recentemente, a internet são seus principais concorrentes nas referidas tarefas. (DIAS, 2008, p.184)

Tais fatores ao lado da crescente perda de vínculo identitário entre os eleitores e as legendas, pelo esmaecimento da força das ideologias partidárias, conduzem a um cenário em que os partidos não mais representam claras referências para o eleitor. Neste sentido, Aguiar argumenta que:

Há os canais de comunicação, mas não há a “mensagem” estável, e a própria mensagem política aparece como um objecto de conflitualidade, tornando ainda mais profunda e complexa a relação de incerteza. Nesta confluência de dificuldade da política contemporânea, os partidos políticos aparecem como o centro desta turbulência. (AGUIAR, 1988, 60-61 p.)

No âmbito da sociedade brasileira, ao lado dos fatores mencionados como responsáveis pela descrença e desconfiança nos partidos políticos, outros relativos ao próprio processo de constituição do sistema partidário e eleitoral contribuem para ampliar a distância entre representantes e representados. Entre estes fatores estão àqueles relativos ao fraco vínculo e enraizamento social dos partidos na sociedade. De acordo com Rebello (2012), a debilidade dos vínculos partidários no Brasil deriva de

... inúmeros fatores como a descontinuidade do sistema partidário, a complexidade de formação das organizações partidárias em função da sua própria fraqueza institucional, o sistema eleitoral e também o papel dominante do Estado na formação de interesses (Meneguello, 1998) inibiram o desenvolvimento partidário a ponto de constituir algum enraizamento social mais nítido.

O fraco vínculo social dos partidos políticos brasileiros tem entre suas causas o forte descolamento histórico entre o período caracterizado como democracia de partido e o período de incipiente institucionalização partidária que começa efetivamente a partir de 1945 (REBELLO, 2012, p.303)

Considerando o contexto mais geral de perda de centralidade dos partidos no estabelecimento de vínculos entre cidadãos comuns e representantes, aliado as características que marcaram a formação sistema partidário brasileiro contemporâneo, tem-se a dimensão do distanciamento e da reduzida significância que os partidos têm para o cidadão brasileiro. Este cenário, ao lado do fato da legislação impor o uso dos canais de comunicação de massa para a propaganda política, reforça ainda mais a descaracterização e significância dos partidos no estabelecimento de vínculos entre cidadão e representante partidário. Com isso, os meios de comunicação de massa e os meios diretos (internet e redes sociais) assumem primazia na relação entre eleitores e representantes, elevando-se assim a importância desses meios no debate coletivo e no contato entre as partes, fazendo dos partidos atores de relevância secundária para o cidadão comum.

De fato, o surgimento da internet e em seu bojo as redes sociais, permitiu uma comunicação mais direta e dinâmica, permitindo que os representantes tivessem acesso aos representados, e vice-versa, sem que obrigatoriamente tivessem que recorrer ou passar pelos partidos para que essa ligação ocorresse. É natural que os representantes possuam hoje canais diretos de comunicação pelas redes sociais, os quais, mesmo que administrado por uma assessoria permite ao político a possibilidade de, em tempo real, ser contatado por seus eleitores, sem que sua legenda intervenha nessa relação.

A primazia da comunicação direta e de massas e a conseqüente diminuição do impacto da atuação dos partidos políticos é um fator resultante das mudanças sociais e tecnológicas, as quais se estendem para além das agremiações partidárias. Além disso, concomitantemente os partidos também mudaram significativamente ao longo do século 20. Se na primeira metade do século 20 podíamos observar partidos fortes, com alto enraizamento social tais como os chamados partidos de massa, o restante do século 20 e início do século 21 tem sido marcado por um alargamento das bases sociais e um afastamento dessas organizações em relação à sociedade civil. Atualmente, a literatura pertinente¹² tem argumentado que é mais compatível falar em *cath-allparties* ou partidos cartéis que recrutam pessoas das mais diversas bases sociais e, neste contexto, o forte vínculo partidário desaparece (REBELLO, 2012, p. 302)

Outro fator que contribui para o enfraquecimento do vínculo partidário é o estabelecimento de coalizões eleitorais, por meio das quais os partidos se associam com o objetivo estratégico de ganhar força e maior espaço de horário gratuito na TV para disputar, sobretudo as eleições majoritárias, mas também as proporcionais. Posteriormente ao pleito tais coalizões, se eleitos os candidatos majoritários, compõem o que se denomina de base aliada do governo. A dinâmica das coalizões dada suas composições, na maioria das vezes, formadas por legendas as mais diversas e díspares do espectro partidário, descaracteriza os partidos e suas bandeiras.

Como resultante dos acordos e composições efetuadas os governos eleitos ficam impedidos de imprimir traços nítidos compatíveis com as bandeiras do partido que

¹² Ver, entre outros: PANEBIANCO (2005); MANIM (1995), KATZ e MAIR(1997).

nucleou a coalizão eleita, sinalizando para o eleitor suas ideias e concepções materializadas nas políticas públicas implementadas. Isto porque muitas vezes estes governos são compostos por coalizões formadas por uma multiplicidade de legendas dos mais variados matizes, o que gera tensões e conflitos entre os diversos participantes da coalizão, ao mesmo tempo em que dificulta para o cidadão comum clareza em saber quem é governo e o que se esperar do mesmo.

A situação, a seguir, descrita por Rebello (2012) esclarece e ilustra a forma como a prática do estabelecimento de coalizões, no Brasil, acaba por descaracterizar vínculos e identidades historicamente estabelecidas pelos Partidos. O autor exemplifica com o caso do Partido dos Trabalhadores durante a gestão do governo Lula.

Se no governo do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) havia uma sobreposição entre ser de esquerda e ser de oposição, no período de governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula) qualquer manifestação do governo petista em ser de esquerda é complexa na medida em que a coalizão mantenedora do governo de Lula engloba várias agremiações de matrizes ideológicas distintas. A opção do presidente da República entre 2003-2010 em compartilhar a equipe de governo com partidos como o PMDB, PP, PL e PTB poderia acarretar em uma mudança de percepção ideológica entre os eleitores (REBELLO, 2012, p. 299).

Conforme ressaltado anteriormente, no caso brasileiro, há de se levar em conta que a formação dos partidos que compõem o atual sistema partidário se efetivou a partir do processo de redemocratização ocorrido nas últimas décadas do século XX. Este processo não obedeceu a uma formação que se caracterizasse pela apreensão das múltiplas diversidades da sociedade civil. A constituição dos partidos emergiu mais de dentro das instituições do Estado brasileiro e das elites conservadoras ali alojadas do que da constituição de partidos que de fato expressasse a diversidade então presente. A gênese destas organizações ocorreu “de cima para baixo” na maioria das vezes (Mainwaring, 2001). Fato este que resulta na não penetração e enraizamento dos partidos na sociedade civil, cujo efeito se expressa na fraca relação dos eleitores com as legendas partidárias consolidadas no país.

Neste contexto, apenas o PT (Partido dos Trabalhadores) marca exceção no processo de formação do sistema partidário brasileiro, pós 1979, como agremiação, entre as relevantes, que emergiu a partir da sociedade civil. Criado a partir do movimento sindical independente, de setores progressistas da igreja católica, de grande parte da

esquerda intelectual e do movimento estudantil, o PT resguardava características de organização de massa. Entretanto, com o tempo, a legenda começou a aumentar de tamanho e a realizar coligações cada vez mais heterogêneas, diminuindo, assim, as possibilidades de uma maior nitidez de seu conteúdo programático (REBELLO, 2012, p.304)

Situação semelhante ao PT é encontrada no caso do PDT (Partido Democrático Trabalhista) que foi fundado por trabalhistas históricos no Brasil com os trabalhistas no exílio, liderados por Leonel Brizola. O partido emergiu como agremiação de esquerda, a partir de líderes do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB 1945-64), exerceu papel relevante nas últimas décadas, embora sempre estivesse muito ligado à figura de seu líder fundador. Apesar de a organização partidária ser classificada como de esquerda na maioria das vezes, desde sua origem o PDT não teve uma clivagem social clara, assim como não conseguiu herdar a base social trabalhista do PTB de 1945-64. Além disso, Rebello argumenta que na legenda há a presença de alianças em vários pontos do espectro político-ideológico e que o PDT é tão inconsistente programaticamente que 89% dos deputados federais que saíram do partido entre 1998 a 2002 foram para legendas situadas à direita (REBELLO *apud* MELLO, 2012, p.304)

Por outro lado, Miguel ao analisar o esvaziamento dos partidos como evidência de uma crise generalizada do sentimento de estar representado “que compromete os laços que idealmente deveriam ligar os eleitores a parlamentares, candidatos, partidos e, de forma mais genérica, aos poderes constitucionais” destaca que contemporaneamente “o fenômeno ocorre por toda a parte (...) de maneira mais ou menos acentuada, atingindo novas e velhas democracias” (MIGUEL, 2014, p. 98). Assim, respaldado por estudos feitos nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, a partir dos anos de 1980, este autor afirma que:

Mais ou menos por toda a parte, há a dissolução das lealdades partidárias tradicionais, a volatilidade das escolhas dos eleitores e a proeminência dos atributos pessoais dos candidatos como fator de influência na decisão do voto (MIGUEL, 2014, p.101)

Reconhecendo que há uma vasta literatura que se dedica ao estudo dessas questões, Miguel sublinha o que considera serem os principais motivos da crise que se abate sobre os partidos políticos:

Entre os motivos para o esvaziamento dos partidos, são citados a burocratização de suas estruturas internas, o estreitamento do leque de opções políticas (com a derrota dos projetos históricos da classe operária) e, em especial, as mudanças que a mídia eletrônica introduziu na competição eleitoral. (2014, p. 101.)

Em suma, os padrões pretéritos de relações entre o Estado e a sociedade por meio dos partidos se tornaram obsoletos para dar conta das novas exigências da sociedade contemporânea. Na confluência das múltiplas mudanças em curso, tanto no âmbito societal e tecnológico quanto no âmbito do Estado e das instituições políticas, as mídias eletrônicas emergem como formas muito mais ágeis e dinâmicas ocupando o espaço anteriormente ocupado pelos partidos no estabelecimento de vínculos entre cidadão e representante. Em tempos de exacerbação do individualismo esse formato de relações se encaixa como luva, na medida em que permite relação direta sem mediação da organização partidária que está mais afeta ao encaminhamento de pleitos coletivos. Neste sentido, segundo Manin está ocorrendo um processo de transição da chamada democracia de partidos para uma democracia de audiência, que se caracteriza pelo contato “direto”, entre líderes e cidadãos eleitores, possibilitado justamente pelas novas mídias (MANIN, 1997 *apud* MIGUEL, 2014, pg. 101).

Vale reafirmar, entretanto, que os partidos políticos, assim como a eleição o sufrágio universal e o escrutínio eleitoral são instituições essenciais da democracia representativa na medida em que tais procedimentos garantem legitimidade ao funcionamento da mesma. O que é inegável, contudo, é que as mudanças ocorridas ao longo do século 20 e em curso produziram deslocamentos múltiplos que conduziram a atual situação de crise dos partidos como principais instrumentos da representação política.

Além disso, a questão da crise nas relações de representação política tem origens muito mais profundas e difíceis de superar, do que parece a primeira vista. Não que se desprezasse o papel e o *modus operandi* dos partidos e a influência dos meios de comunicação de massa nas relações de representação, mas o fato é que as desconexões entre representantes e representados e o conseqüente distanciamento dos ideais e valores da democracia têm sua origem nas desigualdades sociais e nas diversas assimetrias que caracterizam as sociedades capitalistas contemporâneas (MIGUEL, 2014, pg. 299-309)

Tal consideração implica que a atuação dos partidos e dos meios de comunicação de massa reflete a teia mais ampla de relações que formam o mundo social caracterizando as estruturas sociais e as desigualdades nele presentes¹³. Estas “estruturas tanto estão em jogo nas disputas políticas (...), quanto condicionam as formas desiguais de mobilização e ação dos integrantes dos diferentes grupos sociais” (MIGUEL, 2014, pg. 300).

2.3 Meios de Comunicação de Massa e Representação Política

A influência dos meios de comunicação na vida cotidiana é inegável. O surgimento da imprensa diária, a partir do século XVIII, teve consequências significativas na reorganização dos ritmos da vida cotidiana e das fronteiras entre diferentes esferas sociais (pela uniformização do acesso a informação). A presença da mídia de massa modificou profundamente nossa experiência no mundo na medida em que nos tornou participantes de uma realidade ampliada ao conectar nossas circunstâncias locais a processos de abrangência muito mais amplos. Por isso, Hegel pontuou que no mundo moderno “a leitura dos jornais substituiu a prece matinal” (SCHUDSON apud MIGUEL, 2014, pg.137). A mídia eletrônica teve impacto ainda maior na organização do cotidiano, incluindo a gestão do tempo e as delimitações do espaço social.

O desenvolvimento dos meios de comunicação, ao longo do século XX, além de seus impactos nos ritmos da vida cotidiana produziu também modificação de todo ambiente político. Ao assumir o papel de difusor principal do conhecimento, a mídia adquiriu a capacidade tanto de representar as temáticas e discussões sociais quanto de influenciar diretamente sobre a formação e o desenvolvimento de capital político, ainda que não possua o monopólio sobre essas ações. Na medida em que a mídia promove o acesso aos agentes políticos e a seus discursos, o prestígio e o reconhecimento social tornam-se dependentes da imagem transmitida pela mídia.

Assim, como em toda ação cotidiana, as relações de representação política sofrem forte impacto em suas dinâmicas a partir da ampliação das formas de comunicação e fortalecimento dos meios de comunicação de massa. Neste sentido, Alkmim chama

¹³ Sobre estes aspectos ver: MIGUEL, 2014, pg. 299-309

atenção para a interferência negativa do papel dos meios de comunicação como interface política que se superpõe à participação política, nos seguintes termos:

A crescente importância deste novo ator [meios de comunicação], embora multifacetado, constitui um forte golpe ao princípio da participação política. A mídia se apresenta e representa, assumindo funções de intermediação de interesses, pressão. A mídia (ou as mídias) se firma por meio de rituais e espetáculos dentro de uma sociedade massificada, constituindo um elemento a mais na relação entre representados e representantes, tornando-a ainda mais complexa, aprofundando o paradoxo estabelecido entre os elos da representação (ALKMIM, 2013, p. 71)

Desse modo, além de inculcar sua marca como um ator atuante nas relações sociais e políticas em geral, os meios de comunicação de massa estão presentes em todas as etapas constitutivas do processo por meio do qual determinado candidato torna-se representante legítimo seja no Legislativo ou no Executivo. Isto é, a mídia está presente antes, durante e depois, mediando as relações de comunicação entre o candidato e seus eleitores, considerando os momentos pré-candidatura a campanha eleitoral / eleição e o mandato propriamente dito. A campanha eleitoral é meio instrumentalizador da escolha do eleitor. Tem por função estabelecer um momento formal por meio do qual o cidadão amplia seu leque de informações visando situar as diversas alternativas em relação às suas preferências. Na realidade, de acordo com Miguel,

*A eleição ocupa uma posição de destaque absoluto já que, bifronte, é o episódio fundador e, ao mesmo tempo, a meta orientadora da relação entre representantes e representados. Ela é vista tanto como momento da autorização para que outros decidam em nome do povo, que permanece como titular último da soberania, quanto como o momento de efetivação da *accountability*, quando os representados apresentam seu veredito sobre a prestação de contas dos representantes (MIGUEL, 2014, pg. 118, grifos nossos).*

O processo de obtenção de informações e de definição de preferências individuais no momento eleitoral se viabiliza por meio do debate público e, sobretudo, durante as campanhas eleitorais permitindo que o cidadão se situe face às diversas alternativas para escolher aqueles candidatos que julgue mais adequados à consecução de seus objetivos. Entretanto, este processo de escolha não se efetua de forma livre. Ele se estabelece em meio a uma série de constrangimentos derivados das múltiplas desigualdades presentes no mundo social que impõem uma série de limites; desde o acesso e decodificação da informação para realização de uma escolha esclarecida até aqueles oriundos da

determinação da agenda pública no processo de escolha de representantes. Significa dizer que para que um cidadão analise e pondere sobre as diversas candidaturas alternativas de que dispõe ele necessitará situá-las num determinado contexto de tempo e espaço. Este é constituído pelos vários temas controversos presentes na agenda pública e pelos perfis e discursos dos candidatos face aos referidos temas. Por conseguinte, “a relação entre representantes e representados depende, em grande medida, dos assuntos tematizados e colocados para decisão” (MIGUEL, 2014, p. 119)

Outro aspecto relevante vinculado a questão da escolha de alternativas vincula-se a presença dos diferentes grupos na formação da agenda e no debate público. Isto é, a produção da agenda política não se efetua apenas pela ação dos representantes eleitos. Além deles compõem a arena do debate os diversos grupos de interesse presentes na sociedade, os quais disputam a inclusão ou a exclusão de temas na agenda, bem como sua hierarquização, entretanto quem ocupa posição central são os meios de comunicação de massa. Neste sentido, no dizer de Miguel:

A mídia é de longe o principal mecanismo de difusão de conteúdos simbólicos nas sociedades contemporâneas e, uma vez que inclui o jornalismo, cumpre o papel de reunir e difundir as informações consideradas socialmente relevantes. Todos os outros ficam reduzidos à condição de consumidores de informação. Não é difícil perceber que a pauta de questões relevantes, postas para a deliberação pública, deve ser em grande parte condicionada pela visibilidade de cada questão nos meios de comunicação.(MIGUEL, 2014, p. 119).

Depreende-se, portanto, a centralidade da mídia na tarefa de dar visibilidade às questões que importam ao debate público. Ou seja, os diversos atores e lideranças sejam de grupo de interesses sejam aqueles que compõem o quadro de representantes eleitos, para introduzir determinadas questões na agenda pública precisam sensibilizar os meios de comunicação de massa. A mídia, neste contexto, assume a capacidade de formular as preocupações públicas (Idem, *ibidem*)

Claro está que a centralidade da mídia e o “enquadramento” dado as questões que compõem a agenda pública não impedem a emergência de outras questões e temas no cenário da disputa política a partir outros mecanismos (mídias alternativas, passeatas, etc.). Neste sentido vale observar que nem sempre os parlamentares aceitam a

imposição da agenda midiática e, muitas vezes, agem no sentido de modificá-la; entretanto a viabilidade da atuação de cada um no sentido de produzir visibilidade e atenção para as questões trazidas ao debate dependerá do grau de vinculação a grupos de interesse definidos e da posição do ator no campo político. Significa dizer que participar da tematização da agenda e do debate implica na disputa pela composição e hierarquização da agenda com os diferentes grupos presentes numa correlação de forças em que uns procuram destacar certos temas e problemas enquanto outros, ao contrário, procuram retirá-los ou obscurecê-los.

O sucesso no sentido de dar viabilidade as questões trazidas e sua sustentação na arena pública depende, em grande medida do enquadramento dominante. Isto é, não basta apenas apresentar as questões ou problemas é preciso também construir uma narrativa que permita identificar sua gênese, seus elementos, seus desdobramentos e as possíveis soluções. Porém, a tarefa não se encerra aí, outras se seguem na difusão dos diferentes enquadramentos e disputas que se colocam no debate público, o que implica que os meios de comunicação de massa necessariamente estarão em cena, pois é por meio deles que se efetua a difusão de informações, de discursos e representações simbólicas do mundo social. Assim, tendo em vista que o “debate público não se limita a fóruns formais como o parlamento, mas deve alcançar o conjunto da sociedade, é evidente que a mídia passa a desempenhar uma função-chave”. (Idem, pg.120-21)

Apesar da função-chave dos meios de comunicação de massa na produção da maioria das informações de que os cidadãos dispõem para compreenderem o mundo social em que vive, a escolha do eleitor é perpassada por outras mediações e fontes de informação secundárias que se expressam através das muitas vozes dos diversos agrupamentos políticos que se expressam na sociedade. Significa dizer que o cidadão tem acesso a outras leituras das questões relevantes, distinta daquelas hegemônicas, normalmente veiculada pela grande imprensa e demais veículos da grande mídia. Consequentemente, nestes espaços o cidadão tem acesso aos valores, argumentos e fatos que instruem as correntes políticas em competição e por meio das interações e conversações aí estabelecidas poderá formar, de maneira mais crítica e ponderada sua própria opinião política e assim, decidir suas escolhas eleitorais (MIGUEL, 2002, 2011 e 2014).

Contudo, vale observar, seguindo o argumento de Biroli& Miguel (2013), que as preferências e opiniões individuais são, no entanto, efeito de relações sociais complexas, em que os recursos para a definição da opinião e sua expressão variam segundo a posição social objetiva dos indivíduos e excedem a agenda e os enquadramentos midiáticos. Porém, por outro lado, o comportamento dos eleitores não se define totalmente descolados dos valores políticos hegemônicos. Mais precisamente estes autores se expressam nos seguintes termos:

Os pressupostos presentes nos discursos hegemônicos sobre quais informações *deveriam* ser mobilizadas e quais valores *deveriam* estar na base das motivações dos eleitores não constituem um universo simbólico paralelo àquele em que as decisões são tomadas. Os meios de comunicação podem não determinar o voto, mas atuam dando ênfase a determinadas compreensões da política, definindo fronteiras entre comportamento adequado e inadequado, lapidando consensos (BIROLI & MIGUEL 2013, p. 82)

Depreende-se, portanto, que os meios de comunicação de massa não são capazes de definir a escolha do eleitor, mas influenciam e lapidam consensos, assumindo por isso posição relevante nas relações políticas e, por conseguinte na configuração da composição dos representantes eleitos. Entretanto, para os representantes os meios de comunicação de massa não são suficientes, por mais importantes e poderosos que possam ser, para se estabelecer a conexão desejada com os representados, que vão lhe viabilizar o mandato, as ações de governo e sua permanência no cargo.

Outras formas de comunicação, que não apenas aquelas viabilizadas pelos meios da grande mídia são usadas pelos candidatos e representantes para estarem em contato com os representados garantindo assim relações diretas que fortalecem os elos conectivos ativos e atuantes. De certo, outros mecanismos de comunicação e veiculação de ideias valores, argumentos e ideologias pesam na definição das preferências e do voto além daquelas veiculadas pela chamada “grande imprensa”.

Neste sentido, Biroli& Miguel argumentam que o comportamento da mídia não pode servir como variável explicativa da escolha política. Para que tal afirmação tivesse procedência tanto o eleitorado quanto os meios de comunicação de massa deveria ser homogêneos, o que não é verdade, afinal “os fluxos comunicativos e os espaços de decodificação das mensagens devem ser entendidos como arenas de conflito, nas quais há hegemonias, mas não monopólios”. (BIROLI & MIGUEL, 2013, p.85)

Ademais, o ambiente em que as preferências políticas são produzidas é multifacetado. Nele convive a grande imprensa, o discurso político-partidário, a comunicação dos agentes do Estado, a mídia local, as novas tecnologias, as redes discursivas tradicionais entre outras formas. Todas essas instâncias estabelecem relações complexas entre si, nenhuma delas atua isoladamente em relação às demais, nem o peso de cada uma pode ser definido a priori, na medida em que suas posições mudam de acordo com as conjunturas. Neste contexto, as desigualdades não apagam os valores e interesses que têm menor visibilidade e legitimidade. As relações de poder implicam hierarquias, mas não o apagamento das posições hierarquicamente inferiores. (BIROLI & MIGUEL, 2013, p.82).

Significa dizer que os grupos subalternizados e muitas vezes invisibilizados na sociedade, sem acesso e espaço na grande mídia, têm suas legítimas demandas, porém elas não são processadas e enquadradas numa narrativa que possibilite sua inclusão na agenda política. Fato este que demonstra que a formação de discursos hegemônicos não é capaz de esgotar os conflitos sociais e aniquilar as reivindicações dos subalternos e oprimidos. Na verdade, como bem ressaltou Birolí & Miguel, trata-se de uma interação conflituosa, em que “não é possível imaginar que as mensagens simplesmente se somam ou se complementam. Elas competem ativamente, mobilizando seus recursos diferenciados, e são apropriadas, também de forma diferenciada, pelos diferentes grupos sociais em disputa” (2011, p.82).

Dessa forma, as minorias e grupos inferiorizados, apesar das dificuldades e constrangimentos para se tornarem visibilizadas e se expressarem na arena política, vão buscar espaços e meios de comunicação e expressão de suas identidades de forma alternativa. Processo este que na atualidade tem se viabilizado por meio de outros canais de diálogo e interação, sobretudo a internet e, em seu bojo, as redes sociais. A internet, neste sentido, surge como um meio mais democrático, um campo que, por sua facilidade de acesso, permite a inserção dos mais variados e múltiplos discursos com propagação rápida e universal de seus conteúdos. Torna-se, portanto, possível expor e debater na internet o que, nos grandes meios de massa, não se podia ou se podia muito pouco.

É evidente que as características da rede mundial de computadores, como a facilidade de acesso e a não “filtragem” de conteúdos veiculados, entre outros fatores, gera questionamentos sobre o potencial informativo desse meio de comunicação, sobretudo quando se considera questões como participação política e democratização da comunicação. Mas, é indubitável que por esta via se criam novas redes comunicativas que fazem circular uma pluralidade de discursos alternativos sobre as disputas políticas, o que decerto impõe consequências para as relações de representação (BIROLI & MIGUEL, 2013).

Temas que sofrem a editorialização nos grandes veículos de massa ganham maior espaço e geram maiores debates na internet, já que os temas ali se vêem, a princípio, livres dos estigmas que a grande mídia incute ao abordar os temas em suas agendas. Cientes desse fenômeno as campanhas eleitorais e atuações políticas de candidatos/representantes passam a ter na internet um campo profícuo, útil e sensível para uma comunicação mais direta e personalizada com os cidadãos, potenciais eleitores. Com isso, observa-se que as estratégias de campanha passam a não mais se resumir àquelas oficialmente adotadas pelos partidos. Candidatos com posições pouco destacadas ou mesmo marginais na campanha podem, por meio da Internet, amplificar seus discursos para além da própria rede, conquistando, deste modo, maior visibilidade na disputa eleitoral (BIROLI & MIGUEL, 2013, p.80).

Como resultante, no bojo das comunicações e interações que se viabilizam com a utilização da internet nas campanhas eleitorais, a grande mídia tradicional não passa totalmente ao largo dos debates ali travados. Muitas vezes as questões pautadas nas redes sociais assumem grande relevância, com isso os grandes veículos de massa os trazem para suas pautas dando destaque as mesmas. Uma postagem no Facebook, replicada e comentada por internautas, por exemplo, pode adquirir tamanha repercussão que poderá ser tratada no noticiário televisivo do horário nobre, fato que poderia não ocorrer caso o tema não tivesse sido levantado na rede.

Esse fluxo divergente de informações faz com que a agenda e a imagem pública dos candidatos se tornem ainda mais disputadas e vulneráveis. A internet amplia potencialmente a comunicação entre os atores e consolida as redes alternativas de

atuação política, ao mesmo tempo em que agiliza a ativação de redes tradicionais de comunicação e influência política.

Sobre essa nova relação entre internet e mídia tradicional, Biroli & Miguel argumentam que “temas e discursos impuseram-se a partir de espaços relativamente marginais ao complexo jornalismo-campanhas-Estado, ou, em outras palavras, às formas reguladas do contato entre o mundo jornalístico e o da política.” (2013, p.91). É como se os temas tratados nesses meios alternativos de comunicação se impusessem, ficando para a grande mídia a tarefa de promover os enquadramentos daquilo que não podia se deixar de veicular.

É definitiva a força da internet nas relações políticas, tanto nos momentos eleitorais quanto nos de exercício de mandato. A representação política obviamente sente as consequências dessa nova realidade, pois a relação entre representantes e representados ganha nova via com a presença da internet e seus diversos mecanismos de comunicação. Fato este que possibilita de forma mais direta e rápida o contato entre as duas partes, servindo tanto como uma nova vitrine para os representantes para expor e propagar seus discursos e ações, bem como dinamiza mecanismos para os representados realizar as ações *accountability*.

Ao analisar as mudanças ocorridas nas relações de comunicações entre representantes e representados na sociedade contemporânea Bernardo Sorj destaca:

O poder sempre utilizou meios simbólicos para divulgar imagens dos governantes com os quais o povo pudesse se identificar. Mas o velho estilo midiático de celebração do poder era o da construção de imagens de líderes ao mesmo tempo distantes e paternais, diferentes dos mortais comuns e, portanto, caracterizados por uma aura singular. Hoje, em uma sociedade permeada por valores igualitários, a comunicação política se transformou em um *reality show*, no qual os governantes devem mostrar-se iguais ao cidadão comum, apresentando-se como um deles. (SORJ, 2010, p. 11)

A transformação do sistema da mídia a partir do surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e a concomitante “transformação, tanto das relações sociais (cada vez mais centradas em uma cultura igualitária e em indivíduos com amplo acesso à informação), quanto a da representação social (com o choque entre a concentração de poder e a participação coletiva)”, conduziu a profundas mudanças nas relações de comunicação entre representantes e representados. Esta relação vem sendo

redefinida em razão da criação de sites e blogs, institucionais ou pessoais, redes sociais, twitter, sem mencionar os spams, que transformam qualquer cidadão ou organização em fonte de notícias (SORJ, 2010, p. 11-12).

Com isso as conexões entre representante e representado passam a ter formas mais diretas de comunicação, mudando para ambos as possibilidades de interações. Do lado do cidadão se viabilizam mecanismos para expressão de demandas e insatisfações; enquanto que do lado do representante facilita suas atividades de exposição e comunicação direta, mas também maior possibilidade de acompanhamento de suas ações, pelos representados. Isto, sobretudo, em razão das exigências de transparência impostas aos órgãos públicos pela Lei 12.527/11, que regula o acesso à informação no Brasil. Esta lei garantiu ao cidadão o acesso amplo a qualquer documento ou informação produzidos ou custodiados pelo Estado que não tenham caráter pessoal e não estejam protegidos por sigilo¹⁴. Como consequência, se configura para o representante um novo ambiente comunicacional em que suas ações e comportamentos estão sob o olhar de seus eleitores. Com isso, além de mudar as formas de atuação nas relações entre representantes e representados, foram reduzidos os distanciamentos e as disparidades nas posições entre esses atores.

Em suma, configuraram-se novas formas de comunicações e interações que modificaram substancialmente as relações entre cidadãos e eleitos na atualidade. Demandas e temas que antes não possuíam espaço, ou mesmo relevo na esfera política, passam a possuir mais chances de se tornarem visibilizadas, ao mesmo tempo em que os partidos políticos vem perdendo a centralidade que possuíam até meados do século findo.

¹⁴ Lei 12.527, de 18-11-2011. Lei de Acesso à Informação (LAI) entrou em vigor em 16 de maio de 2012. Tem como propósito regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas no país. “A participação contínua da sociedade na gestão pública é um direito assegurado pela Constituição Federal, permitindo que os cidadãos não só participem da formulação das políticas públicas, mas, também, fiscalizem de forma permanente a aplicação dos recursos públicos. Assim, o cidadão tem o direito não só de escolher, de quatro em quatro anos, seus representantes, mas também de acompanhar de perto, durante todo o mandato, como esse poder delegado está sendo exercido, supervisionando e avaliando a tomada das decisões administrativas”. Cf. <http://www.portaldatransparencia.gov.br/controlesocial/#<Acesso em 16-02-2016>>

CAPITULO III
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA:
PERCEPÇÕES DA RELAÇÃO ENTRE ELEITOS E ELEITORES

Enquanto nos capítulos precedentes explanamos, em linhas gerais, acerca das teorias que discutem as relações entre governo representativo e democracia e, mais especificamente, as teorias que discutem o conceito de representação política e suas principais tensões com destaque para os mecanismos institucionais que a viabilizam, este capítulo possui o objetivo de observar empiricamente algumas percepções acerca da relação de representação. A intenção aqui é trazer ilustrações de como alguns representantes da ALES e alguns líderes de organizações da sociedade civil percebem e entendem a relação de representação.

Com base nas perspectivas teóricas apresentadas nos capítulos anteriores, buscou-se verificar o entendimento básico que as lideranças entrevistadas possuem sobre representação política e em que medida essas lideranças percebiam que o instituto da representação estaria em crise, tal como apontado pela literatura pertinente. Para tanto foram entrevistados dois ex-deputados estaduais e três lideranças da sociedade civil. Entre os líderes da sociedade civil foram escolhidos um membro da direção da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo — Findes; um líder do Fórum da Juventude Negra do Espírito Santo – Fejunes, e um membro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Espírito Santo.

Desta forma a escolha recaiu sobre dois ex-deputados de histórias de vida e trajetórias políticas bastante distintas, sendo um ligado às forças conservadoras e ao empresariado local e o outro associado aos movimentos sociais e às causas populares no Espírito Santo. Entre os membros da sociedade civil a escolha também foi pautada pela seleção de líderes de organizações que cobrissem diferentes perspectivas do espectro social no Espírito Santo. Desse modo, foi escolhido um líder pertencente ao meio empresarial, um militante da classe trabalhadora e representante do movimento negro, e uma liderança vinculada a uma entidade de classe. No caso, a OAB que desempenha papel intermediador entre sociedade e Estado, no que tange à observância ao cumprimento da Lei e a preservação dos direitos humanos e garantias fundamentais dos cidadãos.

No que concerne ao instrumento da pesquisa – roteiro estruturado de entrevista — foi elaborado dois roteiros: um destinado aos líderes representantes e outro aos líderes representados. No primeiro caso, focalizou-se nas dimensões da representação política, com destaque para as relações do líder com seu partido político e sobre a utilização dos meios de comunicação de massa seja para contato com as bases eleitorais seja nas campanhas eleitorais. No segundo caso, focou-se na percepção de representação que cada um possui diante da classe política atual, as formas utilizadas para se estar em contato com os representantes e a sensação de responsividade destes face às demandas dos grupos sociais a que pertencem.

3. A percepção dos Representados

Dentre os autores até aqui trabalhados, vê-se a uníssona defesa da ideia de que a representação política, em maior ou menor grau, é processo dinâmico que conta com a atuação dos representados para que se desenvolva. Estes se apresentam como atores sociais¹⁵ que, no âmbito da sociedade civil atuam tanto na autorização dos representantes, quanto na busca de espaços e ações que abarquem suas demandas. Estas últimas referem-se tanto a representação que ocorre no âmbito do Estado, quanto na própria sociedade civil, para que seja reconhecida pelos atores estatais.

3.1 Fejunes e Findes: a representação política a partir de posições antagônicas

Considerando a relevância da percepção de líderes da sociedade civil quanto à ideia de representação exercida pelas lideranças políticas no âmbito dos poderes constituídos, passa-se a exposição e interpretação de suas falas, enquanto emissárias de seguimentos sociais que guardam características singulares de origem, história, formação e realidade econômica distintas.

¹⁵ Debora Rezende de Almeida, em artigo que trata da representação política e a relação Estado/sociedade na contemporaneidade (2014), utiliza o termo para indicar atores e ou instituições que atuam no âmbito da sociedade civil dentro da dinâmica da representação política. O termo, quando empregado neste texto, o será no mesmo sentido em que faz a referida autora.

Primeiramente tem-se como entrevistado o líder do Fórum Estadual da Juventude Negra do Espírito Santo, na pessoa de seu presidente atual e posteriormente o líder da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo, ligado à diretoria da entidade.

3.1.1 Fórum Estadual da Juventude Negra do Espírito Santo - Fejunes

O Fórum da Juventude Negra do Espírito Santo – (FEJUNES) é um movimento social vinculado ao Fórum Nacional da Juventude Negra – (FONAJUNE)¹⁶ que possui representações no Espírito Santo e em vários estados do Brasil. O movimento possui, enquanto bandeira de luta a igualdade racial nas relações entre indivíduos e entre estes e o Estado, além de combate ao racismo. Atua nacionalmente desde início da década passada e no Espírito Santo desde abril de 2006. O Fejunes é uma entidade que representa a “causa da juventude negra” no estado, como dito pelo presidente da entidade aqui entrevistado, Sr. Luís Inácio da Silva Rocha, conhecido também como Lula do Fejunes.

De acordo com o depoimento do presidente da entidade, o Fejunes tem por objetivo atender pautas que vão além da busca pela igualdade racial. Sobre os objetivos da organização o presidente se expressa nos seguintes termos:

A luta contra o extermínio da juventude negra e pelo enfrentamento ao racismo. Mas, o Fórum é fruto da aglutinação de jovens comprometidos com a transformação social e tem como objetivo organizar a Juventude Negra do Estado do Espírito Santo numa perspectiva autônoma, afrocentrada, quilombola, militante, protagonista, democrática, combativa e de resistência, na luta anti-racista, contra qualquer forma de opressão e pela Emancipação do povo negro (LULA do Fejunes).

Por ser o Fejunes¹⁷ essa entidade de representação de uma minoria social, que busca afirmar sua identidade e visibilização na esfera pública, bem como acesso ao espaço de

¹⁶O Fórum Nacional de Juventude Negra - FONAJUNE é um espaço de articulação, interação e aglutinação de grupos, organizações e articulações de juventude negra interessados na organização e articulação nacional. Tem por objetivo maior, criar novas perspectivas para militância étnico/racial respondendo de forma organizada e precisa a todas as formas de violência racial a qual o povo negro, especialmente a sua juventude, vem sendo submetida.

¹⁷O Fórum Estadual da Juventude Negra do Espírito Santo - FEJUNES é uma articulação a nível estadual deste segmento, que surgiu após o I Encontro Nacional da Juventude Negra (ENJUNE), realizado em julho de 2007 na cidade de Lauro de Freitas na Bahia. Este coletivo é fruto da aglutinação de jovens comprometidos com a transformação social e tem como objetivo organizar a Juventude Negra capixaba numa perspectiva autônoma, afrocentrada, quilombola, militante, protagonista, democrática, combativa e

representação política visando conquistar atenção para suas demandas, suas ações na esfera pública se fazem no sentido de conquista de espaço e atenção pelos poderes públicos.

Mais precisamente, conforme pontuamos no item 2.3 do capítulo 2, suas estratégias e articulações se realizam no âmbito da disputa pela composição e hierarquização da agenda política com os diferentes grupos presentes numa correlação de forças em que uns procuram destacar certos temas e problemas enquanto outros, ao contrário, procuram retirá-los ou obscurecê-los. Desse modo, o Fejunes atua no sentido de construir uma narrativa que permita identificar a gênese das questões que importam para a juventude negra, os constrangimentos a que os jovens negros estão submetidos, bem como buscam pautar ações que possam atender seus anseios.

Para um adequado entendimento das percepções do presidente do Fejunes — Sr. Luís Inácio Silva da Rocha¹⁸ — apresentamos um breve perfil de sua trajetória enquanto liderança no âmbito do movimento. Ele iniciou sua vida política no movimento estudantil secundarista, tendo sido um dos fundadores do Grêmio Estudantil do Polivalente de Itacibá (bairro do município de Cariacica-ES). Posteriormente, foi diretor da União Cariaciquense e da União Estadual de Estudantes Secundaristas. Mais tarde engajou-se no movimento negro tendo participado em 2007, do I Encontro Nacional de Juventude Negra, cujas diretrizes redundaram na criação do (FONAJUNE) e seu desdobramento nos estados da federação. Foi um dos fundadores do Fejunes no ES.

O movimento negro surge com o propósito de romper com a invisibilidade política da juventude negra e manter viva sua resistência ancestral, pois declara possuir “perfil afrocentrado, suprapartidário e sem vínculos religiosos. Sua construção se dá de forma coletiva, contemplando os diferentes perfis de juventude e as particularidades de cada região, apontando para uma organização heterogênea, mas que mantenha sua autonomia enquanto juventude negra”¹⁹.

de resistência, na luta anti-racista, contra qualquer forma de opressão e pela Emancipação do povo negro (FEJUNES, 2009). (MEIRA, 2010, p.22)

¹⁸Luís Inácio Silva da Rocha, presidente do Fejunes. Doravante será identificado como Lula do Fejunes. Entrevista realizada em 15 de junho de 2015, pelo autor.

¹⁹<http://enjune.blogspot.com.br/><Acessado em 19-02-2016>

Considerando o distanciamento que o próprio movimento declara em relação ao sistema partidário, o posicionamento do presidente do Fejunes, naturalmente se coaduna com a posição do movimento. Neste sentido, seu depoimento em relação aos partidos constituídos no Brasil reafirma a não identificação do Fejunes com os partidos políticos. Posição esta marcada fortemente pela falta de identidade que o entrevistado alega existir entre os membros do Fejunes e os partidos políticos. Argumenta que poucos são os representantes negros ou de lideranças políticas que assumem mais explicitamente a bandeira da igualdade racial. Em relação ao sistema eleitoral afirma que:

O Sistema eleitoral brasileiro é excludente, sobretudo com os segmentos historicamente aliados do Poder. Da forma que ele está constituído favorece os grupos que são financiados pelas grandes empresas pra defender seus interesses que obviamente são distintos das classes populares. Defendemos uma Reforma Política com ampla participação popular que contemple lista com proporcionalidade de gênero e raça. Defendemos também o limite do número de mandatos (LULA do Fejunes)

No que concerne a existência de representantes no parlamento, que encampem as pautas e bandeiras do Fejunes no âmbito do debate político estadual, Lula se expressa nos seguintes termos: “Nossas pautas não são representadas. Conseguimos apenas parcerias pontuais diante de questões específicas. Além disso, também não nos vemos representados identitariamente com o parlamento na atual legislatura” (Idem)

Destaca ainda que as causas defendidas pela entidade, além de ter limitadas oportunidades de acesso ao debate no âmbito das instituições legislativas, devido à reduzida representatividade política, também vem perdendo espaço no debate público. Avaliando a trajetória do movimento argumenta: “Estamos cada vez menos representados nos espaços de poder eletivo”. Justifica que a perda de espaço de representação política se efetua pelas seguintes razões:

Seria capaz de pontuar as evoluções ou involuções que tenha percebido no período e o porquê dessas ocorrências? As forças conservadoras ganham força com discursos contraditórios, mas que tem apelo nos grandes meios de comunicação. Além disso, os movimentos sociais enfrentaram problemas de cooptação e fragmentação diante do Governo do PT nos últimos doze anos. Isso fez com que esses movimentos perdessem espaços na disputa de ideias na sociedade (LULA do Fejunes)

A distância que se interpõe entre representantes e representados no que concerne aos grupos de interesses constituídos no segmento negro da sociedade capixaba evidencia a fragilidade e mesmo a ausência de vínculos entre eleitos e eleitores neste segmento.

Essa ausência é corroborada pela percepção de Lula do Fejunes em relação ao papel dos partidos políticos cuja função primordial é estabelecer elos entre representantes e representados, sobretudo nas eleições, já que o pleito, juntamente com os partidos políticos, são as principais instituições a conectar Estado e Sociedade. Ele reconhece a importância dos partidos, mas questiona a atuação dos mesmos argumentando que padecem de legitimidade, nos seguintes termos: “...são importantes, mas a maioria carece de real legitimidade da sociedade seja pelo seu programa ou forma de funcionamento.”

Tal afirmação do presidente do Fejunes corrobora o argumento explicitado por Debora Rezende de Almeida²⁰(2014) acerca da legitimidade da representação. Neste sentido, a autora pontua que: “A legitimidade da representação está baseada em uma relação de mão dupla que envolve não apenas a capacidade do representante expressar distintos interesses, mas também do representado reconhecer a legitimidade desses atos.” (2014, p. 176). Observa-se, portanto, que no caso do Fejunes essa relação de mão dupla tem se dado por mãos que não se tocam, haja vista que não há por parte dos representantes capixabas ações que expressem os interesses da juventude negra. Os parlamentares não encampam as pautas de luta do Fejunes, “apenas parcerias pontuais diante de questões específicas”, o que resulta no não reconhecimento dos mesmos como seus representantes, e, por conseguinte o não reconhecimento da legitimidade dos atos que praticam.

A partir das afirmações do presidente do Fejunes evidenciando sua sensação de uma relação fraca de representação, ao mesmo tempo em que expõem as desconexões de ideais e valores presente nessa relação, verifica-se a dimensão da desigualdade social, que caracteriza a distância que separam eleitos e eleitores, conforme ressaltado por Miguel (2014, p. 299-309). De fato, os grupos sociais menos favorecidos materialmente se deparam com grandes obstáculos para terem acesso às arenas estatais de representação, bem como possuem menos poder de articulação junto aos representantes do que os grupos oriundos dos estratos mais abastados da sociedade.

²⁰ Ao referir-se à Débora Rezende de Almeida, doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Professora de Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB), utilizar-se-á o nome completo da autora para que não se confunda com Alberto Carlos Almeida, cientista político autor da obra “A cabeça do eleitor” (2008), utilizada como referência neste trabalho.

Outro aspecto ressaltado pelo presidente do Fejunes que corrobora os argumentos de Miguel (2014) é sua percepção em relação às questões referentes ao financiamento privado das campanhas eleitorais. Para ele “o sistema de financiamento [atual] é uma forma dos grupos abastados, que financiam campanhas eleitorais, garantirem privilégios com a atuação [no parlamento] dos representantes financiados, o que lhes confere maior espaço de representação”. Argumenta ainda que se o Movimento dispusesse de recursos financeiros em grande monta para financiar campanhas eleitorais, ele teria mais possibilidades de acessar o parlamento, conseqüentemente teria mais chances de ter suas demandas atendidas pelos representantes eleitos. Neste sentido é enfático ao afirmar que “Nenhum deputado eleito é oriundo dos nossos quadros ou tem alguma ligação conosco”. Fica claro, portanto, que a teia mais ampla de relações que formam o mundo social e caracteriza as estruturas sociais e as desigualdades nele presentes, constituem fortes óbices para os menos favorecidos, corroborando os dizeres de Miguel (2014) acerca da construção da relação de representação.

Na percepção do presidente do Fejunes as desigualdades que perpassam as lutas encampadas pelo movimento negro expressam a dimensão da marginalização social a que o segmento negro esteve historicamente submetido. Esta resultou em múltiplas subalternidades e, portanto, menores possibilidades de acesso as oportunidades materiais, intelectuais e de representação política nas esferas institucionais do Estado.

3.1.2 Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo - Findes

A Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo é uma entidade constituída desde fevereiro de 1958. De acordo, com o depoimento da assessora executiva da presidência²¹, o objetivo principal da Findes é “representar os anseios do empresariado da indústria do Espírito Santo, contribuindo para o desenvolvimento do Estado, bem como prestar suporte aos sindicatos que compõem a Federação, tendo como foco o apoio a interlocução e o fortalecimento do associativismo”.

²¹ A assessora da presidência da Findes ocupa o cargo há dois anos, estando na instituição há seis. A entrevista ocorreu em um único encontro, em 11 de junho de 2015. Foi feita por meio de roteiro que foi previamente analisado pelo presidente da Federação, sendo repassado à entrevistada que respondeu as indagações do pesquisador

Como órgão representativo, é atribuição essencial da entidade a busca pela conquista de direitos, o que obrigatoriamente passa pela busca de maiores acessos e espaços de influência e prestígio junto às instituições do estado. Até aí nada de novo se compararmos com a atuação do movimento negro. Em termos gerais as atuações se assemelham. O que diferencia essas entidades é o fato de serem constituídas por grupos de interesses situados em posições muito distintas na estrutura social. Ou seja, enquanto o Fejunes se vincula as classes subalternas a Findes se vincula as classes dominantes, o que claramente coloca estas entidades em relações antagônicas em termos de interesses e poder social. Por conseguinte, suas estratégias e ações na arena política são marcadas pelas desigualdades que as separam e as distâncias daí recorrentes, refletindo nas relações de representação.

A partir de tais considerações, e tendo por base o conceito que define elite como sendo aquele grupo caracterizado por alguma diferença em relação ao coletivo mais amplo da sociedade, à população ou até mesmo à classe social, considera-se a Findes uma entidade que se situa enquanto um coletivo de atores que se enquadram tanto como elite econômica quanto empresarial²². A entidade agrega além de indivíduos pertencentes aos estratos de maior poder econômico vinculados as atividades econômicas e empresariais, também aqueles atuantes na direção da entidade exercendo função de representação política como é o caso do atual presidente da entidade.

Neste sentido, o Sr. Marcos Guerra, presidente da Findes, é um industrial capixaba do setor de vestuário, natural de Colatina, que tem se destacado nas atividades de representação política da entidade no âmbito local e nacional. Como liderança importante do setor industrial, já foi vice-presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) onde atualmente é presidente do Conselho Temático de Meio

²² Para a diferenciação entre elite econômica e empresarialver, entre outros, Costa (2014).Este autor define ascaracterísticas do que chama de “duas elites” baseando-se nos espaços de atuação desses grupos, nos seguintes termos: “... a elite econômica, pensada a partir do exercício de poder econômico relevante, no caso, de gerenciamento de grandes empresas e aelite empresarial,aquela mais afeita ao exercício da política, a direção de entidades de representação. (...). No caso do empresariado, há uma diferenciação possível no interior da própria elite, ou duas dimensões ou frentes desta mesma: de um lado, aquela relacionada às posições de destaque no exercício da função fundamental que caracteriza o grupo, ou seja, a atividade capitalista; e de outro, em comum com outros tipos de elite, o exercício da atividade de representação política, seja frente aos seus pares, seja frente às instituições políticas e ao processo decisório.” (COSTA, 2014, p. 54)

Ambiente (COEMA), sendo que anteriormente atuou como vice-presidente do Conselho Temático de Assuntos Legislativos (CAL) do CNI desde 2011. Ocupa, ainda, a função de conselheiro da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT) e, entre 2003 e 2011, foi senador suplente pelo PSDB-ES, sendo titular o Senador Gerson Camata (PMDB-ES).

Desse modo, as questões relativas ao sistema eleitoral brasileiro e seu *modus operandis* são percebidas como legítimas e adequadas, como mecanismo de escolha de representantes políticos. O depoimento, a seguir, expressa claramente esse entendimento.

... somos a favor da renovação dos quadros periodicamente, pois isto favorece a democracia. Entendemos que um parlamentar que permanece por vários mandatos em um cargo político está ali porque vem realizando um bom trabalho e a população confia em seu trabalho, por isto o reelege, mas a renovação também é importante. Entendemos que qualquer modificação no sistema eleitoral brasileiro deve ser feito com a participação de todos os setores da sociedade (ASSESSORA PRESIDÊNCIA).

A Findes, ao contrário do Fejunes, não tece críticas ao sistema eleitoral com suas mazelas e distorções. Considera normal o parlamentar permanecer *adinfinutum* no parlamento e que qualquer mudança no sistema “deve ser feito com a participação de todos os setores da sociedade”. No que tange ao financiamento privado das campanhas políticas não entende esta prática como um mal em si:

É um modelo que precisa de ajustes para evitar abusos, mas o financiamento privado de campanha não é o problema da política brasileira como muitos colocam. É democrático permitir que cidadãos e empresas ajudem os candidatos ou partidos que acreditam. O que deve ser coibido são os abusos e as doações ilegais e para isto já existem leis (ASSESSORA PRESIDÊNCIA).

Para a entrevistada é maléfico um mau uso do sistema de financiamentos e eventuais abusos que possam decorrer do modelo, mas não aponta uma crítica ao financiamento privado enquanto uma origem de males do sistema político eleitoral, nem sugere que uma reforma política devesse atacar a lógica de influência do capital nas eleições.

Acerca dos partidos políticos e sua relevância para a democracia mais uma vez as opiniões de Findes e Fejunes chocam-se frontalmente. Para a entrevistada os partidos representam a sociedade. O único tom crítico da resposta se refere ao grande número de siglas e do impacto disto nas bandeiras políticas defendidas:

Os partidos são essenciais para a democracia, pois é através deles que a sociedade, em seus múltiplos setores, se faz representar. Entendemos que

existe, no entanto, um número muito elevado de partidos e que a ideologia política hoje perde espaço dentro das agremiações e isto não é bom para a democracia. (ASSESSORA PRESIDÊNCIA).

Enquanto o membro da Fejunes expressa o fato de que a não representação das demandas do movimento negro pelos partidos os afastam do sistema partidário, considerando-os como excludentes e elitistas, a representante da Findes vê como mal maior a existência de muitos partidos. Associa este fato a perda da identidade ideológica dos partidos, o que revela, conforme constatado pela literatura, as características que marcam o sistema partidário brasileiro em relação ao distanciamento e a reduzida significância que eles têm para o cidadão brasileiro.

Questionada sobre como as demandas de maior relevância para a entidade são encaminhadas e processadas no âmbito do Estado e quais seriam estas demandas, a representante da Findes relatou que as demandas mais urgentes são aquelas relativas ao desenvolvimento da economia nacional. Ressaltou que, para tanto, se requer ações de governo que permitam ao setor empresarial melhor condições de atuação. Neste sentido, se expressa nos seguintes termos:

... o maior desafio do setor industrial hoje é a eliminação de entraves que prejudicam a melhora do ambiente de negócios e o resgate da confiança do empresariado. Nossas ações são no intuito de estimular a retomada do investimento e do crescimento da economia [...] para isso são necessárias ações do governo que reduzam a burocracia, modernizem a legislação trabalhista e simplifiquem o sistema tributário. Hoje existem mais de 3,5 mil normas tributárias em vigor, que custam às empresas brasileiras em torno de R\$ 45 bilhões por ano com pessoal e tecnologia necessários para acompanhar a complexidade da legislação. Nosso maior problema está aí.

No que concerne ao apoio e/ou financiamento de campanhas políticas de determinados partidos ou candidatos a resposta foi negativa, expondo-se enfaticamente que “Não é praxis da Findes fazer contribuições de campanha”. A mesma ênfase se verificou sobre eventual sugestão ou direcionamento da entidade para os membros filiados no sentido de destinar apoios a candidatos em pleitos eleitorais. Sobre este ponto destacou: “Não fazemos sugestões. Cada associado é livre para apoiar o candidato que quiser”.

Entretanto, por mais que a entidade reforce a ideia de que não sugere direcionamentos para apoios políticos, a mesma se dedica, de forma organizada, a atuar junto às esferas de poder público, no sentido de estabelecer vínculos perenes com o parlamento visando o processamento de suas demandas. Para tanto, se valem de uma série de mecanismos

institucionalizados, entre eles o Conselho para Assuntos Legislativos (CAL), no âmbito da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Conselho Superior de Assuntos Legislativos (COAL) no Sistema Findes. São órgãos internos que atuam em parceria e articulados junto ao Congresso Nacional e a Assembléia Legislativa Estadual. Desse modo, enfatiza a assessora da presidência que o relacionamento da Findes com os parlamentares se fazem por meio desses conselhos: “Toda essa parte é de competência do Conselho para Assuntos Legislativos – CAL da CNI. É por meio desse Conselho que o setor industrial, representado pela CNI, trata de seus interesses junto ao Congresso Nacional”.

Observa-se que tanto a Findes quanto o Fejunes compreende a relação entre eleitos e eleitores vinculada às necessidades mais proeminentes dos indivíduos que compõem o grupo representado. Para o presidente do Fejunes este vínculo ainda não existe. Ele se tornará possível na medida em que sejam eleitos representantes que estejam afinados com as ideias da entidade que se disponha a lutar para que as demandas do movimento sejam atendidas. Para a Findes o problema não passa pela necessidade de encontrar candidatos afinados para defesa das demandas dos industriais, muito pelo contrário eles já existem, além disso, a Findes dispõe de todo um aparato institucional para hierarquizar e processar suas demandas no âmbito do poder público: trata-se do CAL no âmbito nacional e o COAL²³ no âmbito estadual..

De acordo com informações obtidas no sítio eletrônico do CNI o Conselho para Assuntos Legislativos (CAL) tem por atribuição analisar e orientar a ação política do CNI no Congresso Nacional, além do acompanhamento das ações dos congressistas na *defesa de interesses da indústria processo legislativo*. Além disso, articula apoio político para projetos importantes relacionados com o setor industrial, divulga posições da CNI sobre os projetos em tramitação e participa do processo de formulação da Agenda Legislativa da Indústria²⁴.

²³ Conselho Temático de Assuntos Legislativos (COAL). Tem por objetivo analisar e orientar as ações voltadas para a defesa de interesses da indústria capixaba, acompanhando a tramitação de projetos de lei junto a Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Ales) com a finalidade de articular apoio e/ou parceria, no processo legislativo, quando de interesse do segmento empreendedor. O Coal também atua na articulação das ações da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em defesa do setor industrial junto ao Congresso Nacional (RedIndústria).

²⁴ Elaborada anualmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), desde 1996, a Agenda apresenta à sociedade as principais proposições legislativas em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado

Buscando explicitar e aprofundar o entendimento que a Confederação Nacional da Indústria e as Federações de Indústria têm das atividades a serem desenvolvidas para fazer a *defesa dos interesses da indústria no processo legislativo* verificamos que consta do site da Findes²⁵ a seguinte definição:

Defender interesses significa buscar a prevalência da posição da indústria na regulamentação de leis, execução de programas, definição de benefícios econômicos, no estímulo à competitividade e ao desenvolvimento econômico, ou seja, ter uma atuação ativa nos foros decisórios buscando a prosperidade do setor industrial.

Além dessa definição, também é definido o que significa ser um representante, nos seguintes termos:

Ser um representante da Findes significa levar os interesses da indústria aos Colegiados em que a Federação é chamada a atuar. Para que a representatividade seja eficiente, o representante deve buscar o posicionamento da indústria em relação ao tema abordado e fazer-se ouvir dentro da instância em que está inserido, sempre com ética e transparência. Nesse sentido, a representação é uma via de mão dupla: enquanto a Federação escolhe, autoriza e legitima o representante, esse se compromete com os interesses da indústria e com a prestação de contas dos atos por ele praticados

De fato, a partir do restabelecimento do Estado de direito e das prerrogativas do Congresso Nacional, com a CF-1988, as relações entre o Estado e sociedade, no Brasil, retornaram a normalidade democrática. Com isso, os múltiplos grupos de interesses adquiriram maior espaço de atuação e de organização, apesar das distintas possibilidades e temporalidades de cada um. No âmbito do segmento industrial, já em meados da década de 1990, a Confederação Nacional da Indústria “inaugurou uma nova forma de relacionamento com o Parlamento, identificando as proposições legislativas que poderiam contribuir para aumentar ou diminuir o chamado “Custo Brasil” e posicionando-se em relação a cada uma delas”. Em 1996, a CNI promoveu o Seminário Custo Brasil: *Diálogo com o Congresso Nacional*. O evento contou com a expressiva participação de industriais e parlamentares, ocasião em que foi criada a Agenda Legislativa da Indústria. Em 1997, a formulação da Agenda foi reestruturada, com o ingresso da participação efetiva das *Federações de indústria de todos os estados*.

Federal que afetam o desenvolvimento do país. Cf. <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/cni-em-acao/agenda-legislativa-da-industria> <acesso em 20-02-2016>

²⁵ Agenda Legislativa Virtual. Órgãos Colegiados. In: http://www.ideies.org.br/index.php?id=/orgaos_colegiados/index.php. <acesso em 20-02-2016>

Anualmente o CAL elabora a Agenda legislativa da Indústria por meio da “consolidação da consulta realizada pela CNI às 27 Federações de Indústrias e às Associações Setoriais de caráter nacional”²⁶.

Evidencia-se, desse modo, que os interesses e demandas dos eleitores do segmento industrial, especialmente as elites econômicas e empresariais (COSTA, 2014), contam com toda uma estrutura institucional dedicada a estabelecer estreitos vínculos com os representantes eleitos e, por conseguinte, com o Parlamento. Por meio do Conselho para Assuntos Legislativos todos os membros dessa elite têm vez e voz, o que lhes concede maior poder de influência e atuação para fazer valer suas prerrogativas no âmbito da agenda pública e parlamentar, portanto têm poder de direcionamento do processo decisório que resultará na formulação das políticas públicas que atenderão aos seus pleitos. Claro está que o segmento industrial, por sua própria posição na estrutura social contemporânea, possui larga capacidade e recursos para se organizar estruturalmente a fim de instrumentalizar suas ações para garantir maior representação política, corroborando as análises de Miguel (2014).

Mas, mais do que a questão da desigualdade social subjacente à construção de vínculos na relação de representatividade que dá o tônus a relação de representação, é preciso considerar contemporânea para que melhor se compreenda a atuação de atores da sociedade civil e a influência dessa atuação no desenrolar das relações de representação política.

Rezende de Almeida (2014) argumenta que o conceito moderno de representação traz duas características que se fazem presentes com proeminência: a ideia de que a representação é um processo que se desloca continuamente no tempo e no espaço e está em permanente construção. A representação envolve distintos atores e arenas do Estado e da sociedade, os quais precisam estar em interação contínua com os representados. Trata-se essencialmente de um fenômeno societal e institucional.

A autora ensina (2014, p. 177) que a ideia de uma dinâmica processual é o que melhor caracteriza a representação política na atualidade. E mais do que isto destaca que o *locus* da representação se expande para além da institucionalidade, expondo uma

²⁶Saiba como a Agenda Legislativa é elaborada. <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/cni-em-acao/agenda-legislativa-da-industria> <acesso 20-02-2016>

flexibilização de fronteiras entre Estado e sociedade, rompendo-se com a diferenciação especializada entre esses dois pólos da atividade política.

Rezende de Almeida (2014) argumenta que a representação hoje se dá também fora das relações tradicionais, havendo a possibilidade de atores da sociedade civil agirem junto ao Estado em termos de representação. Neste sentido enfatiza:

Já as pesquisas recentes extrapolam os estudos sobre partidos, parlamentos e regras eleitorais para focar as transformações da representação, tanto do ponto de vista das instituições tradicionais, quanto das novas instituições e práticas de representação que colocam lado a lado Estado e sociedade na deliberação de políticas públicas. (2014, p. 177)

Uma entidade da sociedade civil, que representa parte significativa da elite econômica, institucionaliza-se no sentido de atuar junto às instâncias de governo para garantir representação expõe os novos contornos que essas relações passam a estabelecer na atualidade.

A persuasão com que o CAL atua tem por intuito primordial a influencia nas decisões governamentais a ponto de direcioná-las para os interesses do setor industrial, mas sua atuação vai além da esfera institucional, pois a representação se dá desde logo no âmbito da sociedade civil e é exercida por um ente proveniente desta, que articula com o seguimento representado aquilo que deve ou não ser levado aos representantes estatais.

É inegável que o papel de uma instituição como a CNI, atuando por meio do CAL, não seja relevante em termos representativos dentro da sociedade civil e que sua força em termos de representação resume-se apenas ao acatar de demandas por parte do Estado. A representação se efetiva também dentro da sociedade civil, haja vista a liderança que emerge com a atuação da entidade e se estende a esfera institucional para que colha os frutos que só dela podem vir.

Rezende de Almeida sublinha que o conceito de representação está em constante construção, justamente pelo fato da pluralidade de atores que exercem funções representativas estarem em permanente disputa. Desse modo, o conceito de:

... representação deve beneficiar-se de uma noção mais dinâmica e plural da política, na qual as questões "quem representa" e "o que está sendo representado" estão, frequentemente, em construção. Nesse sentido, não apenas a definição sobre o que é o "povo" está em disputa, mas também sobre quem é o agente da representação. (2014, p. 181)

Essa concepção de representação, que tem acentuado seu caráter processual e construtivo, estabelece-se como um processo em que a definição do que é representado e quem representa está sempre em disputa e construção. Mas de certo há que as relações tradicionais estabelecidas em uma relação determinista de representantes alocados no Estado e representados dispostos na sociedade em uma dicotomia clara e absoluta, não mais assim existem na política atual.

Observa-se, então que o exemplo do CAL é emblemático para ilustrar os contornos que corroboram os dizeres de Rezende de Almeida (2014) acerca da nova representação. O Conselho desponta como representante na sociedade civil, atuante com persuasão e força diante das instâncias governamentais, em uma relação de trânsito e atuação entre e nos dois espaços.

Em que pese ser necessário um trabalho aprofundado de análise normativa para se saber com exatidão o que se legislou nos últimos tempo em favor do setor industrial sob influência direta da CNI, não é de todo impertinente dizer que a atuação da Confederação, por meio do CAL, persuadindo nas deliberações e formulação de normas que dizem respeito à Indústria nacional, resultou em ganhos para o segmento industrial. Desta forma, a força da entidade, em termos representativos, é visível, o que evidencia os dizeres de Rezende de Almeida acerca das novas relações de representação.

Por outro lado, a comparação entre Fejunes e Findes, evidencia o peso das posições de poder na estrutura social. O potencial de atuação ligado as posições econômicas dominantes, são fundamentais para definir os papéis dos agentes representativos e a efetivação da representação desses grupos sociais, em contraposição aos limites ligados à condição social dos grupos e seguimentos da sociedade civil em posição subalterna para efetivar lideranças que os represente, demarca a ausência de representantes da comunidade negra..

Miguel (2011) denuncia esses limites. Para o autor, a atividade representativa é uma forma de exercício de poder, marcada pelo conflito e defesa de interesses, e, portanto, não pode prescindir da noção de autonomia. O desafio de uma representação democrática "é permitir que indivíduos e grupos capazes de definir autonomamente seus interesses se vejam representados por agentes com os quais tenham identidade e capacidade de interlocução" (idem, p. 28).

No que tange à responsividade, considerando essa realidade de influencia da desigualdade social nas relações de representação, há de se considerar que, conforme explana Rezende de Almeida (2014, p. 188), pode ser gerada pela defesa de temas e de políticas que contam com ampla experiência dos atores, adquirida ao longo do seu histórico de participação e envolvimento com a política.

Fica claro, porém, que a responsividade também está condicionada pelo acesso que os seguimentos sociais terão aos representantes estatais, sobretudo se tal acesso, como já demonstrado, é mitigado ou facilitado considerando a condição social do representado que busca representação. Sob a lógica capitalista que rege as relações sociais e políticas na atualidade, as elites sempre terão mais representatividade do que os estratos periféricos da sociedade.

Analisados os dados dessas duas entidades da sociedade civil no que concerne à representação política, o passo seguinte é a análise da percepção de uma organização que atua na intermediação entre a sociedade civil e o Estado. Trata-se Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Espírito Santo, entidade de classe que por sua atribuição legal e ação diante das questões sócio-político-jurídicas que envolvem os cidadãos e o Estado, põe-se como um fiscal atuante sobre os direitos e obrigações que caracterizam essa relação.

3.1.3. Ordem dos Advogados do Brasil - OAB

A Ordem dos Advogados do Brasil foi criada em 1930²⁷ com objetivo inicial de ser órgão de disciplina e seleção da classe profissional dos advogados brasileiros, bem como de zelo pela Justiça e pelos interesses da sociedade. A Lei Federal nº 4.215 de 1963 estruturou a Ordem, dispondo sobre o seu Estatuto e regulando o exercício profissional do advogado. Mas a legislação foi além conferindo à OAB características de entidade responsável pela manutenção da ordem jurídica. Assim, foram incorporadas à entidade, legalmente, atribuições de caráter político institucional.

Desde sua criação a Ordem teve participação em movimentos sociais, associados à defesa democrática. Isto foi ratificado com a promulgação da Lei 8.906 de 1994 que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da OAB. Na lei são ampliadas as atribuições da OAB que, dentre outras, tem por finalidade “defender a Constituição, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas”, conforme previsão do artigo 44 do Estatuto²⁸.

A atuação da Ordem no âmbito da representação pode ser mais bem compreendida quando pensada no campo societal. Para tanto, buscamos apoio nas reflexões de Débora Almeida (2014) acerca da representação como processo. Neste sentido, para a autora o “conceito de representação política vem passando por um processo de reformulação profunda na teoria política contemporânea, motivada pela constatação empírica do papel da sociedade civil como representante político” (idem, pg.175). Dessa perspectiva, ela enfatiza que, na contemporaneidade, a representação caracteriza-se por ser:

...um processo que se desloca continuamente no tempo e no espaço e está em permanente construção. Representar envolve distintos atores e arenas do Estado e da sociedade, os quais precisam manter interação contínua com os

²⁷ Decreto nº 19.408, de 18/11/1930; No texto que criou a OAB verifica-se uma conjugação de dois poderes: disciplinar e de seleção. Esta conjugação é vista para os estudiosos de Direito como o fato que acentua o sentido de permitir ao órgão de classe o papel não apenas de proteger os seus membros, como uma corporação medieval, mas, sobretudo, a tarefa de “zelar pelos interesses, em potencial, do público e os da justiça com a qual colabora, ajudando-a em sua administração”, conforme artigo 17 do Decreto. A esses dois poderes foi acrescido, depois, o de defesa da classe.

²⁸ Lei 8906 de 4 de julho de 1994 - Art. 44. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), serviço público, dotada de personalidade jurídica e forma federativa, tem por finalidade I - defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas;

representados. Nesse sentido, é um fenômeno ao mesmo tempo societal e institucional (REZENDE DE ALMEIDA, 2014, pg. 176).

Deste modo a atuação da OAB pode ser compreendida como pertencente ao universo das instituições de cogestão e/ou controle social, doravante (ICGs)²⁹. De acordo com essa abordagem as ICGs colocam em evidência “a flexibilização de fronteiras entre Estado e sociedade e a importância de romper-se com a diferenciação espacializada entre esses dois pólos da atividade política — dentro e fora das instituições estatais — dando ênfase aos tipos de atividade e autoridade dos atores”. (REZENDE DE ALMEIDA, 2014, pg. 176).

Assim, a importância das ICGs reside no fato de que elas contam com mecanismos internos de *accountability* horizontal. Significa dizer que nas organizações civis existem instâncias intermediárias de participação, as quais funcionam como complemento crucial ao controle dos líderes, que não precisam lidar diretamente com membros ou indivíduos atomizados. Esses grupos ou instâncias de coordenação ajudam no compartilhamento de informações, na geração de alternativas e contrapropostas e na formação de potenciais líderes (REZENDE DE ALMEIDA, 2014, pg. 187).

Considerando as atribuições da OAB, acima descritas, depreende-se a relevância de sua atuação na manutenção, proteção e aperfeiçoamento das instituições democráticas. Por meio das comissões temáticas internas, as quais têm por incumbência a garantia de direitos e respeito à Lei nos diversos seguimentos da sociedade ela exerce essa importante função. As comissões agem em áreas como: defesa do consumidor, direitos humanos, política carcerária, minorias sociais, entre outras.

Tendo em mente as referidas atribuições da OAB é que escolhemos esta entidade como um dos exemplos a ser considerado. A Seccional capixaba da OAB possui, institucionalmente³⁰, trinta e três comissões temáticas, entre as quais se fazem presentes Comissão de Igualdade Racial, Combate à Corrupção e Impunidade, Diversidade Sexual e Relações Institucionais. Estas comissões foram escolhidas para serem

²⁹ Para uma discussão mais ampla do termo ver, entre outros, Lüchmann (2011).

³⁰ Conforme consta do site oficial da OAB-ES. <<http://www.oabes.org.br/institucional/comissoes/>> acesso em 12/06/2015

submetidas aos roteiros de entrevistas acerca da percepção da instituição sobre as relações de representação política no Espírito Santo. Para tanto, foi considerado as áreas de atuação das mesmas e sua pertinência com o tema desta pesquisa. Foram priorizadas aquelas voltadas para as minorias sociais, como afrodescendentes e comunidade LGBT, bem como aos temas ligados ao Estado e ações de governo. Entretanto, só foi viabilizado o contato com a Comissão de Igualdade Racial, porque as demais não estavam funcionando no momento da pesquisa.

Como ressaltado anteriormente, a OAB, por intermédio de suas comissões, atua como entidade responsável pela guarda e promoção das instituições democráticas e defesa de direitos humanos, civis e sociais³¹. Como instituição não estatal, mas com atribuições de fiscalização e defesa de direitos, não só de seus membros, mas de toda a sociedade, tem-se a imprescindibilidade de sua percepção acerca da representação política.

A Comissão de Igualdade Racial da OAB-ES iniciou suas atividades em 2012 e tem como objeto a promoção da igualdade de tratamento nas relações sociais e para com o Estado dos negros. Atua na guarda dos direitos da população negra, combatendo, por meio de políticas de informação e conscientização, os atos de discriminação e racismo, bem como na denúncia destes às autoridades. Pela comissão foi entrevistado o seu presidente atual, Sr. José Roberto de Andrade³², ao qual foi submetido questionário de pesquisa contendo nove perguntas, entre abertas e fechadas.

Questionado sobre as principais reivindicações e demanda da população negra, o presidente da Comissão enfatiza que as carências dessa minoria social têm fundo histórico, nos seguintes termos:

Um processo histórico de discriminação e racismo. Sendo o Brasil um país cuja história foi fortemente marcada pela escravidão negra há na sociedade e também no Estado, mesmo mais de um século após a abolição da escravatura, fortes impressões de racismo e discriminação que se expressam em relações

³¹ Baseia-se na divisão teórica clássica feita pela literatura jurídica, em que pese a concepção moderna que adota a indivisibilidade dos direitos humanos, estando nele abrangidos os direitos civis e políticos, bem como os direitos sociais e econômicos, conforme explica Flávia Piovesan: [...] ante a indivisibilidade dos direitos humanos, há de ser definitivamente afastada a equivocada noção de que uma classe de direitos (a dos direitos civis e políticos) merece inteiro reconhecimento e respeito e outra (a dos direitos sociais, econômicos e culturais), ao contrário, não. Sob a ótica normativa internacional, está definitivamente superada a concepção de que os direitos sociais, econômicos e culturais não são direitos legais. A idéia da não-acionabilidade dos direitos sociais é meramente ideológica, e não científica. São eles autênticos e verdadeiros direitos fundamentais, acionáveis, exigíveis, e demandam séria e responsável observância. (2004, p.26)

³²Entrevista realizada em 6 de julho de 2014, pelo autor.

de dia-dia, em desigualdade de tratamento e oportunidades para as pessoas negras, e marginalização desse grupo social que é subjugado. (Presidente CIR)

No que tange à ausência de representação política dos grupos sociais oriundos das populações negras nas instituições políticas, o entrevistado atribui este fato as desigualdades sociais que caracteriza a estrutura social brasileira e que a população negra neste contexto, acumula ao lado da desigualdade social a desigualdade racial, dessa forma afirma que:

... há relação direta entre representação política e a questão da desigualdade racial. Os políticos atuais pouco enfrentam a questão da discriminação racial e do racismo de forma efetiva. As políticas públicas bem como as próprias leis existentes para defesa dos direitos da população negra encontram dificuldade de materialização e, por conseguinte, cumprir seus objetivos.

A relação entre desigualdade racial e representação é embasada no fato de os políticos em geral não assumirem as questões da causa negra. Por isso, há dificuldades para a formulação de leis e políticas públicas que defendam os direitos dos negros e que combatam ações de preconceito e racismo. Ademais, destacou a baixa participação de negros em cargos públicos de direção tanto no Executivo como no Legislativo, que aliado a um cenário de baixa identificação com o sistema partidário conduz a reduzida atenção às demandas dos negros, conforme segue:

... há de se observar também que há pouca inserção de pessoas negras na política, sobretudo nos cargos mais altos das instâncias de poder, o que traz, por consequência, pouca atenção às causas negras. A questão é que se houvesse maior espaço para inserção de políticas sobre a questão racial e seus problemas na agenda pública, bem como mais representantes engajados com os dilemas da população afrodescendente, certamente teríamos minimizadas as desigualdades e uma repressão maior ao racismo e a discriminação.

No que concerne a atuação dos deputados estaduais no sentido de formular políticas públicas visando a produzir ações que intervenham de forma mais consistente e abrangente no sentido de reduzir a desigualdade racial, o presidente da Comissão considera que, além de escassas, são pouco eficazes, e que, muitas vezes, os municípios dão mais atenção a essa questão do que o Estado, conforme aponta o depoimento a seguir:

...há de se observar que a população negra do Espírito Santo necessita de mais ações governamentais em atenção às suas necessidades. Fala-se aqui de políticas de ações afirmativas que corrijam a desigualdade de oportunidades que sofrem os negros no mercado de trabalho, bem como no ingresso ao

serviço público. Há também a questão da violência policial que atinge fortemente a população negra e sabemos que a atuação da Assembleia junto ao Governo pode dar novos caminhos a essa questão. Hoje há mais ações dos Poderes Legislativos Municipais no ES do que o Estadual...

Ao destacar atuações mais expressivas de câmaras municipais do que as do legislativo estadual em relação às políticas de igualdade racial, o entrevistado cita a existência de cotas raciais para concursos públicos nos municípios de Serra e Vitória³³, enquanto em nível estadual ainda não há nenhuma produção legislativa nesse sentido.

Acerca do atual sistema eleitoral e eventual necessidade de reforma o entrevistado, além de concordar que é preciso fazer a dita reforma, destaca um dos aspectos da legislação relativa ao sistema proporcional para o Legislativo que, apesar do intuito democrático tem efeito contrário, conforme segue:

A proporcionalidade tem um intuito democrático, mas é um modelo que pode ter um resultado contrário, se considerarmos as possibilidades que as coligações trazem em termos de distribuição de votos em uma eleição.

A crítica do entrevistado foca-se no efeito reverso que o sistema proporcional pode gerar no sentido de não ser, necessariamente o candidato votado aquele que contabilizará os votos e se beneficiará deles. Crítica que tem alta pertinência se considerado que a forma complexa que define a contabilização e aproveitamento de votos no sistema eleitoral brasileiro que é conhecido por poucos eleitores. A maioria dos eleitores presume vigorar nas eleições proporcionais a mesma lógica contábil das majoritárias, nas quais o mais votado será, necessariamente, o eleito.

No que se refere à reeleição perene para os representantes do Legislativo, considera que tal prática tem cunho antidemocrático, pois impede a alternância de poder:

É um modelo a ser repensado e o ideal era que a população fosse consultada sobre mudanças. A reeleição perene desfavorece a alternância no poder. O que poderia ser feito é trazer para os cargos para o Legislativo o mesmo modelo de reeleição presente para o Executivo.

³³ Na Serra Lei Municipal n.º 2837/2001, que torna obrigatório o ensino da história do povo negro e indígena nas escolas municipais e a Lei 4292/2014 prevê a reserva de 30% das vagas nos concursos públicos e processos seletivos no Município (Poderes Executivo e Legislativo) para afrodescendentes negras. Em Vitória há a Lei 8.757/2014 que prevê 20% das vagas em concursos públicos aos negros.

Acompanhando o discurso do Fejunes, o presidente da Comissão de Igualdade Racial também é contra ao financiamento privado das campanhas eleitorais. Neste sentido argumenta que:

Financiamento privado torna a disputa eleitoral maculada, pois os financiadores só contribuem em busca de contrapartida quando o candidato ou partidos ajudados forem governo. Pensar de modo diferente é ingenuidade, por isto acabar com o modelo atual de financiamentos privados para campanhas é o primeiro e grande passo para começar a resolver a questão da corrupção na política brasileira.

A opinião evidencia que o financiamento privado macula a campanha e o mandato, isto porque os doadores “cobram” dos eleitos a ajuda que prestaram. Desta forma o fim da forma privada de financiamento das campanhas eleitorais seria um passo crucial para uma reforma política. Isto porque sem as doações particulares não haveria de forma tão contundente vínculos espúrios entre financiadores e eleitos. Na percepção do entrevistado, o doador de campanha, na verdade, investe em um representante para que este, no cargo, retribua a doação com facilidades e privilégios que podem ser oferecidos a partir do cargo público ocupado pelo mandatário.

Tal comportamento denota desvio de conduta, ou seja, uma representação desvirtuada, haja vista que a resposta desse tipo de representante à sociedade é viciada, pois se condiciona a um sentido retributivo ao que lhe rendeu fundos para a eleição, ao invés de voltar-se para as demandas de seus eleitores presentes na agenda política. Dessa forma o presidente Comissão argumenta sobre a necessidade de um modelo normativo que impusesse aos representantes um mecanismo de prestação de contas contínua e acessível à população sobre suas ações enquanto mandatário:

Parlamentares, por exemplo, deveriam ser obrigados a expor pública e periodicamente suas votações, as emendas que angariaram, a utilização das verbas vindas com essas emendas, assim como, comprovar os gastos que têm com o mandato, prestando conta à população de toda sua rotina.

Observa-se que o presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB-ES, destaca dois aspectos cruciais relativos à representação política: em primeiro lugar o problema de uma representação política deficitária decorrente da desigualdade de tratamento, discriminação e racismo para com a população negra e, em segundo, a questão da responsabilidade dos representantes, passando pela prestação de contas no exercício do poder político.

Na verdade, o argumento do entrevistado trata da questão responsividade do representante político. Sobre este aspecto Débora Almeida destaca que a “autorização ou a escolha deve ser buscada no reconhecimento público daqueles que reivindicam falar por indivíduos e grupos” (2014, p. 185). Há que se considerar que o reconhecimento de que fala a autora inclui também o conceito de representação enquanto “relacionamento”, na perspectiva de Young (2006).

Para Young (2006, p. 142) representação se constitui não como uma relação de substituição ou identidade com o representado, numa lógica de que um atua pelo outro na ausência deste. O que se estabelece é um *relacionamento diferenciado* entre atores engajados em um processo diferido no tempo e no espaço. Depende de mediação e conexão dos constituintes uns com os outros e destes com seus representantes. Dessa perspectiva, observa-se que tanto na percepção do presidente da Comissão de Igualdade Racial quanto do presidente do Fejunesa população negra é vista como um grupo social sub-representado, haja vista que a referida população está submetida a desigualdades estruturais. Como consequência, urge a necessidade de práticas representativas diferenciadas devido às condições de subalternidade presentes, para que tal diferenciação constitua um importante instrumento de inclusão política (YOUNG, 2006, p.142).

De fato, a concepção de Young sobre representação política, nos auxilia no entendimento do problema dos grupos sociais subalternos e marginalizados ao trazer para a discussão o conceito de *différance*³⁴ para expor os caminhos para a efetivação da conectividade entre representantes e representados. Desse modo afirma: “Em vez de interpretar o significado normativo da representação como o ato de propriamente pôr-se pelos eleitores, devemos avaliar o processo de representação de acordo com o caráter do relacionamento entre o representante e os eleitores.” (2006, p. 149).

³⁴ Young vale do conceito introduzido por Jacques Derrida (1973) “Différance”. In: *Speech and phenomena and other essays: Husserl's theory of signs*. Evanston, IL: Northwestern University Press. Sobre o tema Young preleciona: [...] conceber a representação sob a idéia de *différance* significa descrever um relacionamento entre os eleitores e o representante, bem como dos eleitores entre si, no qual a temporalidade do passado e o futuro antecipado deixam vestígios nas ações de cada um deles. (2006, p. 149).

A concepção de Young afasta a questão da identidade da relação de representação enquanto condição de efetividade. Nesse sentido, sublinha que mais do que a identidade a relação de representação se efetiva baseada na conectividade entre os atores do constituinte e do constituído, nos seguintes termos:

O representante inevitavelmente irá se afastar dos eleitores, mas também deve estar de alguma forma conectado a eles, assim como os eleitores devem estar conectados entre si. Os sistemas de representação, por vezes, deixam de ser suficientemente democráticos não porque os representantes deixam de se pôr pela vontade dos eleitores, mas porque perderam a conexão com eles. (2006, p. 151)

Claro está, portanto, que um maior contingente de representantes negros não garante a representatividade desse mesmo grupo étnico na sociedade. Tal fato teria um caráter essencialmente simbólico em termos de conquistas para aquela minoria social, mas não um condão de efetividade e uma certeza de representação. Isto porque, a conectividade é o fator garantidor da responsividade na representação e não há como falar que essa conexão está baseada ou condicionada à identidade, até mesmo porque, segundo Young as ideias de substituição ou mesmo de co-presença, não definem a representação política, que se consubstancia em um relacionamento. Enfim, esta relação não depende da identidade, para acontecer, mas sim da ligação entre as partes, a qual pode se efetivar independente do grupo social a que pertença o representante. No dizer de Young, significa que

“A suposição de que os representantes devem ser, de alguma forma idênticos aos eleitores, comporta implicitamente o requisito impossível de que uma pessoa só pode ser representada se tudo a seu respeito, potencialmente, tiver voz no processo político.” (2006, p. 157).

Passando à abordagem do segundo ponto enfatizado na fala do entrevistado, isto é, a relação que há entre uma representação deficitária e os problemas que a população negra enfrenta nas relações tanto na sociedade quanto no âmbito do Estado, observa-se que o argumento foca na não presença nas pautas formadoras da agenda política das demandas dos negros. Isto porque os representantes não encampam causas como a questão da discriminação e do racismo.

No que diz respeito à representação deficitária abordada pelo entrevistado, enquanto gênese dos problemas do não atendimento dos interesses e demandas da população negra buscou-se o apoio de Young para a compreensão do fenômeno representativo e

suas dimensões. Sobre este aspecto, Young ressalta que sistemas de representação política não podem fazer que os indivíduos estejam presentes em suas individualidades: “devem representar aspectos da experiência de vida, da identidade, das crenças ou atividades mediante os quais uma pessoa tem afinidade” (2006, p. 157)

Young (2006) defende, portanto, que a representação pode se efetuar de várias formas. Para tanto define três modos gerais pelos quais uma pessoa pode ser representada: interesses, opiniões e perspectivas, sendo que esta última, em particular, provê argumentos para a representação especial de grupos sociais oprimidos ou desfavorecidos, na medida em que evita o problema de atribuir opiniões ou interesses comuns a todos os membros desses grupos (p. 158).

Antes de avançar nessa discussão é preciso discutir o que sustenta o sentimento de representação. Segundo Young (2006, pg. 158), um indivíduo se diz representado quando sente que seus interesses, isto é, aqueles reconhecidos como seus e compartilhados com algumas outras pessoas, estão sendo cuidados, bem como quando se verifica que há verbalização de seus princípios, valores e prioridades, a modo de nortear as decisões políticas e, por fim, quando pelo menos algumas dessas discussões e deliberações sobre políticas captam e expressam o tipo de experiência social que lhe diz respeito, em razão de sua posição num grupo social e da história das relações desse grupo. Havendo esse sentimento, a representação pode se efetuar nas três dimensões mencionadas. Quanto aos interesses, estes consistem naquilo que é necessário ou desejável para que sejam alcançados os fins que um indivíduo ou grupo almeja e pretende para si, enquanto responsividade e supressão de demandas.

As opiniões, por sua vez, são definidas por Young como princípios. Seriam “valores e prioridades assumidos por uma pessoa na medida em que fundamentam e condicionam seu juízo sobre quais políticas devem ser seguidas e quais fins devem ser buscados.” Ou ainda as opiniões podem ser entendidas como sendo “juízo ou crença sobre como as coisas são ou devem ser e os critérios políticos que daí se seguem” (2006, p. 160). Tanto na representação baseada em interesses quanto em opiniões vê-se uma aproximação com o que expõe Almeida (2008) acerca da definição da escolha eleitoral.

O terceiro modo de representação discutido por Young (2006) é o conceito de *perspectiva social* que se baseia no que se entende pertinente para a consideração de um grupo social em relação ao seu modo de constituição. Nesse sentido a autora destaca que um grupo social se constitui baseado, não em uma identidade comum de seus membros, mas a partir de uma lógica mais relacional, em que os indivíduos seriam compreendidos como posicionados na estrutura social. Significa, no dizer da autora que:

Conforme suas posições sociais, as pessoas estão sintonizadas com determinados tipos de significados e relacionamentos sociais, com os quais outras pessoas estão menos sintonizadas. Eventualmente estas últimas não estão posicionadas sequer de forma a ter consciência deles. A partir das suas posições sociais as pessoas têm compreensões diferenciadas dos eventos sociais e de suas conseqüências. (YOUNG, 2006, pg.162)

Essa noção trazida por Young permite dizer que os problemas enfrentados pelos negros na sociedade não são necessariamente uniformes ou os mesmos, se considerarmos a pluralidade natural existente dentre os indivíduos formadores desse grupo social. O que os identifica, mais do que a etnia, é a posição em que se encontram na sociedade, que os sintoniza com determinados tipos de significados e relacionamentos sociais, com os quais outras pessoas estão menos sintonizadas.

Desta forma uma representação que é deficitária para os negros também poderá ser em relação a outros grupos sociais subalternizados. As compreensões dos eventos sociais podem ser comuns entre negros e outras minorias ou grupos sociais sujeitos a desigualdades estruturais, isto porque “a ideia da perspectiva social sugere que agentes que estão “próximos” no campo social têm pontos de vista semelhantes sobre esse campo e sobre o que ocorre em seu âmbito.” (2006, p. 162).

A perspectiva social, no entanto, não comporta um conteúdo específico determinado que a diferencia do “interesse” e da “opinião”. A perspectiva é, portanto, o que liga os indivíduos em um grupo, conforme especificado por Young, a seguir:

... perspectiva social é o ponto de vista que os membros de um grupo mantêm sobre os processos sociais em função das posições que neles ocupam. As perspectivas podem ser vivenciadas de um modo mais ou menos autoconsciente. As experiências culturais de povos ou de grupos religiosos diferenciados, bem como de grupos que reagem a uma história de injustiças

ou de opressão estrutural, freqüentemente lhes conferem interpretações refinadas acerca de suas próprias situações e de suas relações com outros grupos. (YOUNG, 2006, p.164)

A perspectiva social é uma abordagem da maneira de olhar os eventos sociais, mas não é necessariamente capaz de determinar o que se vê. Isto mostra que o déficit de representação de um grupo não pode ser tido como algo na forma de um jogo de buracos abertos e fechados, já que a definição da efetividade da conectividade entre representados e representantes não se dá de forma objetiva, como um *checklist* de presenças e ausências.

Políticas de igualdade, como ações afirmativas, não necessariamente atenderiam as demandas de todos os indivíduos posicionados socialmente de maneira semelhante e que dividem a mesma perspectiva sobre a desigualdade racial ou a discriminação. Da mesma forma que ações de distribuição de renda ou de auxílio financeiro também não prestigiariam outros indivíduos do grupo.

O que é importante ressaltar nessa discussão é o caráter processual e construtivo que a representação política traz consigo (ALMEIDA, 2014). Processo este que se liga diretamente à questão da legitimidade, que por sua vez está baseada tanto na capacidade do representante em expressar distintos interesses, como também do representado reconhecer a legitimidade desses atos.

Tendo em vista que a representação é um processo no qual os grupos sociais buscam continuamente ampliar seus espaços de influência na formação da agenda pública, para que possamos compreender as possibilidades da comunidade negra poder se expressar e se manifestar neste processo, é preciso retomar a concepção relativa ao exercício de poder presente na atividade representativa. Para tanto, as análises de Miguel (2011, 2014) fornecem elementos esclarecedores.

Antes, porém, é preciso caracterizar a comunidade negra presente na sociedade brasileira. Neste sentido, os dados trazidos na Síntese de Indicadores Sociais 2013³⁵ do

³⁵“Historicamente, pretos e pardos apresentam indicadores sociais desfavoráveis quando comparados à população de cor branca, fruto ainda da histórica exclusão social de amplos segmentos de pretos e pardos, inserções diferenciadas no mercado de trabalho, distribuição regional, acessos desiguais a uma série de

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apontam que a pobreza não é democrática quando se analisa a cor daqueles por ela atingidos. Segundo a pesquisa entre os 10% mais pobres estão 14,1% da população preta ou parda, contra 5,3% dos brancos. Há enfaticamente mais brancos presentes nos estratos sociais superiores, em termos de rendimento, ao passo que os estratos inferiores são preenchidos, em sua maioria, por negros e pardos. Da mesma forma se verifica a desigualdade entre negros e brancos quando se analisa o quadro da prevalência destes, dentre os 1% com maiores rendimentos no país.

Tomando tais dados como parâmetro e analisando-os à luz dos ensinamentos de Miguel (2011), relativos à representação democrática e sua efetividade, no sentido de que tal representação está diretamente ligada à existência de grupos na sociedade que possuam condições sociais mais propícias à participação política e à autonomia dos indivíduos, verifica-se que há um déficit de representação para a população negra. Isto decorre do fato de que os indivíduos que a compõem são, em sua maioria, formadores dos estratos sociais mais desprovidos em termos de renda.

Tais fatores impõem para a população negra obstáculos maiores à participação política, o que lhes confere espaços menores nas arenas de deliberação, que derivam em menor influência na formação da agenda pública. O déficit de representação encontra assento na desigualdade material, cultural e política que impede a manifestação autônoma dos indivíduos negros. Dessa desigualdade deriva a maior dificuldade de acesso aos mecanismos de influência da sociedade civil e, conseqüentemente, a experiência de representação para esse grupo tende a ser, de fato, menos eficaz do que para os grupos mais abastados.

bens e serviços, entre diversos outros fatores estruturantes da sociedade brasileira nessa perspectiva. A distribuição dos rendimentos por décimos de população, segundo a cor ou raça, ilustra essa desigualdade. No primeiro décimo (10% mais pobres), estão 14,1% da população preta ou parda e 5,3% dos brancos. As curvas apresentam desenhos opostos, aumentando sistematicamente a participação de brancos nos estratos superiores de rendimentos e menor participação de pretos ou pardos. [...] Outra forma de avaliar a desigualdade por cor ou raça é destacar os extremos da distribuição de rendimentos, em que, ao longo do tempo, prevalece o peso dos brancos no 1% com maiores rendimentos (mais ricos) e de pretos ou pardos entre os mais pobres.”

Em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2013/SIS_2013.pdf>
Acesso em 26/06/2015.

Há de se observar, contudo, que a questão da autonomia e acesso às esferas institucionais de representação ligada a menores indicadores de renda na população negra espelha também a contrapartida dessa lógica renda e representação. Enquanto os negros estão são mais pobres e por isto têm menos acesso às esferas de representação, os brancos formam os estratos mais ricos da sociedade e, por consequência, têm mais autonomia enquanto grupo social, portanto, dispõem de acessos e meios de participação e representação mais eficazes na arena política.

O déficit de representação percebido pelos dois líderes entrevistados enquanto sendo um dos problemas dos dilemas sociais e políticos, está assentado não em um comportamento deliberado dos representantes em negligenciar as causas caras à negritude, ou mesmo na escassez de representantes afrodescendentes nas esferas públicas, mas decorre das desigualdades presentes na estrutura social da sociedade brasileira. Desigualdades estas que, de acordo com Miguel (2014, p.300), se configuram nos seguintes termos:

Desigualdade (...) não significa uma simples diferença entre um e outro grupo. Desigualdade, (...) significa uma assimetria no controle de determinados recursos que: (1) possui impacto nas trajetórias possíveis relativas de indivíduos e grupos; (2) reflete padrões estruturais, não sendo efeito do acaso ou escolhas pessoais livres; e (3) está vinculada a relações de dominação, isto é, à capacidade de uns bloquearem a ação autônoma e/ou a obtenção de ganhos por parte de outros (MIGUEL, 2014, p.300)

Claro está que mudanças nesta ordem de relação são difíceis e muito complexas que, entretanto não cabe aqui um maior aprofundamento dessa questão. Todavia, penso que ações que equilibrassem a disparidade de renda, escolaridade e outros indicadores sociais que estão na base das desigualdades entre brancos e negros certamente modificariam o atual padrão de representação política para esses grupos. Haja vista que tais políticas conduziram a condições mais igualitárias de autonomia dos grupos subalternos para o exercício da atividade representativa.

3.2 Prestação de contas: representação e *accountability*

Dentre os entrevistados na sociedade civil, o presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB-ES colocou de forma objetiva a questão da prestação de contas quando questionado sobre necessidade de reforma no sistema político-eleitoral. O entrevistado

deixa claro que tal medida passa pela criação de mais e maiores meios de participação popular e prestação de contas pelos representantes.

Na opinião do entrevistado os mecanismos de prestação de contas contemplariam formas mais explícitas e diretas de informação dos representantes acerca de sua atuação, no que tange a votações e posicionamentos nos debates e deliberações, no caso do Legislativo, bem como na movimentação de recursos provenientes de emendas parlamentares e relativos às verbas para ajuda de custo e gabinete.

Tais ações permitiram melhores condições de controle e fiscalização por parte dos representados, ou mesmo o que se entende por julgamento público dos representantes para além do momento eleitoral, que se caracteriza por responsividade ou *accountability*. A fala do entrevistado é clara no sentido de que o controle e a prestação de contas devem ir além do momento eleitoral, o que imporia aos representantes um julgamento público contínuo deveria ser perene e mais acessível aos representados.

Tal argumentação parte de um discurso de ausência ou mesmo de mitigações em relação à representação política que motivam uma reforma política marcada pela inclusão de mecanismos de prestação de contas e controle social. Nesse contexto, a *accountability* configura-se, frente à impossibilidade de resolver satisfatoriamente um modelo de autorização, como uma via alternativa para elaborar a eventual legitimidade das novas práticas de representação (LAVALLE & ISUNZA, 2011, p. 129).

Com isso, a autorização efetivamente desloca-se para a *accountability*, tornando a legitimidade dependente de um processo que se desdobra no tempo e não apenas de um ato inicial de consentimento por meio do voto. Assim, o controle por parte dos eventuais beneficiários implica o conhecimento da representação presuntiva exercida em seu nome, a reiteração ou renovação do controle supõe reconhecimento, confere legitimidade e permite pensar em uma espécie de autorização implícita (Idem, 2011, p. 129).

Tem-se, portanto, evidenciado o caráter plural e processual da representação na democracia moderna, em que pese o fato desses novos aspectos não negar ou se oporem a representação política fundada nos mecanismos institucionais básicos do governo

representativo: voto, autonomia do representante, liberdade de formação e expressão de opinião e deliberação prévia à tomada de decisões. (Idem, 2011, p. 119).

O deslocamento que a *accountability* promove na representação para além do governo representativo, imprimindo na sociedade atribuições de autorização que não só o voto, bem como mecanismos de controle e julgamento da atuação dos representantes, pode fazer com que as questões das desigualdades não pesem tanto nas possibilidades de participação na definição dos quadros da representação política. As dificuldades dos indivíduos e grupos sociais não se sustentariam somente na questão das possibilidades materiais e na influência que dessas derivam na ação representativa, mas de outras formas de poder e atuação que se expressam nas ações de controle social.

O fortalecimento de mecanismos de *accountability* traria nova configuração à representação política por incluir novas possibilidades, cujas consequências se refletiriam na qualidade da ação representativa. O controle social pelos representantes a partir da prestação de contas dos representados dá aqueles à possibilidade de influenciarem a formação da agenda pública de forma mais próxima do que os modelos clássicos de autorização do governo representativo que obstam esta possibilidade pela natureza de suas estruturas.

Tendo-se as visões da sociedade civil quanto à representação e as impressões dos atores sociais sobre a eficácia e qualidade da ação representativa, passa-se à fala dos representantes, no intuito de se chegar a um diagnóstico da representação política no Espírito Santo.

3.3 Os Representantes: o que pensam os eleitos?

Este item trata da atuação e percepção dos representantes a partir do depoimento de dois líderes do parlamento estadual. Para tanto, escolhemos dois líderes também situados em posições antagônicas no espectro político estadual, são eles: Élcio Álvares e Cláudio Vereza.

Entretanto, antes de passar a análise dos depoimentos, se faz pertinente sublinhar os fatos que dificultaram sobremaneira a coleta de dados junto aos deputados estaduais

capixabas. Foi praticamente impossível realizar os objetivos inicialmente propostos para a pesquisa tendo em vista que ocorreram situações que impediram a obtenção de maior número de informantes. A intenção era entrevistar de dez a quinze deputados, entre mandatários atuais e ex-parlamentares, abrangendo aqueles pertencentes a partidos políticos de ideologia à esquerda, bem como aqueles de matiz mais conservador. O objetivo era dispor de uma gama de depoimentos que permitiria obter informações e percepções mais amplas das atuações dos representantes eleitos.

A busca dos dados e informações, obviamente, dependia de uma entrevista pessoal com os deputados. Todavia, esse momento foi o mais difícil de ocorrer. Dentre inúmeras tentativas, tanto junto à equipe de assessoria, quanto aos partidos e mesmo com os próprios parlamentares, a disposição dos mesmos para atender à solicitação da pesquisa foi sempre negativa. Sob o argumento uníssono, dentre os solicitados, de que a agenda de compromissos e trabalho os impedia de marcar uma data para entrevista, quando não pediam ao entrevistador que se reportassem as suas equipes de assessoria, os encontros foram inúmeras vezes marcados, remarcados e desmarcados, o que revelou a relutância latente por parte dos deputados ao saberem o tema da pesquisa.

Na definição dos objetivos iniciais, não se desconsiderou a realidade de agenda dos deputados, que de fato contém rotinas pesadas de trabalho, que pôde ser constatado em muitos acompanhamentos que foram feitos nas sessões plenárias da assembleia, bem como nos trabalhos das comissões. Observa-se que de fato é leviano dizer os deputados não trabalham. Basta ir às rotineiras a ALES para se constatar o contrário.

O que se percebeu quanto à dificuldade de atendimento por parte dos deputados foi que muitos não estavam dispostos a opinarem de forma mais incisiva sobre assuntos que relativos às suas práticas de atuações, no caso a representação política, portanto as atividades que a ela se relacionam. As informações obtidas, em muito menor número do que o inicialmente pretendido, circunscreveu as ações relativas aos processos eleitorais, a forma de relação com os partidos pelos quais são eleitos, relação com os meios de comunicação de massa, atuação em campanha eleitoral, formação do gabinete parlamentar e outros temas correlatos ao cargo.

Destaca-se que apesar de se ter ressaltado o cunho exclusivamente acadêmico da entrevista, com a apresentação de toda a documentação relativa à pesquisa para dissertação de mestrado, observou-se que, mais do que não quererem dispor seu tempo para uma pesquisa acadêmica, os deputados relutam em falar do assunto de forma aberta por terem suas opiniões reveladas. Tal constatação decorre do fato de os parlamentares se recusarem a responder as perguntas justamente após terem visto seus conteúdos, ou seja, só após a leitura do roteiro é que recusavam.

Com efeito, dada a impossibilidade de realizar a pesquisa nos moldes pré-definidos, a opção foi trabalhar com os depoimentos dos dois ex-deputados capixabas que aceitaram participar da pesquisa. Desse modo, foram entrevistados: o ex-deputado Claudio Vereza (PT-ES) e o deputado Élcio Álvares (DEM-ES).

Ambos os entrevistados são figuras políticas com longa atuação no estado e possuem históricos antagônicos no que diz respeito aos grupos da sociedade civil aos quais se ligam ou aproximam, bem como no que diz respeito as suas plataformas de campanha e atuação parlamentar.

As perguntas dirigidas aos ex-deputados entrevistados foram divididas em blocos temáticos: identificação e caracterização do parlamentar, concepção de representação e vínculos partidários; relação com os meios de comunicação de massa; organização do gabinete parlamentar e bases eleitorais. A escolha dos temas eixo do roteiro teve como base a literatura sobre representação política no que tange à relação entre representante e representados. A disposição do roteiro, composto por perguntas fechadas e abertas, se efetuou com intuito de propiciar aos entrevistados a possibilidade de expressarem, de forma livre, suas concepções sobre representação política e, de forma paralela, propiciar a obtenção de evidências acerca do real exercício do mandato.

3.3.1. Claudio Vereza

Claudio Humberto VerezaLodi³⁶ nasceu em Vila Velha, Espírito Santo em 1950 e ingressou na vida política, ainda jovem para participar de um Grupo de Jovens do

³⁶ Entrevista realizada em 8 de julho de 2015, pelo autor.

Bairro Aribiri (Vila Velha) e na Associação Pró-Melhoramentos do bairro. Ingressou no Partido dos Trabalhadores (PT) desde a fundação, em 1980, permanecendo até hoje nele. Exerceu mandato parlamentar desde a eleição de 1986, sendo eleito consecutivamente até o pleito 2010, quando, ao fim do mandato, optou por não concorrer à reeleição ou a outro cargo eletivo.

Vereza não exerceu outra função pública que não a de deputado estadual, mas enquanto parlamentar foi membro do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho do Programa de Proteção a Testemunhas de Crimes do ES (PROVITA), ambos representando a Assembleia Legislativa do ES (ALES).

Questionado sobre a atual estrutura e funcionamento do sistema eleitoral brasileiro, o ex-parlamentar se diz a favor de mudanças em todo o sistema político, por meio da convocação de uma Constituinte Exclusiva para este fim. Em relação ao sistema eleitoral enfatiza os seguintes aspectos:

Sou favorável ao sistema proporcional para parlamentos. Não vejo problema na reeleição para o parlamento, embora o PT esteja defendendo a limitação do nº de mandatos. Sou favorável à eleição em lista fechada, entre outras medidas para garantir igualdade de gênero, valorização das etnias e da juventude, entre outras. (CLAUDIO VEREZA)

No que concerne ao modelo eleitoral com financiamento privado da campanha Vereza se coloca totalmente contra e pró à implantação do financiamento público e exclusivo.

Sou totalmente contra o financiamento privado e pela implantação do financiamento público e exclusivo. O atual modelo privilegia o poder econômico; ainda mais que hoje prevalece um *modus* norte-americano de campanhas, com marketing e publicidade, grandes gastos, etc., o que torna inviável a participação de forças políticas minoritárias e com poucos recursos financeiros.

Sobre a relevância dos partidos políticos para a democracia, Vereza argumenta que os mesmos são fundamentais para a democracia, pois entende os partidos como parte da sociedade que se organiza em torno de um programa nacional, trabalhando para viabilizá-lo para toda a Nação. Mas para o entrevistado os movimentos sociais, entidades da sociedade, Fóruns, Coletivos, etc. também são importantes nessa dinâmica. Neste sentido, assim se expressa:

...movimentos sociais, entidades da sociedade, Fóruns, Coletivos, etc. também são fundamentais, pois sem eles, não há democracia participativa. Porém, os movimentos têm representatividade limitada ao seu segmento, ao seu coletivo. Os partidos, obrigatoriamente, têm que apresentar um programa amplo e para toda a sociedade.

Em relação aos movimentos sociais, apesar de considerar que eles têm representatividade limitada os considera imprescindíveis, pois são eles que pautam as demais sociais na esfera pública. Os partidos, no entanto, a partir da expressão das múltiplas demandas sociais devem apresentar um programa amplo e coletivo para trabalhar a representação desses grupos. Tal fato expõe a real relevância e imprescindibilidade das agremiações partidárias para a democracia, pois sem a sua ação o acesso e ocupação de espaço nas esferas políticas de poder, sobretudo na composição da agenda política, fica dificultada para os grupos sociais subalternos.

No que concerne a concepção do que ele entende por representação política, Vereza expõe sua opinião citando a democracia original, na Grécia:

... na Grécia, as decisões eram tomadas diretamente na Ágora, na praça, por (quase) todos os moradores da Polis. No atual estágio da humanidade, com uma população gigantesca, megacidades, etc., há que se estabelecerem formas de representação da sociedade, garantindo-se a representação dos diversos grupos, segmentos, etnias, classes sociais, etc.

Depreende de sua concepção a relevância que ele atribui à atuação dos partidos. Estes se fazem fundamentais no processo representativo, independente do sistema político em vigor, pois sem a ação dos partidos não haveria modo para fruição da representação política, pois são as agremiações que instrumentalizam essa ação na atual sociedade de massas.

Solicitado a descrever as principais linhas de ação que resumiria seu mandato eletivo, Vereza destaca que seu exercício político foi baseado no seguinte tripé: (1) a atuação institucional, no Legislativo e junto às demais instituições; (2) a atuação junto aos movimentos sociais e outras organizações da sociedade; (3) a atuação partidária.

Em relação ao exercício do mandato, foi questionado sobre a possível influência sofrida a partir das instâncias partidárias na sua atuação parlamentar. Argumentou que os mandos partidários se deram de forma adequada e insuficiente, ao mesmo tempo.

“Adequada porque há garantia da Liderança de Bancada na direção partidária; insuficiente, porque o partido nem sempre consegue acompanhar o ritmo da atuação institucional”. Enfatiza ainda que as inserções que as instâncias partidárias promovem no exercício do mandato refletem uma ligação forte e contínua com seu partido, com o qual sempre manteve reuniões frequente, mesmo quando não era Líder da Bancada. De acordo com sua visão a existência dos partidos é essencial para a política e a democracia: “sem partido, não há eleição, projeto/programa coletivos, etc.”.

Claro está que sua inserção partidária no PT e a influência decorrente desta inserção têm alto impacto na tomada de decisões durante o mandato do parlamentar, pois, conforme sublinha o ex-deputado: “é no partido que deliberamos a linha geral de atuação política”. As influências se efetuam em relação às linhas gerais de atuação, porém no cotidiano das atividades cada parlamentar imprime seu entendimento de como agir, assim como depende do ritmo das decisões no legislativo que, muitas vezes, não permite a consulta ao coletivo partidário. Desse modo, as influências do partido no mandato do representante não cerceiam ou limitam sua atuação. Neste sentido, Vereza enfatiza: “Nunca me senti cerceado. O funcionamento do PT garante o equilíbrio, especialmente se o mandatário segue o fundamento do tripé mencionado”.

Sobre a realização das campanhas eleitorais, Vereza argumenta que o êxito obtido nos diversos pleitos que disputou deveu-se tanto à sua filiação partidária quanto ao trabalho político que realizou:

Mas minhas eleições sempre foram resultado de um conjunto de fatores: a força do partido ou da coligação, a minha inserção e engajamento nos movimentos sociais, mesmo antes da primeira candidatura, o perfil pessoal, o círculo amplo de relações pessoais e sociais, etc.

Para o ex-deputado “nunca há trabalho individual. Sempre a atuação é coletiva, especialmente na esquerda”, mesmo reconhecendo a atuação essencial do partido nesse processo reconhece que seu êxito está comprometido com outros fatores sem os quais não teria conseguido se eleger tantas vezes. Depreende-se, portanto que a relação de representação é um ato que se inicia fora da esfera instituída, criando suas raízes no contato e relacionamento que o representante tem com suas bases e da empatia e

identidade que cria junto às mesmas ao longo de sua trajetória. Estas questões serão mais bem trabalhadas na sequência do texto.

No exercício do cargo parlamentar observa-se que a atuação do ex-deputado se fideliza ao partido, à população em geral e as suas bases eleitorais, além de sua própria consciência individual. Nesse sentido Vereza alega que, na tomada de decisões relevantes no mandato, sempre se reporta a seus assessores, aos movimentos sociais aos quais se liga e ao partido e, eventualmente, a eleitores mais qualificados. Além disso, destaca que, em alguns mandatos, organiza-se um Conselho de Mandato, com representantes dos movimentos sociais, do partido e pessoas convidadas. Nesse Conselho é elaborado planejamento estratégico do mandato, fazendo a sua avaliação periódica, e, em alguns casos, define-se posição acerca de questões mais polêmicas.

A comunicação com as bases eleitorais se dá por meio de eventos semanais e reuniões com o partido. Enquanto na ALES, ele se dispunha ao atendimento direto às suas bases com uma hora diária em média, tendo, a título de avaliação geral, a disposição de dois terços do seu mandato utilizado ao atendimento de suas bases eleitorais.

3.3.1.1 Relação com os meios de comunicação de massa

No que tange à relevância dos meios de comunicação e sua influência na eleição, Vereza alega que a notoriedade que sua figura política obteve com a cobertura da grande mídia, ao lado de sua atuação nos diversos movimentos sociais foi de grande importância para o êxito eleitoral que teve no primeiro pleito³⁷ que disputou.

Contudo, destaca que sua maior visibilização na mídia, sobretudo na sua primeira campanha eleitoral, decorreu de sua presença e atuação constante nos diversos movimentos sociais, em especial os das décadas de 1970 e 1980.

A aparição nos meios de comunicação de massa a partir da presença em ações do movimento social foi um elemento importante na minha primeira eleição, mas este é um dos elementos que apenas complementaram a presença e atuação pessoal constante nas organizações e lutas das décadas de 70 e 80, especialmente na luta popular em Vila Velha, nas Comunidades Eclesiais de Base, no movimento das pessoas com deficiência, nos movimentos de jovens, etc. Nas demais eleições, da mesma forma: algumas inserções na mídia, a partir da atuação no tripé já citado (Institucional, Partido, Movimentos Sociais, nos quais continuei a atuar), e da participação em eleições majoritárias no município de Vila Velha como candidato a prefeito (1988 e 2008) e vice-prefeito (1992), mantiveram um bom *recall* de minha atuação e de meu nome junto à população.

Nas demais eleições que disputou, Vereza afirma que as inserções na mídia publicizou sua atuação demonstrando sua responsividade para com o eleitorado, auxiliando em sua condução a novos mandatos. Entretanto, ressalta que sua inserção na mídia sempre foi rara, sobretudo nos pleitos mais recentes. De fato, a opção dos meios de comunicação de massa de priorizar seus espaços para candidatos a cargos majoritários, em virtude da própria natureza do cargo que está mais afeto ao alto uso das pesquisas de opinião. Diante deste cenário Vereza sublinha a importância do horário eleitoral gratuito, obrigatório no rádio e na televisão para as candidaturas proporcionais:

...a mídia passou a priorizar as candidaturas majoritárias, ainda mais com o crescimento do uso de pesquisas de opinião pela própria mídia – centradas nos majoritários. Assim, foi sempre muito rara a minha inserção na mídia, em período eleitoral. Por isto, o horário eleitoral gratuito torna-se muito importante para candidaturas proporcionais, mesmo isto ocorrendo de modo muito frágil, devido à quantidade de candidaturas de cada partido/coligação.

Sobre a importância dos meios de comunicação para o exercício do mandato, Vereza enfatiza que houve, por muitas vezes, uma “retroalimentação de sua atuação

³⁷ Eleição para deputado estadual em 1986, segundo relato do próprio entrevistado.

parlamentar (no sentido amplo)”, na medida em que esta tinha repercussão na mídia. Por outro lado, exalta a utilização da internet, mesmo considerando que ela só foi popularizada mais recentemente, portanto mais utilizada pelas instituições e representantes políticos com maior habitualidade a partir do ano de 2000.

Especificamente quanto à internet, destaca que foi muito utilizada como forma de comunicação com eleitores, sendo seu mandato pioneiro na ALES em colocar na “*websfera*” um site próprio, com recursos próprios, quando a casa ainda não tinha o seu site oficial. Com o crescimento da comunicação via internet o mandato do entrevistado passou a utilizar as redes sociais (Orkut, Facebook, YouTube e Twitter). Com o advento dos *smartphones* o acesso do entrevistado a essas redes passou a ser diário e constante. Além da internet sublinhou que a mídia escrita, a saber, os jornais A Gazeta e A Tribuna sempre cobriram as atividades diárias do Legislativo Estadual (outros jornais de menor circulação também publicam matérias da área, mas em menor volume), assim como os canais de TV.

Ainda sobre a comunicação Vereza enfatiza que, com a criação da TV Assembleia — que retira o ineditismo de informações dos grandes meios de comunicação locais — as TVs passa a cobrir só os trabalhos da ALES em casos excepcionais, com raríssimas exceções mantém um repórter acompanhando os trabalhos no legislativo (por ex. a TV Vitória, mais recentemente, manteve repórter diário na Ales). As rádios, da mesma forma. A CBN é a que mais cobre a Ales, de modo permanente. Os sites informativos, na maioria das vezes, fazem cobertura à distância, embora em momentos de maior atividade da Casa Legislativa, haja cobertura presencial de repórteres.

Dentro desse contexto o entrevistado alegou sempre dispor de bom acesso aos meios de comunicação de massa, na medida em que estes se faziam presentes na ALES. Na mídia escrita, sobretudo, sempre houve maior espaço de inserção, prerrogativa que atribui ao fato de ter sido considerado como “fonte segura e com conhecimento do funcionamento da Ales e da política institucional em geral”. Além disso, Vereza observou que nos primeiros mandatos existia a publicação, pelo próprio mandatário, de informativos periódicos impressos, ora individual, ora como Bancada do PT.

3.3.1.2 Organização do gabinete parlamentar

A constituição dos gabinetes parlamentares, sobretudo no que tange à formação da equipe de assessoria do deputado, foi tratada pela percepção de que a formação do gabinete pode ser um retrato do exercício da representação política do parlamentar. Isto devido ao fato de que nos gabinetes estão presentes: pessoal de confiança, correligionários mais próximos, bem como é ambiente passível da influência do atores políticos e sociais que de, alguma forma, se associam ao representante.

Sob esse prisma, perguntou-se ao ex-deputado Vereza quais foram os critérios que balizaram a formação de seu gabinete. Sobre este aspecto destacou que privilegiava escolhas cujos indivíduos possuísem:

... histórico de inserção nos movimentos sociais e no partido, confiança pessoal, facilidade e habilidade no atendimento a pessoas, grupos, movimentos e instituições (tanto na Ales, como nas bases), conhecimento técnico da área legislativa (assessoria jurídica), da área dos Meios de Comunicação de Massa (sempre tive ao menos uma jornalista, e no último mandato, duas jornalistas) e, em alguns mandatos, na área de orçamento e administração pública, cultura, meio ambiente, direitos humanos, pessoas com deficiência.

Ressaltou, entretanto, que a formação de sua equipe esteve sempre estruturada conforme as demandas de cada mandato e sempre atuou com o método do planejamento estratégico para cada período definido, garantindo a participação de representantes de movimentos e do partido. Contudo, argumentou que na formação da equipe de gabinete não havia indicação direta de movimentos sociais, mas que a quase totalidade da equipe de gabinete era militante de algum movimento ou do partido. Quando se tratava de pessoal técnico, conforme explicitado, no decorrer do tempo, essas pessoas, de algum modo, se inseriam na luta popular, seja pela presença, assessoria a eventos, assessoria técnica, audiências públicas da ALES ou nos governos das três esferas da administração. Demonstra que sempre houve ligação do pessoal de gabinete com a plataforma de representação do parlamentar.

3.3.2 Élcio Álvares

Élcio Álvares³⁸ é certamente uma das figuras públicas com maior experiência política no Espírito Santo. Tendo quase cinquenta anos de trajetória, passou por várias instâncias do poder. Isso, tanto no contexto de ditadura militar quanto no período democrático, Álvares, além de ter sido governador do estado e ocupante de outros cargos no Poder Executivo, como ministro de Estado, foi membro do Legislativo Federal e Estadual (deputado federal de 1970-75 e senador de 1991-99). Na Ales foi eleito em 2007 e reeleito em 2010.

Suas filiações partidárias sempre estiveram vinculadas a partidos de ideologias liberais em termos econômicos e conservadoras em termos políticos. Iniciou sua vida pública na Arena, partido ligado à ditadura militar no período de exceção e hoje se encontra no DEM (Democratas), antigo PFL (Partido da Frente Liberal), para o qual fora eleito e reeleito deputado estadual nas duas legislaturas anteriores. Disputou as últimas eleições pleiteando nova vaga na Ales, mas não obteve êxito e hoje, aos 82 anos, está sem mandato.

Ao ex-deputado foi submetido o mesmo roteiro de entrevista dirigido a Claudio Vereza. A sequência de abordagem dos temas foi também obedecida para ambos os entrevistados: concepção de representação e vínculos partidários; relação com os meios de comunicação de massa e organização do gabinete parlamentar e base eleitoral.

Sobre sua visão em relação ao sistema eleitoral brasileiro, e sua suposta necessidade de reforma, considerando a questões: da proporcionalidade nas eleições para o Legislativo; da lista aberta; da reeleição perene, entre outras, Alvares argumenta que o prazo de quatro anos de mandato é insuficiente para que um parlamentar possa implementar grandes feitos e dar-lhes continuidade, desta forma considera necessário a reeleição, que a seu ver cumpre ação democrática, já que possibilita ao eleitor manter como mandatário um representante que avalie com bom desempenho.

³⁸ Entrevista realizada em 22 de junho de 2015, pelo autor.

Nesse mesmo diapasão o entrevistado não vê o financiamento privado de campanha como um mal em si, mas critica os abusos que advenham dessa forma de doação eleitoral. Neste sentido, argumenta que:

O financiamento privado em si não é um problema, o que é problema são os abusos que alguns cometem dentro desse sistema. Todo cidadão ou empresa tem o direito de apoiar seu candidato ou seu partido. Uns apóiam participando dos comícios, das carreatas, na distribuição de material, no boca a boca e quem pode doa valores em dinheiro e isso não é ilegal, pois tudo deve ser declarado à Justiça Eleitoral. A parte ruim dos financiamentos privados é que muitos, quando eleitos, se rendem aos financiadores durante o mandato, o que é execrável. O que deve ser melhorado é a fiscalização de doações ilegais, não declaradas e das atuações de políticos que beneficiem doadores de campanha. Isso é ilegal e imoral e deve ser combatido.

Para o ex-deputado uma reforma política deverá obrigatoriamente passar pelo crivo popular: “Não faz sentido o povo estar de fora de uma questão que o atinge diretamente, por isto creio que temas como esses devem ser levados à consulta popular”. E sobre as mudanças que considera pertinente elenca o voto distrital, o qual vê como mais justo dentro de uma compreensão democrática da eleição.

Destaca vantagens no voto distrital por entender que o fato desse modelo contemplar a indicação de um candidato por partido dentro de uma circunscrição facilita uma maior aproximação entre eleito e eleitor. Neste sentido, explica que: “O voto distrital aproxima o eleitor e o candidato e evita o efeito dos puxadores de voto porque o partido apresenta seu candidato por circunscrição e o eleitor saberá em quem está votando e para quem foi seu voto, o que o sistema atual não garante.”

No que concerne aos partidos políticos Alvares vê grande importância destes na democracia. Considera que cabe a essas entidades a construção das pautas de discussão para inclusão de temas na agenda política. Os partidos possuem papel catalisador das ideias e sentimentos da sociedade. A importância dos partidos se impõe ainda pelo fato de um político sozinho não poder promover articulações políticas com a força que o partido possui.

Em relação ao entendimento acerca da representação política argumentou que representar é dar voz ao povo, é a atuação de um representante a serviço das aspirações de seus eleitores. Isso impõe ao representante um relacionamento estreito com seus

representados para que conheça as suas demandas. O ex-deputado considera ainda a representação como um exercício de comunicação entre representantes e os múltiplos atores sociais.

Sobre a influência do partido no exercício do mandato do parlamentar, Alvares destaca que a agremiação possui diretrizes as quais são repassadas de forma adequadas a seus membros, mas que isto não determina a atuação do mandatário, pois este não fica engessado pelas determinações da sigla, tendo liberdade para agir. No que concerne ao seu relacionamento com o partido afirmou manter contato permanente com o partido, com o qual se reúne com frequência e de onde tira determinações relevantes para decisões em seu mandato.

No que concerne ao processo eleitoral Alvares argumentou que seu êxito deveu-se tanto ao trabalho do partido quanto a um trabalho político individual bem desenvolvido. Em relação a sua atuação no mandato afirmou ser fiel a um conjunto de atores, entre eles o seu partido, as bases eleitorais e a população em geral. Adicionou ainda que, mesmo quando age segundo sua consciência o faz tendo os representados como parâmetro. Quando está diante da tomada de decisões relevantes dentro do mandato se reporta ao partido e assessores. Por outro lado, destacou que sempre esteve disponível e acessível ao eleitorado em geral enquanto parlamentar, o mesmo ocorrendo por parte de sua equipe de assessores que estava disposta ao atendimento da população.

Quanto às suas bases eleitorais o ex-deputado destaca sua proximidade com a Igreja Cristã Maranata, da qual é membro praticante, além do eleitorado difuso constituído ao longo de sua história política, tendo boas votações na Grande Vitória e no interior do Espírito Santo.

3.3.2.1 Relação com os meios de comunicação de massa

Em relação a este tópico opinou pela extrema importância dos meios de comunicação de massa, enfatizando que eles dão visibilidade ao representante e as suas propostas. Contudo, argumentou que para o pleito eleitoral, a exposição na mídia não garante êxito. Este resulta da associação da cobertura midiática com o contato direto do representante com o eleitor. No dizer de Alvares: “eles dão visibilidade ao candidato e

as suas propostas [durante o mandato]. Mas para a eleição não basta a mídia, tem que conversar com os eleitores, fazer campanha nas bases, estar junto das pessoas”.

No que tange ao espaço reservado na mídia durante a campanha eleitoral Alvares soma sua opinião a de Vereza no que se refere a pouca cobertura que os meios de comunicação dispensam aos candidatos ao Legislativo. Nesse contexto, resta aos candidatos ao Legislativo o horário eleitoral gratuito como espaço no rádio e na televisão. Com isso, volta-se mais para a internet com seus espaços virtuais enquanto canal de comunicação na campanha.

Em termos de espaço midiático na imprensa escrita obteve maior atenção. No entanto, nenhum veículo, em específico, conferiu mais ou menos pauta. Neste sentido, sempre obteve acesso constante aos veículos de mídia, sobretudo mídia impressa e internet, durante o mandato.

3.3.2.2 Organização do gabinete parlamentar

Quanto à organização do gabinete parlamentar o entrevistado alegou que “a formação é constituída por pessoal de confiança do deputado e do partido e que sempre essa confiança foi considerada, associada à capacidade para as funções, além da vida pregressa das pessoas que formariam a equipe de assessoria”.

No que tange aos serviços de atendimento ao público e trabalho parlamentar Alvares aduziu que a organização do pessoal sempre foi estruturada no sentido de privilegiar as aptidões dos assessores para cada serviço do qual o gabinete se ocupa:

Sempre tive assessoria preparada para o atendimento ao público e para o trabalho parlamentar. O pessoal de gabinete sempre foi distribuído por funções e de acordo com a aptidão e a formação de cada membro [...] Nunca houve pessoal vindo de indicação direta. A formação do gabinete sempre foi em deliberação com o partido e o deputado.

Comparando os ex-parlamentares entrevistados enquanto figuras públicas, ambos guardam grande experiência políticas. Tiveram atuações militantes desde jovens e ao ingressarem na política tiveram essa atividade como seu principal labor, ocupando

ambos, sucessivamente cargos mandatários e se apresentando enquanto quadros expressivos na política capixaba.

As semelhanças que os tocam, no entanto, cessam quando se fala em trajetória e atuação política. Os conteúdos e repertórios defendidos pelos entrevistados se antagonizam em quase toda a história política de cada um, assim como os vínculos e identidades política de Vereza e Alvares também são opostos, como foi demonstrado por suas trajetórias, vínculos sociais e pelas opiniões explanadas.

Há aspectos em que os entrevistados se afinam e até partilham opiniões, entretanto se colocam em posições antagônicas acerca de muitos temas. No que diz respeito ao modelo de governo representativo e à importância dos partidos políticos para a democracia, Alvares e Vereza concordam. Ambos consideram estas instituições como fundamentais ao processo democrático. Outra semelhança é encontrada no fato de ambos levarem em consideração múltiplas falas para a tomada de decisões no mandato e que, embora seja diferenciada a forma de influência do partido na atuação parlamentar, nenhum dos dois sofreu interferência limitadora de suas atuações. Compartilham de visões idênticas em relação à importância do partido para a representação política e sobre a força da agremiação para a eleição.

No que diz respeito ao relacionamento com os meios de comunicação de massa ambos também concordam quanto à importância da cobertura midiática, tanto no momento eleitoral quanto no exercício do mandato. Consideram também que por mais que seja importante a atuação dos meios de comunicação de massa, eles não são suficientes para estabelecer comunicação mais efetiva com suas bases eleitorais.

As percepções se opõem, contudo, no que tange à necessidade de uma eventual reforma no sistema político eleitoral e, sobretudo, em relação a forma privada dos financiamentos de campanha. Enquanto Vereza enfatiza com veemência ser contra às doações particulares, Alvares não vê nas doações um mal em si. Argumenta que os males estariam presentes em atuações inadequadas de representantes que dispensam um caráter retributivo ou recompensatório aos doares em seus mandatos.

O antagonismo nas visões guarda relação com os posicionamentos ideológicos de cada um. Vereza, com histórico de proximidade às causas populares e forte ligação com movimentos sociais, expressa opinião contrária a excelência do capital enquanto lógica financiadora dos processos eleitorais; ao passo que Alvares, de matiz conservador e ligado aos estratos mais altos da pirâmide social, retira do financiamento privado de campanhas eleitorais a pecha de ser problema ou origem dos males da política, conferindo a atuação individual quaisquer desvios no exercício da representação.

Outro aspecto partilhado é o instituto da fidelidade partidária na atuação mandatária. Apesar de Vereza destacar a influência da agremiação de forma mais contundente, desenhando um contexto de representação em que partido e deputado atuaram em sintonia em tempo integral o que, na verdade, é uma característica do PT. Alvares, por outro lado, mesmo expondo a influência de seu partido, demonstra um exercício de mandato mais focado em sua figura pessoal, apresentando um quadro em que a disposição e inserção do partido na sua atuação, não teriam tido grandes influências. Na verdade o próprio deputado atuou como líder do DEM na casa durante seus dois mandatos e presidente do DEM, no segundo biênio da 16ª legislatura (2007-2011), o que mostra o estreito vínculo entre as duas posições no partido e no parlamento.

A coordenação das estratégias individuais de ambos, seja na maximização eleitoral, seja na atuação mandatária, se dá de forma bastante distinta. No caso de Vereza, comparece em primeiro plano a marca partidária em todo momento de seu depoimento. Alvares, ao contrário põem ênfase em sua pessoa, expressando uma marca mais pessoal do que partidária. A atuação do parlamentar e do líder da agremiação se confunde, tendo em vista o fato de o representante político ser autoridade maior dentro do DEM-ES.

É importante observar que a marca do partido se expressa não só na influência no exercício do mandato parlamentar, mas também no apoio nas campanhas eleitorais, na composição dos gabinetes parlamentares, na formação das alianças, no posicionamento político da bancada, o que desenha a face da representação daquele representante que atua sob tais condições.

Um representante cuja figura pessoal se mistura à do partido, em termos de poder de comando, tende a fazer com que a representação priorize, em boa parte das relações, a

marca de feitos pessoais atrelados a atuação do parlamentar. As ligações dos representados (eleitores e seguimentos organizados da sociedade civil) com a pessoa do representante tende a aparecer desvinculadas do partido. Com isso o mandato ao expressar mais o lado pessoal do que partidário, anula para o eleitor a importância do partido como elo na relação entre estado e sociedade. A responsividade, por sua vez, depende do quão acessível e transparente se fazem partido e parlamentar na relação de representação.

Dessa maneira, ao ligar-se historicamente aos movimentos sociais e causas populares, Vereza constituiu vínculos duradouros com os estratos sociais constituídos por esses atores, em sua maioria detentores de menores condições de renda. Emergiu na arena política como uma possibilidade de representação para esses grupos sociais, cuja inferioridade sócio-material na estrutura social dificulta o acesso a arena política para participar da formação da agenda pública.

Alvares, por seu turno, atribui importância menor ao partido, se comparado com Vereza, tanto no processo eleitoral quanto no exercício do mandato. Tanto num momento quanto no outro o ex-parlamentar considera como situações em que ele, individualmente, tem um papel tão relevante quanto o do partido, sugerindo um equilíbrio, e às vezes até uma prevalência pessoal, entre a estrutura partidária e os esforços individuais na produção do exercício da representação.

Os parlamentares reforçam seus vínculos com as bases por meio da política formação de seus gabinetes. Vereza prioriza a definição partidária ao lado de lideranças oriundas dos movimentos partidários com aptidões para o exercício dos cargos. Alvares, por sua vez, dá maior ênfase para indicação pessoal, dentro de seus critérios de contratação. Nessa ação há a atenção às demandas das bases eleitorais, pois a disposição do gabinete traz a participação de seus seguimentos de eleitores para junto da atuação legislativa diária. Há em ambos o compartilhamento de estratégia coletiva e a adoção de formas individuais na formação de gabinete, em maior e menor grau, mas na formação do gabinete se estabelece forte relação do deputado com suas bases.

Da mesma forma ambos constroem laços com as organizações que apóiam suas candidaturas e mandatos. Neste sentido, ambos são membros ativos dos grupos e

organizações sociais que constituem suas bases. Vereza tem sua inserção nas comunidades eclesiais de base, movimentos populares, entre eles, o movimento de portadores de deficiência, sindicatos, etc. Alvares por seu turno pertence à Igreja Cristã Maranata que constitui um canal primordial como elo na ligação com os representados, tendo mais eficácia do que os meios de comunicação ou até mesmo o partido, além, é claro, de todo o segmento empresarial.

Depreende-se dos depoimentos de ambos que é a dedicação de atenção e tempo às bases e as suas demandas que efetiva a conexão eleitoral do representante, mesmo que não seja possível fazê-lo por meio de atividades legislativas clássicas, como proposição de leis, emendas ou a luta por recursos orçamentários. É estando pessoalmente em contato direto com as bases que os laços conectivos se reforçam. Desse modo, é por meio da escuta e do atendimento das solicitações de presença do parlamentar junto às bases que sustenta a relação de representação. Tal prática não é incompatível com as estruturas partidárias, haja vista que à agremiação, nessa relação tem por tarefa agregar e compatibilizar tais demandas às suas diretrizes, ficando o representante com a atribuição de intermediação para a construção da pauta partidária que será levada para inclusão na agenda pública.

Essa lógica encontra respaldo nos dizeres de Figueiredo e Limongi, que afirmam:

A lógica da competição político-partidária na arena eleitoral não entra em conflito com a acomodação desses pleitos individuais. Como a análise das leis eleitorais revela, não há uma oposição pura e simples entre o interesse individual e o partidário. (...) Partidos desempenharam um papel crucial para balancear as demandas diversas e conflitantes de suas clientelas eleitorais por bens particularistas e coletivos. (2002, p. 334)

Este é o cenário: parlamentares em constante contato com suas bases fazendo-se pessoalmente presentes junto a seus eleitores a ponto de mostrarem-se como parte e representantes próximos dos mesmos, capazes de serem atentos às suas demandas. É na aproximação com as bases que se manifesta a principal escolha estratégica do exercício representativo, configurando um mandato atento e em constante contato os seguimentos sociais formadores da base.

Há de se ressaltar que essa relação e conexão expressa pelos representantes entrevistados devem ser observadas considerando as peculiaridades do Espírito Santo

como cenário político. Por tratar-se de um estado de pequena extensão geográfica, distâncias que possibilitam cruzar o território praticamente em um dia, com uma população de pouco mais de três milhões de habitantes, dos quais dois terços estão nos municípios da Grande Vitória, favorece consideravelmente o contato pessoal dos representantes com os representados.

As mídias locais também contam com pouca diversificação, se pensadas aquelas que têm abrangência estadual, o que potencializa as veiculações, haja vista a baixa concorrência entre as emissoras de rádio e TV por serem poucas a atuarem no mercado local. Tudo isto faz das relações entre esses atores políticos algo mais fácil e eficaz que em centros maiores e mais populosos e povoados.

Em suma, este conjunto de fatores indica que os vínculos entre representantes e representados, apesar do sentimento de que estão esgarçados e fragilizados, do ponto de vista dos dois exemplos aqui tratados parece não estar assim tão comprometido. Ao contrário, na percepção deles as relações entre eleito e eleitores ocorrem com frequência fortalecendo os vínculos entre eles. Neste sentido, não consideram que a representação política esteja em crise, já que o laço conectivo não está rompido ou em tensão que o fragilize a ponto de comprometer a ligação entre as partes..

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação política como vimos, ao longo do capítulo 02 e 03, é um processo dinâmico. Atualmente vem passando por mudanças profundas decorrentes das múltiplas transformações, em curso, na modernidade contemporânea, em especial, aquelas provenientes da revolução causada pelas tecnologias de informação e comunicação. Além disso, sua constituição percorre caminhos diferenciados em termos de ações e estratégias dos diferentes grupos sociais para que constituir representantes e vínculos conectivos entre representantes e representados.

A literatura pertinente estudada, juntamente com os dados empíricos analisados, indica que a atividade de representação se assenta e se desenvolvem a partir de dois pilares fundamentais, quais sejam: a autorização eleitoral, caracterizada pela escolha esclarecida do representante pelos eleitores, que inclui todo o processo que precede o pleito até a condução do representante ao cargo público; e a relação de representação que se estabelece do político eleito para com seus eleitores durante o exercício do mandato.

No que tange à autorização eleitoral e suas motivações, o laço conectivo da representação se estabelece como expressão da identificação que é construída entre representantes e representados. Tal identificação se forma tanto pelo histórico de ações e trajetórias políticas que o candidato traz consigo, bem como pela composição da imagem desse candidato a partir do caminho que trilhou até aquele momento. Estes fatores compõem a imagem pública do candidato que está na base que fundamenta a aproximação com os representados em sentido de identificação.

Entretanto, longe de ser uma relação em que os pólos da relação têm papéis estáticos, de hierarquia definida, a constituição do representante e o diálogo que se estabelece entre representantes e representados se formam num contexto multifacetado permeado por desigualdades e múltiplas vias de comunicação. Diferentes estratégias se cruzam no âmbito societal. De um lado, os diferentes posicionamentos dos múltiplos grupos sociais presentes configurando distintos interesses e demandas, de outro, profundas transformações nos processos de comunicação e interação — face ao advento e expansão da internet e concomitante mudanças dos grandes veículos de comunicação de

massa —, constituíram, ao lado das forças tradicionais detentoras de grande capital econômico, um cenário de disputas, que combina de modo desigual e complexo as possibilidades de acessos novas fontes de interação na representação política.

A Internet, embora tenha força para abalar as vias da chamada comunicação tradicional, mas, observa-se pelos depoimentos dos entrevistados, que ela também é uma ferramenta que acelera as redes tradicionais de comunicação e influência política. Como Biroli e Miguel (2011) bem pontuam, e as evidências aqui constatadas corroboram, as redes tradicionais continuam a existir, a despeito da internet, e tem sua força via outras formas de vínculo. Nesse sentido exemplificam: “as religiões ocupam espaço na mídia e detêm seus próprios veículos. Mas é o contato direto que garante a autoridade do sacerdote sobre o rebanho e ativa a pressão à conformidade dentro da comunidade de fiéis” (2011, p. 81).

No caso da representação política, se verifica forte semelhança com o exemplo dado por Biroli e Miguel (2011). Ou seja, mesmo considerando as influências dos partidos em seus mandatos, e a comunicação via meios tradicionais de mídia e internet, é o contato pessoal e direto com as bases que consolida os vínculos na atuação política de ambos. Aí a conectividade se dá e a representação acontece, pois nesses contatos é que se ouve, se responde, se cobra e fiscaliza.

De certo que o eleitor vai buscar como opção um representante identificado com suas demandas e que se apresente como um operador capaz de atender aquilo que entende mais caro e necessário para sua vida. E para que o candidato se faça merecedor de tal confiança é preciso que seu potencial tenha sido demonstrado por ações pretéritas, bem como as do presente, condizentes com aquilo que ambiciona o votante. Tal publicização se efetiva pelo contato direto do representado com as bases, via internet por meio das redes sociais, além dos meios de comunicação tradicionais, que ainda possuem seu peso, mesmo que veículos alternativos se apresentem com importância. Mas, apesar desses mecanismos, ainda é o contato pessoal o mais eficaz.

A confiança virá do contato prévio, que nasce do convívio do candidato com suas bases, na postura que adotou enquanto líder ou membro ativo de grupo ou coletividade a qual o eleitor pertença ou se identifique mais fortemente. Essa relação, no entanto não é

esporádica, mas contínua, pois é esse contato que garante os vínculos com os eleitores. O representado se faz presente antes e durante o mandato. Por esta via mostra sua responsividade, pois esse contato significa não só a oitiva das demandas da base, mas o levar desses pleitos à esfera estatal para que se materialize em política pública.

Tais concepções dos deputados vão de encontro com a concepção de interesse e perspectiva trazida por Young³⁹, o que, na verdade, demonstra que a relação de representação se inicia nos contextos fora das instituições públicas ou instâncias do Estado e se perfaz com a eleição do representante, iniciando-se um novo momento da relação representativa.

Tanto os representantes entrevistados, quanto os membros da sociedade civil demonstraram em suas falas que a motivação para escolha de um candidato passa necessariamente pela identificação que o aspirante a mandatário tem com os cidadãos e os meios de contato e diálogo que são estabelecidos entre as duas partes.

Nessa dialética de contatos e aproximações há espaço para a ação dos partidos políticos, ainda que com menor potencial atualmente, assim como para o uso dos meios de comunicação. As relações do representante com seu partido, bem como sua utilização de espaços junto aos meios de comunicação de massa têm que se dar em consonância com aquilo que o torna identificado com suas bases, pois assim viabiliza a comunicação e o cativar de eleitores.

O partido ao qual o representante se filia e pelo qual se candidata deve se apresentar como mais um fator de identificação do político para com o eleitorado, já que, conforme demonstram os parlamentares entrevistados, todos se reportam à agremiação e contam com seu auxílio, tanto durante momento eleitoral quanto no mandato. Fica claro que o partido influencia na condução da campanha, sendo relevantes as ações da legenda para a instrumentalização da comunicação do candidato com eleitores, mas é inegável que na atualidade, na relação de conectividade entre representante e representado a relação se

³⁹YOUNG, Iris Marion. *Representação política, identidade e minorias*. Lua Nova, São Paulo, 67: p. 162-164, 2006.

dá muito mais no plano pessoal do que institucional, se menos relevante a figura do partido como intermediário.

A diversificação dos meios de comunicação, saindo o discurso político da exclusividade do horário eleitoral gratuito de rádio e televisão, abrindo-se espaço, sobretudo para a internet, fez com que a questão da legenda do partido importe menos na persuasão e na aproximação de candidatos/representantes com seu público. Aquele que dispuser de poucos segundos na TV, pode alargar seu contato via redes sociais, além de poder ocupar pessoalmente espaços sociais estratégicos de suas bases, como igrejas e sindicatos, em que o contato é direto.

No que diz respeito à atuação do representante enquanto mandatário conclui-se que a representação se apresenta e desenvolve dentro de uma dualidade de expressões. Tem-se nos representantes durante o mandato a continuidade da relação com suas bases, o que se demonstrou nos resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas, mas há também, nesse momento, a influência de outros atores na ação representativa, o que conduz a momentos de uma conexão mais fragilizada, mas ainda mantida.

Estando constituído enquanto membro eleito do poder público, valendo-se das prerrogativas do cargo, o que indica a possibilidade tomar decisões, tanger recursos, influenciar em ações governamentais, o representante sofre assédios não só de seus eleitores, mas determinações de partido, que como já visto, por força de lei e da atuação, possuem poder no âmbito das instituições, sobretudo nas casas legislativas, além de outras forças da sociedade que buscam no exercício daquele político ações que os represente.

É nesse momento que surgem as inserções que, muitas vezes, rivalizam com os representados na conectividade com o representante. A força instituída dos partidos impõe-se com importância no exercício do mandato, bem como a presença de grupos de pressão, detentores de altos capitais e membros da elite da sociedade, são forças que podem acessar o mandatário com facilidade e balizar algumas ou muitas de suas ações, mas não se verificou que isso representaria uma ruptura do laço conectivo do representante com sua base. Esse permanece.

Ademais, a sujeição não é um destino único e inevitável para o representante, tanto é que não se fez perceptível uma subordinação absoluta, que engessasse a atuação do representante. Eventual desdém, porem, face às demandas que vêm de atores que não os cidadãos eleitores, pode representar uma falência do mandato e a aniquilação das ações representativas que o político pretenda. O representante mandatário está, então, sujeito a uma multiplicidade de demandas e assédios a serem administrados. Sua sobrevivência política depende de sua habilidade para lidar com essas múltiplas forças.

A formação dos quadros que compõe os gabinetes parlamentares, no entanto, deriva de uma deliberação que exclui a participação direta dos eleitores. As equipes de assessoria se formam a partir de determinações do partido, do grupo de pessoas que costumeiramente acompanha o representante em sua trajetória e por escolhas subjetivas do próprio político, sem participação popular determinante. É um primeiro passo de distanciamento, mas não um comprometedor de vínculo representativo. A própria estrutura burocrática do Poder Público no Brasil não é facilitadora de acesso do povo às instâncias estatais, na figura de suas repartições.

Ambos têm ainda considerável inserção nos meios de comunicação de massa local, mas com frequência _ sobretudo Vereza _ as redes sociais, o que expõe o contato contínuo com seus eleitores e os representados em geral. Além de serem figuras cativas dos ambientes sociais em que se encontram suas bases. Alvares em sua comunidade religiosa, Vereza junto aos movimentos sociais.

A Findes, formada por membros originários das elites econômicas, ocupantes dos estratos mais altos da sociedade, compõe-se, em sua estrutura administrativa, sob um viés organizacional que considera a relevância do acesso da entidade à classe política e aos representantes mandatários. Para tanto tem constituído conselho especializado, o CAL, que trata dessa relação com o intuito claro, conforme auferido pelas falas da entidade, de levar ao Poder Legislativo suas demandas, para que as deliberações que ali aconteçam tenham em pauta as aspirações do setor industrial.

A organização estruturada da Findes para que tenha um canal mais persuasivo e eficaz para com parlamentares só é possível, fica claro, devido ao poder econômico da entidade. O Fejunes, órgão sem as facilidades financeiras da Findes, não possui um

conselho que se dedique a apresentar-se enquanto grupo de pressão diante de parlamentares, o que demandaria um investimento de recursos dos quais não dispõe o Movimento, formado por indivíduos dos estratos mais básicos da pirâmide socioeconômica.

O que se expõe diante de tal realidade é que o poder econômico é fator relevante na condução da relação de representação, pois é a partir dele que se formam com mais ou menos força as expressões na sociedade civil para influenciar os representantes em suas ações políticas. O poder econômico é capaz de formar estruturas mais bem organizadas, melhor instruídas sobre os trâmites das ações de governo, com pessoal preparado para atuar mais proximamente às instâncias do Poder Público, o que facilita o acesso ao representante, aumentando as chances de ser ouvido e atendido por este em seu mandato.

Na influência do processo decisório tem forte peso o poder econômico por ser a partir dele que podem ser criadas estruturas mais robustas da sociedade civil para acesso e comunicação às esferas de poder e influenciar a representação. Tal realidade expõe o capital como um peso considerável na balança das ações representativas, que pode, em boa parte do tempo, se desequilibrar pendendo para o lado daqueles que possuem mais, legando aos que possuem menos um caminho mais árduo de acesso e atenção para com os representantes, sobretudo aqueles que, no mandato, menos se dispuserem ao diálogo e abertura a suas bases e ao eleitorado como um todo.

O capital tem sua força e poder de influência, mas ainda que por caminhos mais difíceis e com acessos menores, os estratos menos abastados da sociedade civil têm possibilidade de se expressarem e demandarem pelas vias alternativas de comunicação, como a internet, além de não haver uma omissão completa, um virar de costas, da totalidade da classe política para esses setores subalternizados. A fala de Claudio Vereza expõe um longa e bem sucedida carreira política representando grupos afastados da elite econômica do Estado.

A questão não é, portanto, um problema restrito à classe política, aos representantes. Enquanto não há a perseguição efetiva da igualdade entre indivíduos, valor normativo da democracia, a representação se apresentará dentro de uma lógica processual e

sistêmica, em que se percorre um caminho, tanto por representantes quanto por representados, no qual persiste uma ordem em que os diferentes grupos sociais gozam de distintos potenciais de influência nos processos decisórios, o que está calçado na questão da desigualdade social.

O laço conetivo não se rompe e a relação de representação permanece entre o representante e suas bases, haja vista que o contato e o diálogo não se perdem durante o mandato, o que demonstra que o político está permanentemente sendo visto, analisado e cobrado, ao passo que precisa mostrar retorno às aspirações dos que o elegeram, do contrário, como já dito, uma longa e exitosa história política, como a dos entrevistados, não se daria.

O que se conclui é que o processo pelo qual a representação passa é de múltiplos caminhos, abarcador de muitos atores que se revezam em posições hierárquicas e procedem diálogos diversos e por meios e formas diversas. Todos buscando espaço e atenção para suas demandas. Esse processo é fortemente permeado pela desigualdade social, a qual não se resolve pelo simples contato de representantes com suas bases, mas pela eliminação dessa realidade desigual, o que conduziria a uma ordem política ideal, na qual todos teriam igual potencial de acesso e influência nos processos de decisão e questões como gênero, cor e raça ou orientação sexual em nada determinariam para que uma pessoa se sentisse representada ou mesmo alcançasse a posição de representante.

As influências que o político recebe durante o mandato, vindas de grupos sociais com forte poder de persuasão, como se mostrou a Findes, são capazes de permear o exercício representativo a fim de canalizar ações do representante, para que se dêem mais a tais grupos que a outros. Isto não significa a presença de crise, o que se teria caso o laço conetivo se rompesse ou estivesse mitigada a ligação a ponto de não haver qualquer responsividade de um lado a outro, o que não se verificou em nenhum momento deste trabalho.

A assimetria social corresponde a fator de abalo no laço conetivo na representação, pois dá aos que mais podem economicamente vias de persuasão mais fortes, quanto a organização e acesso aos representantes, o que fornece a esses grupos um potencial maior de serem ouvidos e atendidos em termos de representação. Há porem, com um

intenso e contínuo trabalho de movimentos sociais, sindicatos, comunidades religiosas e outras representações dos estratos básicos da sociedade e que detêm recursos de comunicação e persuasão política, o que dá a esses grupos acesso e ligação com os representados. Suas demandas, mesmo que com maior dificuldade, chegam às casas legislativas e suas ações são de ciência e sentidas pelos mandatários e até ali levadas por eles.

De fato uma percepção de ausência de representação, como a do presidente do Fejunes, é de se considerar, mas não há na fala, por si só, elementos suficientes para se diagnosticar uma representação em crise, haja vista que os óbices que o movimento negro encontra para ter voz nas casas legislativas e no Estado, em geral, muito mais se relaciona as questões de desigualdade que a população daquele grupo amarga ao longo da história, do que por uma omissão dos representantes que recusam-se a abrir-se á causa da igualdade racial.

A pauta possui maiores dificuldades para se fixar na agenda política, mas não há como dizer que as portas do poder instituído estão fechadas a causa negra e que há meios para que os militantes se façam ouvir e cobrem dos representantes a atenção ao que demandam. De fato o que pesa na luta por espaço nas relações de representação é a questão da desigualdade e não da inexistência de vínculo entre mandatários e os ativistas.

Isto porque o conflito se mostra, conforme bem adverte Miguel (2014), não como um sintoma de uma insuficiente coesão social, mas como um efeito das relações de dominação. E sendo a representação democrática aquela em que os representantes verbalizam vontades ou interesses dos representados, em interlocução constante com eles (2014, p. 308), o que fica claro é que se trata de um processo que não passa pela independentização dos representantes e nem pela substituição dos representados, mas por um constante relacionar de atores que protagonizam um conflito diuturno por espaço e influência junto às esferas de poder, tanto do Estado quanto da sociedade.

Pautando-se pelo ideal normativo de igualdade que a democracia preconiza em sua teoria constitutiva, vê-se que tal igualdade não é tarefa fácil, para não dizer das mais difíceis, pois demandariam uma perfeição subjetiva que talvez nem seja humana. Deste

modo, ter as formas institucionais em que a democracia se propõe materializar perpassadas pelas assimetrias sociais, faz com que a luta pela igualdade seja um ideal indissociável da representação democrática.

Concluindo, observa-se que está no combate às assimetrias entre os grupos sociais o caminho para maior igualdade e autonomia por parte dos indivíduos. Como resultante, se possibilitaria uma ação representativa mais democrática e menos sujeita ao peso de determinados grupos sociais em detrimento de outros. Enquanto o conflito social se mantiver e o capital for fator de alta relevância para fazer com que um grupo social tenha mais poder de constituir representantes do que outros, a representação política expressará as marcas dessas desigualdades, ao mesmo tempo em que configurará um território de disputas, em que estarão presentes distintos e desiguais grupos sociais, em constante luta por ter seus interesses e demandas inseridos na agenda pública.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique. Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. In: **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, IUPERJ, v.31, n.1, p. 5-34, 1988.

AGUIAR, Joaquim. Democracia pluralista, partidos políticos e relação de representação, In: **Análise Social**, Lisboa, v. 24, p. 59-76, 1988.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do eleitor**: estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral. Rio de Janeiro, Record, 2008.

ALMEIDA, Débora Rezende de. Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea, In: **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 50, p. 175-199, jun. 2014.

ALMEIDA, Débora C. R. **Repensando representação política e legitimidade democrática**: entre a unidade e a pluralidade. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2011.

ALKMIM, Antonio Carlos. O paradoxo do conceito de representação política, In: **Teoria & Pesquisa**, vol. 22, n. 1, p. 56-71, jan./jun. 2013.

ARENDT, H. **A condição Humana** (1958)

AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **A inovação democrática no Brasil**: o orçamento participativo. São Paulo: Cortez, 2003.

AVRITZER, L; COSTA, S. **Teoria crítica, democracia e esfera pública**: concepções e usos na América Latina. Rio de Janeiro: Dados – Revista de Ciências Sociais. 2004, v. 47, n. 4. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>> Acesso em: 15 out.2013.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (Org.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. Meios de comunicação, voto e conflito político no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 81, fevereiro 2013.

_____. Meios de comunicação de massa e eleições no Brasil: da influência simples à interação complexa. In: **Revista USP**, São Paulo, n.90, p. 74-83, junho/agosto 2011.

BOBBIO, Norberto. **1909-Dicionário de política I**, Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai; coord. trad. João Ferreira; Rev. Geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacaís - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

CASTELLO, Graziela, LAVALLE, Adrián Gurza, HOUTZAGER, Peter P. Democracia, Pluralização da Representação e Sociedade Civil. In: **Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 67, p. 49-103, 2006.

CASTRO, H. C. O.; RAMOS, P. N. Representação e distância política contemporânea. In: **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 55-68, jan./jun. 2009.

CLEMENS, Elisabeth S.. Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação da política nos EUA, 1890-1920. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 3, p. 161-218, janeiro-julho de 2010.

COSTA, Paulo Roberto Neves. Elite empresarial e elite econômica: o estudo dos empresários. In: **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 50, p. 47-57, jun. 2014.

COSTA, Sérgio. A Democracia e a Dinâmica da Esfera Pública. In: **Lua Nova**, São Paulo n. 36, 1995.

_____. Contextos da construção do espaço público no Brasil. In: **Novos Estudos CEBRAP**, n. 47, março, 1997.

DAGNINO, Evelina, OLVERA, Alberto e PANFICHI, Aldo (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. Campinas: UNICAMP, Paz e Terra, 2006.

_____. **Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades**. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DIAS, Marcia Ribeiro. Comunicação política, partidos e eleições. In: **Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 2, p. 183-186, maio-agosto 2008.

FARIA, A. M. T; D'ÁVILA FILHO, P. M. **O Social e o político em movimento: novas agendas para a representação política no Brasil**. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia 28 a 31 de julho de 2009. PUC- Rio de Janeiro

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub, LIMONGI, Fernando. Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária. In: **Dados** [online], v.45, n.2, p. 303-344, 2002.

HOCHSTETLER, K.; FRIEDMAN, E. J. Representação, partidos e sociedade civil na Argentina e no Brasil. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, p. 47-66, Jan./Abr. 2008.

HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática. 1994.

HURRELL, A. **O apoio externo à democratização e a ordem internacional**, p.68-96, ambos In: SOLA, L. (Org.) "Estado, Mercado e Democracia", RJ: Paz e Terra, 1993

INÁCIO, Magna; RENNÓ, Lucio (org.). **Legislativo brasileiro em perspectiva comparada**. Editora UFMG. 2009.

LAVALLE, A.G.; ISUNZA, E. Vera. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability. In: **Lua Nova**, n. 84, p. 95-139, 2011.

LAVALLE, A. et. al. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. In: **Lua Nova**, São Paulo, n.67, 49-103, 2006.

LAVALLE, Adrián G., HOUTZAGER, Peter P, CASTELLO, Graziela. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, p.43-66, fev. 2006.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. **O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem?**, Editora FGV: São Paulo, 2005;

MANIN, Bernard. **The Principles of Representative Government**. Cambridge University Press, 1997.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n. 29, ano 10, outubro 1995.

MANIN, Bernard. PRZEWORSKI, Adam, STOKES, Susan C. Eleições e representação. In: **Revista de Cultura e Política**. Lua Nova. v. 0, n. 67, p. 105-138. 2006;

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. 1. Unesp: São Paulo, 2014;

_____. **Mito e discurso político: uma análise da campanha eleitoral de 1994**. Editora da Unicamp. Campinas, 2000.

_____. Representação política em 3D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 123-140, fev. 2003.

_____. Representação democrática: autonomia e interesse ou identidade e Advocacy. In: **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, p. 25-63, 2011.

_____. Oligarquia, democracia e representação no pensamento de Michels. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 13. Brasília, p. 137-154, janeiro- abril de 2014.

_____. Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. In: **BIB**, Rio de Janeiro, n. 49, p. 51-77, 1^o semestre de 2000.

MILL, John Stuart. **Considerações sobre o Governo Representativo**. Tradução de E. Jacy Monteiro. Biblioteca “Clássicos da Democracia”. 19. São Paulo: IBRASA, 1964.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 2002.

MOURA, Joana T. V. Dilemas da democracia: a representação política nos novos espaços de participação. In: **Revista IDEAS**, v. 3, n. 2, p. 170-196, jul./dez. 2009.

NOVARO, M. O debate contemporâneo sobre a representação política. In: **Novos Estudos**, n. 42, jul., 1995.

O'DONNELL, G. Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais: uma visão latino-americana com uma rápida olhada em alguns países pós comunistas, In: **Novos Estudos**, n. 36, p.123-145, julho de 1993.

PIOVESAN, Flavia. Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos. Sur, In: **Rev. int. direitos human.** [online], v.1, n.1, p. 20-47, 2004.

PITKIN (1972) Representação: palavras, instituições e idéias. In: **Lua Nova**. São Paulo, v. 67, p. 15-47, 2006.

PITKIN, H. F. Representation and democracy: uneasy alliance. In: **Scandinavian Political Studies**. v. 27, p. 335-342, 2004.

PITKIN, H. F. **The concept of representation**. Berkeley and Los Angeles: University of California, 1967.

ROSANVALLON, P. **Por uma história do político**. Tradução Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.

ROSANVALLON, P. **Democracy past and future**. New York: Columbia University, 2006.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. Tradução Lourdes Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os pensadores)

REBELLO, Maurício Michel. Ideologias partidárias no governo Lula: A percepção do eleitor, In: **Civitas**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 298-320, maio-ago. 2012.

SANTOS, Boaventura de (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da Democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SARTRE, Jean-Paul. 2004. Eleições, armadilha para otários. In: **Revista de Comunicação**, Cultura e Política, 5(9). [Original de 1973].

SORJ, Bernardo (Org.). **Poder político e meios de comunicação**: da representação política ao reality show. Tradução Miriam Xavier. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

STRECK, Lenio Luiz; BOLZAN DE MORAIS, José Luis. **Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. 2 ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

URBINATI, N. **Representative democracy**. Chicago: University of Chicago, 2006.

URBINATI, N. O que torna a representação democrática? In: **Lua Nova**, São Paulo, v. 67, p. 191-228, 2006.

WEFFORT, F. **Qual Democracia?**, São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

WHITEHEAD, Laurence. Dimensões internacionais da democratização: um levantamento das alternativas. In: SOLA, Lourdes. **Estado, mercado e democracia: política e economia comparadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

YOUNG, I. M. **Inclusion and democracy**. Oxford: Oxford University, 2000.

YOUNG, I. M. Representação política, identidades e minorias. In: **Lua Nova**. São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

ANEXOS

ANEXO I

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

1. NOME DO MOVIMENTO: FÓRUM ESTADUAL DA JUVENTUDE NEGRA DO ESPÍRITO SANTO - Fejunes
2. Início da atuação como movimento social:
3. Principais bandeiras ou objetivos do movimento:
4. Principais líderes:
5. Qual a opinião do Sr.(a) acerca do sistema eleitoral brasileiro, considerando a proporcionalidade nas eleições para o Legislativo; a lista aberta; a reeleição perene, isto é, sem restrições do número de mandatos?
6. Qual sua opinião acerca do modo atual para o financiamento de campanhas eleitorais?
7. O (A) sr. (a) vê necessidade de uma reforma político-eleitoral? Caso considere que sim, o que mereceria ser reformulado, revisto ou modificado?
8. Qual sua opinião sobre a importância dos partidos políticos para a democracia?
9. O Sr.(a) teria ideia aproximada do número médio de participantes do núcleo organizacional do movimento?
10. Na concepção do movimento, o que se entende por representação política?
11. Há algum partido político ao qual o movimento se associa mais diretamente?
12. Há algum membro do movimento compondo o gabinete de algum deputado estadual e/ou federal?
13. Há/houve lideranças políticas eleitas para a ALES provenientes dos quadros ou com forte ligação ao movimento?
14. O que o movimento espera dos candidatos a deputado, enquanto atuação parlamentar, que apóia nas eleições?
15. Há algum deputado estadual ao qual o movimento se associa ou se reporta diretamente quanto às questões que envolvem a pauta de reivindicações?
16. Caso não haja um parlamentar específico, a quem o movimento se reporta, no Legislativo Estadual, quanto às suas reivindicações?
17. As relações que são mantidas entre o movimento e os parlamentares se dão diretamente com estes ou via gabinete (assessores, secretários...)?
18. Como o movimento se vê representado pelos deputados estaduais?
19. O movimento percebeu alguma evolução em termos representativos, considerando o período de 2003 até o presente momento?
20. Seria capaz de pontuar as evoluções ou involuções que tenha percebido no período e o porquê dessas ocorrências?

ANEXO II

1. NOME DO MOVIMENTO/ENTIDADE: Federação das Indústrias do Espírito Santo – Findes;

2. Início da atuação entidade: 12 de fevereiro de 1958;

3. Principais bandeiras ou objetivos da organização (objetivo oficial/institucional):

Findes - Representar os anseios do empresariado da indústria do Espírito Santo, contribuindo para o desenvolvimento do Estado, bem como prestar suporte aos sindicatos que compõem a Federação, tendo como foco o apoio e a interlocução e o fortalecimento do associativismo.

4. Quais são as atuais diretrizes e prioridades da Findes?

Findes - Buscar o fortalecimento da indústria local por meio de auxílio ao industrial em suas áreas de atuação. Atuamos por meio dos Conselhos Temáticos Superiores, das Câmaras Setoriais, do Centro de Apoio aos Sindicatos e das Diretorias Regionais, a Findes oferece serviços nas áreas de tecnologia, comércio exterior, infra-estrutura, economia, meio ambiente, jurídica e sindical. Assim, o industrial conta com toda a estrutura necessária para uma atuação destacada no seu ramo de negócio.

5. Principais líderes:

Findes - o atual presidente é o Sr. Marcos Guerra, industrial capixaba do setor de vestuário, natural de Colatina. É uma liderança importante na Indústria local e nacional. Já foi vice-presidente a CNI, onde também é presidente do Conselho Temático de Meio Ambiente (COEMA) e já atuou como vice-presidente do Conselho Temático de Assuntos Legislativos (CAL). Ocupa, ainda, a função de conselheiro da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit). Entre 2003 e 2011, foi senador suplente pelo PSDB-ES, sendo seu titular o Senador Gerson Camata (PMDB-ES);

Há ainda o primeiro vice-presidente, Sr. Gibson Barcelos Reggiani, diretores setoriais e conselheiros.

6. Qual a opinião do Sr. acerca do sistema eleitoral brasileiro, considerando a proporcionalidade nas eleições para o Legislativo; a lista aberta; a reeleição perene, isto é, sem restrições do número de mandatos?

Findes – somos a favor da renovação dos quadros periodicamente, pois isto favorece a democracia. Entendemos que um parlamentar que permanece por vários mandatos em um cargo político está ali porque vem realizando um bom trabalho e a população confia em seu trabalho, por isto o reelege, mas a renovação também é importante.

Entendemos que qualquer modificação no sistema eleitoral brasileiro deve ser feito com a participação de todos os setores da sociedade.

7. Qual sua opinião acerca do modelo atual para o financiamento de campanhas eleitorais?

Findes - *É um modelo que precisa de ajustes para evitar abusos, mas o financiamento privado de campanha não é o problema da política brasileira como muitos colocam. É democrático permitir que cidadãos e empresas ajudem os candidatos ou partidos que acreditam. O que deve ser coibido são os abusos e as doações ilegais e para isto já existem leis.*

8. O Sr. vê necessidade de uma reforma político-eleitoral ? Caso sim, o que mereceria ser reformulado, revisto ou modificado?

Findes - *Um reforma política deve ocorrer para beneficiar a população e o país. Entendemos que a melhora do ambiente institucional para as empresas exige um desfecho no debate da reforma política que atualmente é debatida no Congresso Nacional. E o setor produtivo deve ser ouvido, pois aquilo que é essencial para a indústria nacional também é para a população que depende de uma economia forte e avançando para que tenha melhorias em sua qualidade de vida.*

9. Qual sua opinião sobre a importância dos partidos políticos para a democracia?

Findes - *Os partidos são essenciais para a democracia, pois é através deles que a sociedade, em seus múltiplos setores, se faz representar.*

Entendemos que existe, no entanto, um número muito elevado de partidos e que a ideologia política hoje perde espaço dentro das agremiações e isto não é bom para a democracia.

10. Quais são as demandas e necessidades mais relevantes que afetam o seguimento social/sindicatos que a Federação representa?

Findes - *Certamente o maior desafio do setor industrial hoje é a eliminação de entraves que prejudicam a melhora do ambiente de negócios e o resgate da confiança do empresariado. Nossas ações são no intuito de estimular a retomada do investimento e do crescimento da economia. E sabemos que para isso são necessárias ações do governo que reduzam a burocracia, modernizem a legislação trabalhista e simplifiquem o sistema tributário. Hoje existem mais de 3,5 mil normas tributárias em vigor, que custam às empresas brasileiras em torno de R\$ 45 bilhões por ano com pessoal e tecnologia necessários para acompanhar a complexidade da legislação. Nosso maior problema está aí.*

11. De que forma percebe que a atuação parlamentar mais visivelmente afeta os seguimentos representados pela Federação, benéfica ou maleficamente?

Findes - *Hoje há um conjunto de projetos em discussão no Legislativo capazes de estimular a retomada do investimento e do crescimento da economia que precisam ser convertidos em leis. O país passa por um momento difícil e de estagnação. O atual momento deve ser de mudanças e somente com leis avançadas, que desburocratizem a produção no país é que poderemos avançar. Quando vemos parlamentares atuando nesse sentido sentimos que podemos ver avanços. Mas os*

muitos projetos que existem devem ser votados e se tornar lei, para que possamos sentir no dia-dia das empresas os avanços que precisamos.

12. A Federação dispõe ou já dispôs apoio a algum candidato político em alguma eleição? Caso positivo, quem foi beneficiado e quando?

Findes – Não apoiamos candidatos ou partidos.

13. A Federação já fez contribuições de campanha para algumas candidaturas?

Findes – Não é prática da Findes fazer contribuições de campanha.

14. A Federação sugere, de algum modo, junto aos sindicatos filiados orientações em relação ao apoio que estes possam dar a algum candidato ao pleito legislativo? Em caso positivo, como se procedem as orientações?

Findes – Não fazemos sugestões. Cada associado é livre para apoiar o candidato que quiser.

15. De que forma a Federação estabelece contatos/diálogos com parlamentares estaduais, federais e/ou partidos políticos?

Findes – Toda essa parte é de competência do Conselho para Assuntos Legislativos – CAL da CNI. É por esse Conselho que o setor industrial representado pela CNI trata de seus interesses junto ao Congresso Nacional.

Questionário respondido pelo(a) Representante Institucional na pessoa da Sra.:
Annelise Lima, assessora executiva da presidência.

ANEXO III

III – COMISSÕES DA OAB: Comissões de Diversidade Sexual e de Igualdade Racial

1. NOME DA COMISSÃO: IGUALDADE RACIAL

2. Início das atividades no ES: 2012

3. Quais são as demandas e necessidades mais relevantes que afetam o seguimento social que a comissão representa?

R – A questão maior é a igualdade de tratamento nas relações sociais e com o Poder Público para a população negra. Nossa luta é contra atos de discriminação, preconceito e racismo em relação aos negros e pela igualdade de tratamento e oportunidades.

4. O que pode ser identificado como gênese dessas necessidades?

R – Um processo histórico de discriminação e racismo. Sendo o Brasil um país cuja história foi fortemente marcada pela escravidão negra há na sociedade e também no Estado, mesmo mais de um século após a abolição da escravatura, fortes impressões de racismo e discriminação que se expressam em relações de dia-dia, em desigualdade de tratamento e oportunidades para as pessoas negras, em marginalização desse grupo social que é subjugado.

5. É possível identificar alguma conexão entre a representação política e esses seguimentos e os problemas que os acometem?

R- Certamente há relação direta entre representação política e a questão da desigualdade racial. Os políticos atuais pouco enfrentam a questão da discriminação racial e do racismo de forma efetiva, as políticas públicas bem como as próprias leis existentes para defesa dos direitos da população negra encontram dificuldade de materialização e, por conseguinte, cumprir seus objetivos. E há de se observar também que há pouca inserção de pessoas negras na política, sobretudo nos cargos mais altos das instâncias de poder, o que traz por consequências pouca atenção às causas negras.

A questão é que se houvesse maior espaço para inserção de políticas sobre a questão racial e seus problemas na agenda pública, bem como mais representantes engajados com os dilemas da população afrodescendente, certamente teríamos

minimizadas as desigualdades e uma repressão maior ao racismo e a discriminação.

6. Como a comissão vê a atuação dos deputados estaduais capixabas em relação ao seguimento representado?

R – Respeitamos o trabalho dos parlamentares e reconhecemos o que já foi feito até aqui, mas há de se observar que a população negra do Espírito Santo necessita de mais ações governamentais em atenção às suas necessidades. Fala-se aqui de políticas de ações afirmativas que corrijam a desigualdade de oportunidades que sofrem os negros no mercado de trabalho, bem como no ingresso ao serviço público. Há também a questão da violência policial que atinge fortemente a população negra e sabemos que a atuação da Assembleia junto ao Governo pode dar novos caminhos a essa questão. Hoje há mais ações dos Poderes Legislativos Municipais no ES do que o Estadual, quando se fala em benefício da população negra, pois já há legislações que tratam de ações afirmativas em cidades do estado, como os casos dos Municípios de Serra e Vitória. Há projetos que tratam da igualdade racial tramitando na ALES, mas que ainda não foram votados, o que mostra certa resistência da Casa quanto ao tema. Acreditamos que a atuação do Legislativo Capixaba pode ser mais atuante para as questões da negritude.

7. Qual a opinião do Sr.(a) acerca do sistema eleitoral brasileiro, considerando a proporcionalidade nas eleições para o Legislativo; a lista aberta; a reeleição perene, isto é, sem restrições do número de mandatos?

R – A proporcionalidade tem um intuito democrático, mas é um modelo que pode ter um resultado contrário, se considerarmos as possibilidades que as coligações trazem em termos de distribuição de votos em uma eleição. É um modelo a ser repensado e o ideal era que a população fosse consultada sobre mudanças. A reeleição perene desfavorece a alternância no poder. O que poderia ser feito é trazer para os cargos para o Legislativo o mesmo modelo de reeleição presente para o Executivo.

8. Qual sua opinião acerca do modo atual para o financiamento de campanhas eleitorais?

R – Frontalmente contra. Financiamento privado torna a disputa eleitoral maculada, pois os financiadores só contribuem em busca de contrapartida quando o candidato ou partido ajudados forem governo. Pensar de modo diferente é ingenuidade, por isto acabar com o modelo atual de financiamentos privados para campanhas é o primeiro e grande passo para começar a resolver a questão da corrupção na política brasileira.

9. O(A) Sr.(a) vê necessidade de uma reforma político-eleitoral? Caso sim, o que mereceria ser reformulado, revisto ou modificado?

R – Sim. Como já dito há que se rever a questão do financiamento privado das campanhas e além disso deve-se se criar maiores meios de participação popular e de prestação de contas por parte dos políticos em relação as suas ações. Parlamentares, por exemplo, deveriam ser obrigados a expor publica e periodicamente suas votações, a emendas que angariaram, a utilização das verbas vindas com essas emendas, assim como comprovar os gastos que têm com o mandato, prestando conta à população de toda sua rotina.

ANEXO IV

I – PARLAMENTARES EM EXERCÍCIO NAS LEGISLATURAS DE 2003 A 2010

A - CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

1 – NOME: Élcio Alvares

2 – Ano de Nascimento: 1932

3 – Forma de ingresso na Vida Política: iniciei na política no movimento estudantil. Primeiro no Grêmio Estudantil do Colégio Americano de Vitória, depois na União Estadual dos Estudantes - UEE e posteriormente na União Nacional dos Estudantes - UNE.

4 – Filiação Partidária quando ingressou na política: Arena

5 – Filiação partidária atual: Democratas - DEM

6 – O Sr(a) poderia me dizer se além de cargo de parlamentar o Sr(a) já exerceu outro no âmbito do governo (municipal, ou estadual, ou federal) ? Se sim, quais?

R - Deputado Federal, Governador do Espírito Santo, Senador da República, Ministro de Estado (Indústria, Comércio e Turismo e Defesa) , além de Deputado Estadual.

B– CONCEPÇÃO DE REPRESENTAÇÃO E VÍNCULOS PARTIDÁRIOS

7. Qual a opinião do (a) Sr.(a) acerca do sistema eleitoral brasileiro, considerando a proporcionalidade nas eleições para o Legislativo; a lista aberta; a reeleição perene, isto é, sem restrições do número de mandatos?

R – Um mandato de quatro anos não é suficiente para que uma pessoa possa fazer muita coisa no governo, por isso a reeleição é necessária, além de ser democrática, pois dá a possibilidade de o eleitor ter por mais um mandato o político que ele viu que fez um bom trabalho e pode dar continuidade.

8. Qual sua opinião acerca do modo atual para o financiamento de campanhas eleitorais? Como o (a) Sr.(a) considera que deveria ser feito?

R – O financiamento privado em si não é um problema, o que é problema são os abusos que alguns cometem dentro desse sistema. Todo cidadão ou empresa tem o direito de apoiar seu candidato ou seu partido. Uns apoiam participando dos comícios, das carreatas, na distribuição de material, no boca a boca e quem pode doa valores em dinheiro e isso não é ilegal, pois tudo é deve ser declarado à Justiça Eleitoral. A parte ruim dos financiamentos privados é que muitos, quando eleitos, se rendem aos financiadores durante o mandato, o que é execrável. O que deve ser

melhorado é a fiscalização de doações ilegais, não declaradas e das atuações de políticos que beneficiem doadores de campanha. Isso é ilegal e imoral e deve ser combatido.

9. O (A) Sr(a) vê necessidade de uma reforma político-eleitoral ? Caso sim, o que mereceria ser reformulado, revisto ou modificado?

R – Muito se fala em reforma política, mas pouco se apresenta de propostas concretas para melhora do sistema. Qualquer reforma que vier a acontecer tem que ter a participação do povo nas escolhas. Não faz sentido o povo estar de fora de uma questão que o atinge diretamente, por isto creio que temas como esses devem ser levados à consulta popular. Sobre as mudanças necessárias creio que deve ser analisado com sensibilidade a possibilidade do voto distrital, que pode representar uma justiça grande em termos democráticos. O voto distrital aproxima o eleitor e o candidato e evita o efeito dos puxadores de voto porque o partido apresenta seu candidato por circunscrição e o eleitor saberá em quem está votando e para quem foi seu voto, o que o sistema atual não garante.

10. Qual sua opinião sobre a importância dos partidos políticos para a democracia?

R – É essencial a atuação dos partidos políticos na democracia, pois a articulação política passa necessariamente pelos partidos, seja no parlamento, seja no Executivo. São os partidos que constroem as pautas a serem abordadas para inclusão na agenda política e isso ocorre porque essas entidades têm a condição de catalisar as ideias dos seguimentos da sociedade que representam e fazer daquilo um tema a ser levado aos governantes para que vire política. Somente um político sozinho, sem a guarda do partido, não conseguiria articular com a frente que os partidos fazem. Sem partidos não há política e nem democracia.

11. Estamos também interessados em saber qual é sua concepção sobre o que significa representação política, isto é, o que Sr.(a) entende por representação política?

R – Representar é dar ao povo voz no Estado. É ter um mandato e uma vida pública de atuação em benefício do seu estado e da população, trabalhando para o que é necessário para melhoria da vida do povo. E para isso tem que estar ligado ao povo, saber o que o cidadão deseja, precisa. Além disso tem que estar disposto e saber

conversar com os partidos, com aliados e adversários e todos os setores da sociedade, isto para saber o que fazer e como fazer no governo.

12. O que acha da forma representativa de governo?

R – Não há outro modelo melhor.

13. O Sr.(a) considera que seu mandato pode ser melhor definido por qual das sentenças abaixo?

- a. O mandato apenas cumpre tarefas que lhe foram delegadas pelo eleitor;
- b. O mandato apenas cumpre tarefas que lhe foram delegadas pelos movimentos sociais organizados;
- c. O mandato é eminentemente partidário, mesmo que em desacordo com os desejos de minha base;
- d. O mandato é um exercício de consciência individual;

R – Num mandato tem que haver espaço para o partido, para os eleitores e para o deputado. Deve se ouvir todas as partes. Então poderia dizer que ouço meus eleitores, o partido e também minha consciência.

14. Como o Sr.(a) classificaria a influência das demais instâncias partidárias em sua atividade parlamentar:

- a. Excessiva;
- b. Adequada;
- c. Insuficiente;

R – A influência é adequada. O partido tem suas diretrizes, mas o deputado não fica engessado.

15. O(A) senhor(a) participou, durante exercício de seu(s) mandato(s) de reuniões com outras instâncias de seu partido com frequência?

- a. Frequentemente;
- b. De vez em quando
- c. Raramente;
- d. Nunca;

R - Frequentemente

16. Essas reuniões foram determinantes para a sua tomada de decisões no mandato?

- a. Sim;
- b. Não;

R - Sim

17. O(A)Sr(a) Desejaria ter mais liberdade para tomar decisões?

- a. Sim;
- b. Não;

R – tenho liberdade suficiente para tomar decisões no mandato;

18. O (A)Sr(a) Considera que sua eleição deveu-se mais ao fato de ser filiado a seu partido ou ao fato de o Sr.(a) ter um trabalho político individual bem desenvolvido?

- a. Partido;
- b. Trabalho individual;
- c. As duas coisas;

R – As duas coisas

19. Na atividade parlamentar (representação política), a quais dos atores sociais abaixo o Sr.(a) considera que deve prioritariamente mais fidelidade:

- a. Partido;
- b. População em geral;
- c. Sua consciência, independente de qualquer outro fator externo;
- d. Bases eleitorais relevantes – movimentos sociais, categorias profissionais ou localidades;
- e. Seu eleitorado, entendido genericamente;

R. – Todos. Mas quando ajo por minha consciência é sempre pensando nos eleitores.

20. A quem o (a)senhor(a) consulta preferencialmente para tomar uma decisão importante?

- a. Partido;
- b. Assessores
- c. Movimentos sociais
- d. Alguns eleitores;
- e. Ninguém;

R – Partido e assessores;

21. Em media quantos dias por mês o (a)senhor(a) mantém contato com suas bases eleitorais, fora da ALES?

R – Sempre estive disponível para contato na Assembleia.

22. Em média, quantas horas por dia, dentro da Assembleia, o (a)senhor(a) dedica a atender (pessoalmente, via telefone ou e-mail) representantes de sua base eleitoral?

R – Respondido item anterior.

23. De toda a sua atividade parlamentar, que percentual o (a)senhor(a) acredita dedicar ao atendimento de sua base eleitoral?

R – Minha equipe de assessoria e eu estamos sempre à disposição dos eleitores. Quem nos procurasse seria atendido.

C – RELAÇÕES COM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

24. Como o (a)Sr.(a) avalia a importância da influência dos meios de comunicação (TV, rádio, mídia impressa/eletrônica) em sua eleição?

R – Muito importantes, pois dão visibilidade ao candidato e as suas propostas. Mas para a eleição não basta a mídia, tem que conversar com os eleitores, fazer campanha nas bases, estar junto das pessoas.

25. Como o (a)Sr.(a) vê a importância dos meios de comunicação para o exercício de seu mandato?

R – São muito importantes porque mostram a atuação do deputado, permitindo que o eleitor saiba como o político está atuando, podendo fiscalizar e cobrar, como também saber as boas coisas que estão acontecendo.

26. Durante a campanha eleitoral como foi viabilizado o acesso do Sr.(a) aos meios de comunicação de massa, além da propaganda eleitoral gratuita:

- a. Por meio do Partido;
- b. Por meio da aliança pela qual o (a)Sr.(a) concorreu
- c. Por meio de contatos pessoais com os produtores (Jornais - impresso e on-line -, TV's, Rádios,).
- d. Outros. Quais?

R – Nas eleições para deputado o espaço de mídia é sempre menor porque os canais dão mais ênfase à cobertura das campanhas majoritárias, o que reduz

espaço para candidatos ao Legislativo que só têm o horário eleitoral para mostrar suas propostas na TV e no rádio. Por isso usamos mais a Internet e as redes sociais.

27. Durante o mandato quais foram os meios de comunicação de massa que o Sr.(a) teve mais oportunidade de acesso e/ou foi procurado por estes meios?

- a. Jornais impressos e on-line
- b. TV's,
- c. Rádios,
- d. Internet / Redes sociais

R – Nas eleições para deputado sempre houve mais espaço na mídia impressa. Com a chegada da Internet também obtivemos espaço.

28. Quais das organizações mais facilitaram seu acesso:

- a. Jornais: A Gazeta; A Tribuna; Século Diário; Outros:
- b. TV's : Globo/Gazeta, SBT/Tribuna, Band, Record, TVE,
- c. Rádios; CBN, Tropical, Litoral, Cidade; Novo tempo; Outros: Rádios Municipais/locais:

R – Não houve uma em especial. Todas de alguma maneira deram espaço.

29. Com que frequência o Sr.(a) acessa os Meios de comunicação de Massa?

- a. Diariamente
- b. Semanalmente
- c. Quinzenalmente
- d. Mensalmente
- e. Semestralmente

R - diariamente

30. Quais os meios de comunicação que o (a) Sr.(a) mais acessa?

R. Jornais impressos e Internet.

D – ORGANIZAÇÃO DO GABINETE PARLAMENTAR E BASE ELEITORAL

31. Quais critérios são considerados para a formação e composição de seu gabinete?

R – A formação do gabinete é de pessoal de confiança do deputado e do partido e sempre essa confiança foi considerada, associada à capacidade para as funções e vida pregressa das pessoas para que formasse minha equipe.

32. Como está estruturado seu gabinete para atender às demandas de suas bases eleitorais? E para atender as demandas relativas aos processos legislativos?

R – Sempre tive assessoria preparada para o atendimento ao público e para o trabalho parlamentar. O pessoal de gabinete sempre foi distribuído por funções e de acordo com a aptidão e a formação de cada membro.

33. O (A)Sr.(a) avalia que sua eleição foi fortemente influenciada por suas ligações com algum movimento social, sindicato ou sociedade de classe específicos?

R – Tenho um eleitorado construído em minha história política e tenho forte aproximação com a Igreja Cristã Maranata, da qual sou membro praticante.

34. Qual é a sua principal base eleitoral?

R – Tenho eleitorado em municípios do interior e da Grande Vitória e na IMC.

35. Quantos profissionais trabalham em seu gabinete por indicação de movimentos sociais, sindicatos, sociedades de classe ou outros segmentos sociais?

R – Nunca houve pessoal vindo de indicação direta. A formação do gabinete sempre foi em deliberação com o partido e o deputado.

36. Em seu gabinete, a política de contratações obedeceu prioritariamente a quais critérios?

R – respondido

ANEXO V

I – PARLAMENTARES EM EXERCÍCIO NAS LEGISLATURAS DE 2003 A 2010

A - CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

1 – NOME: Claudio Humberto VerezaLodi – Claudio Vereza – nome parlamentar.

2 – Ano de Nascimento: 1950

3 – Forma de ingresso na Vida Política:

R. - Na vida política, desde 1970 – no sentido lato da expressão, quando comecei a participar de um Grupo de Jovens do Bairro Aribiri e na Associação Pró-Melhoramentos do bairro. No PT, desde a fundação, em 1980. No mandato parlamentar, a partir da eleição em 1986.

4 – Filiação Partidária quando ingressou na política

R. – sempre no PT.

5 – Filiação partidária atual

R. - PT

6 – O Sr(a) poderia me dizer se além de cargo de parlamentar o Sr(a) já exerceu outro no âmbito do governo (municipal, ou estadual, ou federal) ? Se sim, quais?

R. – Não exerci outra função pública. Apenas, fui membro do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho do Provita – Programa de Proteção a Testemunhas de Crimes do ES, ambos representando a Ales – Assembleia Legislativa/ES.

B– CONCEPÇÃO DE REPRESENTAÇÃO E VÍNCULOS PARTIDÁRIOS

37. Qual a opinião do (a) Sr.(a) acerca do sistema eleitoral brasileiro, considerando a proporcionalidade nas eleições para o Legislativo; a lista aberta; a reeleição perene, isto é, sem restrições do número de mandatos?

R. – sou a favor de mudanças em todo o sistema político, por meio da convocação de uma Constituinte Exclusiva para este fim. Sou favorável ao sistema proporcional para parlamentos. Não vejo problema na reeleição para o parlamento, embora o PT esteja defendendo a limitação do nº de mandatos. Sou favorável à eleição em lista fechada, entre outras medidas para garantir igualdade de gênero, valorização das etnias e da juventude, entre outras.

38. Qual sua opinião acerca do modo atual para o financiamento de campanhas eleitorais? Como o (a) Sr.(a) considera que deveria ser feito?

R. -Totalmente contra financiamento privado e pela implantação do financiamento público e exclusivo.Atual modelo privilegia o poder

econômico; ainda mais que hoje prevalece um modus norte-americano de campanhas, com marketing e publicidade, grandes gastos, etc., o que torna inviável a participação de forças políticas minoritárias e com poucos recursos financeiros.

39. O(A) Sr(a) vê necessidade de uma reforma político-eleitoral ? Caso sim, o que mereceria ser reformulado, revisto ou modificado?

R- Sim. Já respondido.

40. Qual sua opinião sobre a importância dos partidos políticos para a democracia?

R. Partidos são fundamentais para a democracia, pois são *parte* da sociedade que se organiza em torno de um *programa* nacional, trabalhando para viabilizá-lo para toda a Nação. Os movimentos sociais, entidades da sociedade, Fóruns, Coletivos, etc. também são fundamentais, pois sem eles, não há democracia participativa. Porém, os movimentos tem representatividade limitada ao seu segmento, ao seu coletivo. Os partidos, obrigatoriamente, tem que apresentar um programa amplo e para toda a sociedade.

41. Estamos também interessados em saber qual é sua concepção sobre o que significa representação política, isto é, o que Sr.(a) entende por representação política?

R. Na democracia original, na Grécia, as decisões eram tomadas diretamente na *Ágora*, na praça, por (quase) todos os moradores da Polis. No atual estágio da humanidade, com uma população gigantesca, megacidades, etc, há que se estabelecerem formas de representação da sociedade, garantindo-se a representação dos diversos grupos, segmentos, etnias, classes sociais, etc.

42. O que acha da forma representativa de governo?

R. – Considero que tanto no sistema presidencialista como no parlamentarista há vantagens e desvantagens. Em ambos os casos, a existência de partidos políticos fortes e nacionais é fundamental.

43. O Sr.(a) considera que seu mandato pode ser melhor definido por qual das sentenças abaixo?

- a. O mandato apenas cumpre tarefas que lhe foram delegadas pelo eleitor;
- b. O mandato apenas cumpre tarefas que lhe foram delegadas pelos movimentos sociais organizados;

- c. O mandato é eminentemente partidário, mesmo que em desacordo com os desejos de minha base;
- d. O mandato é um exercício de consciência individual;

R. Nenhuma das hipóteses elencadas, exclusivamente, e todas elas, ao mesmo tempo. Os mandatos que exerci sempre foram baseados num tripé: 1- A atuação institucional, no Legislativo e junto às demais instituições; 2- Atuação junto aos movimentos sociais e outras organizações da sociedade; 3- Atuação partidária.

44. Como o Sr.(a) classificaria a influência das demais instâncias partidárias em sua atividade parlamentar:

- a. Excessiva;
- b. Adequada;
- c. Insuficiente;

- R. adequada e insuficiente, ao mesmo tempo. Adequada porque há garantia da Liderança de Bancada na direção partidária; insuficiente, porque o partido nem sempre consegue acompanhar o ritmo da atuação institucional.

45. O(A) senhor(a) participou, durante exercício de seu(s) mandato(s) de reuniões com outras instâncias de seu partido com frequência?

- a. Frequentemente;
- b. De vez em quando
- c. Raramente;
- d. Nunca;

R. – Sempre! Mesmo quando não era Líder da Bancada. Sem partido, não há eleição, projeto/programa coletivos, etc.

46. Essas reuniões foram determinantes para a sua tomada de decisões no mandato?

- a. Sim;
- b. Não;

R. – na maioria das vezes, sim, pois é no partido que deliberamos a linha geral de atuação política. Mas nem sempre, porque o ritmo de decisões no legislativo, muitas vezes, não permite consulta ao coletivo partidário.

47. O(A)Sr(a) Desejaria ter mais liberdade para tomar decisões?

- a. Sim;
- b. Não;

R. Nunca me senti cerceado. O funcionamento do PT garante o equilíbrio, especialmente se o mandatário segue o fundamento do tripé.

48. O (A)Sr(a) Considera que sua eleição deveu-se mais ao fato de ser filiado a seu partido ou ao fato de o Sr.(a) ter um trabalho político individual bem desenvolvido?

- a. Partido;
- b. Trabalho individual;
- c. As duas coisas;

- R. Nunca há trabalho individual. Sempre a atuação é coletiva, especialmente na esquerda. Mas minhas eleições sempre foram resultado de um conjunto de fatores: a força do partido ou da coligação, a minha inserção e engajamento nos movimentos sociais, mesmo antes da primeira candidatura, o perfil pessoal, o círculo amplo de relações pessoais e sociais, etc.

49. Na atividade parlamentar (representação política), a quais dos atores sociais abaixo o Sr.(a) considera que deve prioritariamente mais fidelidade:

- a. Partido;
- b. População em geral;
- c. Sua consciência, independente de qualquer outro fator externo;
- d. Bases eleitorais relevantes – movimentos sociais, categorias profissionais ou localidades;
- e. Seu eleitorado, entendido genericamente;

R. – Exceto item “c”, devido à expressão “independente de qualquer outro fator externo”. À minha consciência, sim, também!

50. A quem o (a)senhor(a) consulta preferencialmente para tomar uma decisão importante?

- a. Partido;
- b. Assessores
- c. Movimentos sociais
- d. Alguns eleitores;
- e. Ninguém;

R.- Assessores, movimentos sociais e partido. Eventualmente, alguns eleitores mais qualificados. Em alguns mandatos, organizamos um Conselho de Mandato, com representantes dos mov. Sociais, do partido e pessoas convidadas. Nesse Conselho, elaborávamos o planejamento estratégico do mandato, fazendo a sua avaliação periódica, e, em alguns casos, definíamos posição acerca de questões mais polêmicas.

51. Em média quantos dias por mês o (a)senhor(a) mantém contato com suas bases eleitorais, fora da ALES?

R.- Todas as semanas, em eventos, em reuniões formais, em encontros partidários.

52. Em média, quantas horas por dia, dentro da Assembleia, o (a)senhor(a) dedica a atender (pessoalmente, via telefone ou e-mail) representantes de sua base eleitoral?

R- Poucas horas: digamos, uma hora por dia, em média.

53. De toda a sua atividade parlamentar, que percentual o (a)senhor(a) acredita dedicar ao atendimento de sua base eleitoral?

- R. Dois terços.

C – RELAÇÕES COM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

54. Como o (a)Sr.(a) avalia a importância da influência dos meios de comunicação (TV, rádio, mídia impressa/eletrônica) em sua eleição?

R. – A aparição nos mcs a partir da presença em ações do movimento social foi um elemento importante na minha primeira eleição, mas este é um dos elementos que apenas complementaram a presença e atuação pessoal constante nas organizações e lutas das décadas de 70 e 80, especialmente na luta popular em Vila Velha, nas Comunidades Eclesiais de Base, no movimento das pessoas com deficiência, nos movimentos de jovens, etc. Nas demais eleições, da mesma forma: algumas inserções na mídia, a partir da atuação no tripé já citado (Institucional, Partido, Movimentos Sociais, nos quais continuei a atuar), e da participação em eleições majoritárias no município de Vila Velha como candidato a prefeito (1988 e 2008) e vice-prefeito (1992), mantiveram um bom recall de minha atuação e de meu nome junto à população.

55. Como o (a)Sr.(a) vê a importância dos meios de comunicação para o exercício de seu mandato?

R- de certa forma já está respondido no item anterior. Houve, muitas vezes, uma retroalimentação de minha atuação parlamentar (no sentido amplo), na medida em que esta tinha repercussão na mídia. Do mesmo modo, nos três âmbitos (tripé). A atuação no tripé tem boa aceitação/aprovação, o mandato se reforça e se estimula a novas iniciativas.

56. Durante a campanha eleitoral como foi viabilizado o acesso do Sr.(a) aos meios de comunicação de massa, além da propaganda eleitoral gratuita:

- a. Por meio do Partido;
- b. Por meio da aliança pela qual o (a)Sr.(a) concorreu
- c. Por meio de contatos pessoais com os produtores (Jornais - impresso e on-line -, TV's, Rádios,).
- d. Outros. Quais?

R. Em algumas eleições, a presença de candidatos proporcionais nos mcs era possível. Com o tempo, a mídia passou a priorizar as candidaturas majoritárias, ainda mais com o crescimento do uso de pesquisas de opinião pela própria mídia – centradas nos majoritários.

Assim, foi sempre muito rara a minha inserção na mídia, em período eleitoral. Por isto, o horário eleitoral gratuito torna-se muito importante para candidaturas proporcionais, mesmo isto ocorrendo de modo muito frágil, devido à quantidade de candidaturas de cada partido/coligação.

57. Durante o mandato quais foram os meios de comunicação de massa que o Sr.(a) teve mais oportunidade de acesso e/ou foi procurado por estes meios?

- a. Jornais impressos e on-line
- b. TV's,
- c. Rádios,
- d. Internet / Redes sociais

R. – É bom registrar que a internet só passou a existir há pouco tempo, já que meu 1º mandato começou em 1987. Só nos anos 2.000 que ela começou a ser utilizada por políticos e pelas instituições. Meu mandato, por exemplo, foi pioneiro na Assembleia ao colocar na “websfera” um site próprio, com recursos próprios. A Assembleia ainda não tinha o seu site oficial.

Em geral, a mídia escrita, a saber, os jornais A Gazeta e A Tribuna sempre cobriram as atividades diárias do Legislativo Estadual (outros jornais de menor circulação também publicam matérias da área, mas em menor volume). Os canais de TV também o faziam, nos anos 80-90. Depois, creio que pela criação da TV Assembleia – que lhes tira o ineditismo de informações, as TVs só cobrem a Ales em casos muito excepcionais, com raríssimas exceções (por ex. a TV Vitória, mais recentemente, manteve repórter diário na Ales). As rádios, da mesma forma. A CBN é a que mais cobre a Ales, de modo permanente. Os sites informativos, na maioria das vezes, fazem cobertura à distância,

embora em momentos de maior atividade da Ales, haja cobertura presencial de repórteres.

Neste contexto, sempre tive bom acesso a essas mídias, na proporção de sua presença na Ales, com ênfase à mídia impressa, e na medida em que me tornei fonte segura e com conhecimento do funcionamento da Ales e da política institucional em geral, sempre fui procurado.

Com o advento da internet, o mandato passou a utilizá-la, a começar pelo site e depois, nas redes sociais (Orkut, Facebook, YouTube e Twitter).

Outra observação importante é que, nos primeiros mandatos, publicávamos também nossos próprios Informativos periódicos impressos, ora individual, ora como Bancada do PT.

58. Quais das organizações mais facilitaram seu acesso:

- a. Jornais: A Gazeta; A Tribuna; Século Diário; Outros:
- b. TV's : Globo/Gazeta, SBT/Tribuna, Band, Record, TVE,
- c. Rádios; CBN, Tropical, Litoral, Cidade; Novo tempo; Outros: Rádios Municipais/locais:

R. - já abordado no item anterior.

59. Com que frequência o Sr.(a) acessa os Meios de comunicação de Massa?

- a. Diariamente
- b. Semanalmente
- c. Quinzenalmente
- d. Mensalmente
- e. Semestralmente

R. - durante os mandatos, diariamente. Com o advento das redes sociais e dos smartphones, quase que em tempo real (no último mandato).

60. Quais os meios de comunicação que o (a) Sr.(a) mais acessa?

R. Os jornais impressos, os sites informativos e as redes sociais.

D – ORGANIZAÇÃO DO GABINETE PARLAMENTAR E BASE ELEITORAL

61. Quais critérios são considerados para a formação e composição de seu gabinete?

R. - histórico de inserção nos movimentos sociais e no partido, confiança pessoal, facilidade e habilidade no atendimento a pessoas, grupos, movimentos e instituições (tanto na Ales, como nas bases), conhecimento técnico da área legislativa (assessoria jurídica), da área dos mcs (sempre tive ao menos uma jornalista, e no último mandato, duas jornalistas) e, em alguns mandatos, na área de orçamento e administração pública, cultura, meio ambiente, direitos humanos, pessoas com deficiência.

62. Como está estruturado seu gabinete para atender às demandas de suas bases eleitorais? E para atender as demandas relativas aos processos legislativos?

R. – respondido. A equipe esteve sempre estruturada conforme as demandas de cada mandato e sempre atuou com o método do planejamento estratégico para cada período definido, garantindo a participação de representantes de movimentos e do partido.

63. O (A)Sr.(a) avalia que sua eleição foi fortemente influenciada por suas ligações com algum movimento social, sindicato ou sociedade de classe específicos?

R. – Minha longa e permanente participação nas Comunidades Eclesiais de Base e nos movimentos populares.

64. Qual é a sua principal base eleitoral?

R. – A Região Metropolitana da Grande Vitória e, nela, a cidade de Vila Velha.

65. Quantos profissionais trabalham em seu gabinete por indicação de movimentos sociais, sindicatos, sociedades de classe ou outros segmentos sociais?

R. – Não havia indicação direta de movimentos sociais para composição de minha equipe. Porém, a quase totalidade da equipe do nosso gabinete era militante de algum movimento ou do partido. Quando técnico/a, no decorrer do tempo, as pessoas, de algum modo, se inseriam na luta popular, seja pela presença, assessoria a eventos, assessoria técnica, audiências públicas da Ales ou nos governos das três esferas da administração pública, etc.

66. Em seu gabinete, a política de contratações obedeceu prioritariamente a quais critérios?

67. R. – já respondido no item 31.

